

Olhares sobre

CELSO FURTADO

Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente

João Matias de Oliveira Neto

Marcelo Saturnino da Silva

Organizadores





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB) | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

José Tavares de Sousa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)

Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Diego Duquelsky (UBA)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sops de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

João Matias de Oliveira Neto
Marcelo Saturnino da Silva
(Orgs.)

**OLHARES SOBRE CELSO FURTADO:
EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



Campina Grande-PB
2022



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Gilberto S. Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

045 Olhares sobre Celso Furtado: educação, desenvolvimento e meio ambiente [Recurso eletrônico]. / João Matias de Oliveira Neto, Marcelo Saturnino da Silva (orgs). - Campina Grande/PB: EDUEPB, 2022.
1500 kb. 248 p.

ISBN: AGUARDANDO

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Celso Furtado. 5. Crescimento econômico. 6. Dualismo. I. Título. II. Oliveira Neto, João Matias de. III. Silva, Marcelo Saturnino da (Orgs). IV. Furtado, Celso.

CDD 370
CDU 351.858

Ficha catalográfica elaborada por Jane Pompilo dos Santos

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Apresentação.....	7
João Matias de Oliveira Neto	
Marcelo Saturnino da Silva	

Parte I - Desenvolvimento e subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado

Enunciados básicos do crescimento e reprodução do subdesenvolvimento periférico na obra de Celso Furtado.....	13
Caio Cezar F. da Silva	
William E. N. Pereira	

O desenvolvimentismo de Celso Furtado e Delfim Netto: uma versão republicana e outra autoritária.....	31
Nivalter Aires dos Santos	

Parte II - Nordeste, Instituições e Desenvolvimento

Entre estigmas e utopias: o Nordeste das secas, subdesenvolvimento e desenvolvimento sustentável..	65
Daniela Brito Ramos	

A peleja de Celso Furtado com Argemiro de Figueiredo: SUDENE, poder local e transformações políticas e econômicas no Brasil (1930-1964).....	85
Valdênio Freitas Menezes	

O pensamento de Celso Furtado e a construção da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).....119

João Matias de Oliveira Neto

Janailson Macêdo Luiz

Ivonildes da Silva Fonseca

Parceria mundial e expansão da democracia nos
Relatórios do Desenvolvimento Humano de 1999
e de 2005: um estudo a partir dos estudos de
Celso Furtado e Florestan Fernandes..... 151

Eduardo Guandalini Genaro

Parte III - Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogos com a Obra de Celso Furtado

Desenvolvimento e agronegócio sob as lentes de
Celso Furtado..... 189

Marcelo Saturnino da Silva

Polyana Felipe Ferreira da Costa

Lúcia Natalie Paulino de Melo

Gestão de resíduos sólidos e a perspectiva do
desenvolvimento 213

Miguel Leonardo Francisco da Silva

Fabiana Kely Barbosa

Alexandre Cordeiro Soares

Sobre os Autores 239

Apresentação

A construção teórica e histórica do desenvolvimento, segundo o pensamento de Celso Furtado, passa por muitas etapas; algumas de ordem teórico-cognitiva ou axiológica, outras de ordem pragmática. Essa matriz de construção teórico-cognitiva, como optamos por nomear, entende a percepção dual do desenvolvimento entre centro e periferia como a de dois eixos sociohistóricos divergentes e até conflitantes. Ao treinar nossos olhos para observar que o desenvolvimento, embora entendido frequentemente como crescimento econômico, expressa questões históricas e internacionais cuja compreensão demanda análises mais aprofundadas, percebemos que nos foi vendida uma ideia de subdesenvolvimento eivada de preconceitos: ora porque a região subdesenvolvida possuiria uma “inaptidão natural” ao crescimento, ora porque haveria barreiras intransponíveis engendradas pelo capitalismo do século XX.

Furtado, por seu turno, demonstra que nem o capitalismo se desenvolve da mesma maneira em todos os lugares, nem tampouco as regiões se encontram integradas por expectativas, realizações e desejos aproximados. Resolvida essa questão de ordem teórico-cognitiva, vai-se ao pragmatismo. E surge o Celso Furtado coordenador do GTDE, da CEPAL e da SUDENE; momento em que o pensador-economista dá ainda mais vida ao gestor que, de certa maneira, ele sempre foi. À frente dessas instituições de Estado, Furtado atuará na perspectiva de superação do estigma do “atraso brasileiro” - então encravado no pensamento social local -, em direção a uma proposição do progresso via desenvolvimento integrado. Uma tentativa, diríamos, de abordar a questão nacional e internacional com olhos mais autônomos, observando as realidades locais segundo problemas e soluções locais e sem

deixar de considerar as estruturas sociohistóricas de desenvolvimento, crescimento e exclusão.

Neste livro, fruto de um curso que ministramos no ano de 2020, no Departamento de Educação do Centro de Humanidades da UEPB, por ocasião das comemorações dos 100 anos de Celso Furtado, trazemos um conjunto de perspectivas distintas que demonstram a luta teórico-cognitiva (do Furtado pensador) e, também, pragmática (do Furtado gestor), em direção a concretização das teses do economista nascido na cidade de Pombal, alto sertão da Paraíba.

O conjunto dos artigos aqui apresentados constituem um panorama e atualizam a contribuição do pensamento Furtadiano para pensarmos temas e problemáticas que continuam nos afetando, o que expressa a atualidade e potência das reflexões de Celso Furtado.

O livro está organizado em três partes. A primeira, intitulada “Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Pensamento de Furtado” é constituída por dois artigos que buscam revisitar o tema do desenvolvimento/subdesenvolvimento na obra de Furtado, enfatizando o papel do Estado numa perspectiva republicana, o que diferenciaria as reflexões do pensador e economista paraibano das reflexões de outros autores, no âmbito do pensamento econômico brasileiro.

A segunda parte tem como título “Nordeste, instituições e Desenvolvimento”, englobando um conjunto de quatro artigos, cujos autores(as), tendo como horizonte o pensamento de Furtado, procuram pensar o Nordeste, as Instituições e a atuação do Estado, no âmbito local, nacional e internacional. Nestes artigos, encontra-se uma reflexão sobre o nordeste em suas configurações sociais, econômicas e institucionais, passando por uma reflexão sobre as secas, as transformações políticas locais, a perspectiva educacional na construção da Universidade Estadual da Paraíba e a própria democracia.

Por fim, dois artigos formam a terceira e última parte do livro. São artigos que refletem e atualizam a relação entre Desenvolvimento e Meio Ambiente, demonstrando, a atualidade do pensamento de Celso Furtado, inclusive quando se considera os atuais setores econômicos que expressam a aposta atual, de parte da sociedade brasileira, rumo ao desenvolvimento, como é o caso do agronegócio.

Importa salientar que a retomada do pensamento de Celso Furtado, aqui empreendida, é realizada na perspectiva preconizada por Nietzsche. Trata-se, assim, de pensar o passado, contra o presente e tendo como horizonte o tempo por vir (DELEUZE, 2016, p.257)¹. É a esperança que nos move. Nesse sentido, para nós é significativo que este livro (sobre o pensamento Furtadiano) venha à luz exatamente este ano, quando celebramos o centenário de outro nordestino, o educador pernambucano Paulo Freire, pensador da esperança.

Celso Furtado, Presente!

João Matias de Oliveira Neto
Marcelo Saturnino da Silva
(Organizadores)

1 DELEUZE, Gilles. Capítulo: Sobre os principais conceitos de Michel Foucault. Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo, Editora: 34, 2016.

Parte I

Desenvolvimento e subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado

Enunciados básicos do crescimento e reprodução do subdesenvolvimento periférico na Obra de Celso Furtado

Caio Cezar F. da Silva²

William E. N. Pereira³

“É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela” (FURTADO, 2009, p. 100).

Introdução

A tradição acadêmica neoclássica na pesquisa do processo de desenvolvimento econômico constrói uma ponte causal e semântica direta entre o avanço do tempo histórico, com as implicações da modernidade, e a melhoria nos padrões de vida da sociedade. Nessa perspectiva, o “natural” avançar do acesso e expansão dos mercados e o aumento do bem-estar social, por meio da convergência dos padrões de consumo da população global, constituem a expressão final do processo de desenvolvimento econômico (FRIEDMAN, 1982).

2 Economista e mestrando em economia pela UFRN.

3 Bacharel em direito e economia, especialista em Gestão de Recursos Humanos, mestre em economia, mestrando em Direito, Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado no Departamento e no programa de pós-graduação em Economia da UFRN.

Em última instância, portanto, desenvolvimento e crescimento econômico são processos indissociáveis. Nessa visão, a fonte fundamental do crescimento econômico são as instituições e a cultura exógenas de determinada sociedade, enquanto as causas próximas seriam a acumulação de fatores e o progresso da produtividade, incorporado pela evolução tecnológica (CARLIN; SOSKICE, 2015). Assim, os fenômenos da pobreza crônica e o desemprego persistente da força de trabalho, quando existentes, constituem não uma parte do processo de desenvolvimento das forças de mercado, mas uma manifestação histórica de sua ausência (FRIEDMAN, 1982).

Em contraponto, como argumenta Harvey (2001), está claro que o capitalismo e seu desenvolvimento constitui a força motora da modernidade, no entanto, não constitui um consenso teórico que a diferença produzida pelo avanço sistêmico da produção e do trabalho, sobre esses moldes, tenham produzido trajetórias de crescimento e desenvolvimento convergentes ao longo de países e regiões. Pelo contrário, o que nos mostra a experiência real é a persistência do atraso e da pobreza apesar do avanço da globalização capitalista, que, de forma paradoxal, integra espaços ao moderno sistema de produção e consumo ao mesmo tempo que mantém a cisão entre centro e periferia (HARVEY, 2001).

A teoria econômica estruturalista que se desenvolveu na segunda metade do século XX se opõe as formulações clássicas liberais, reconhecendo academicamente e politicamente seu fracasso em explicar o fenômeno do subdesenvolvimento. Utilizando a materialidade histórica como método de análise do capitalismo, os autores dessa escola procuraram explicar o fenômeno do atraso por questões como: degradação nos termos de troca, inadequação do sistema de preços na orientação do investimento, debilidade do processo de acumulação, insuficiência das instituições de Estado em promover políticas compatíveis com a acumulação, anacronismo das estruturas agrárias, tendências

estruturais à desigualdade de renda, desequilíbrio persistente no balanço de pagamentos e etc. (FURTADO, 1981).

No presente trabalho, nos centramos na abordagem dos principais enunciados da tese fundamental da montagem e manutenção anacrônica do sistema dualista do subdesenvolvimento da periferia ao desenvolvimento no centro do sistema, cuja formulação original encontram-se na obra de Celso Furtado.

Este estudo se constitui quanto ao seu objetivo como exploratória, de abordagem qualitativa e quanto ao procedimento técnico, bibliográfica. Por meio de levantamento bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos científicos, os assuntos que compõe o tema, foram desenvolvidos

Dividindo-se em três partes, além dessa breve introdução, esse capítulo apresenta em sua segunda parte, procura-se mostrar alguns elementos do pensamento furtadiano, principalmente sua concepção sobre o dualismo e as formas de construção histórica da periferia. Na terceira parte esboça-se apontamentos acerca do crescimento econômico e a reprodução histórica do subdesenvolvimento. Por fim, breves conclusões que se constituem mais como estímulo ao aprofundamento das questões do que concluir os pontos apresentados.

O pensamento furtadiano, o dualismo e a construção histórica da periferia

O que doravante será tratado como tese fundamental do subdesenvolvimento, permeia a obra de Furtado e, de forma geral, o pensamento estruturalista Latino-Americano. O enunciado base é entender o subdesenvolvimento enquanto um fenômeno autônomo de formação histórica dos espaços periféricos para além das fronteiras do capitalismo central. Compreender o desenvolvimento econômico não se constitui em uma tarefa fácil, muito o menos o é, a compreensão do subdesenvolvimento.

A diversidade das estruturas socioeconômicas radicalmente distintas existentes nos países, como suas respectivas evoluções ensejou uma miríade de teorias, que antes das contribuições furtadianas tendiam a compreender e defender que o subdesenvolvimento se constituiria em uma fase do processo de desenvolvimento, que seria superada quando os países que se encontram nesse fase, implantassem as políticas sugeridas pelos países desenvolvidos. Dentre os defensores dessa concepção fraseológica destaca-se W.W. Rostow (1974) com uma teoria mais ideológica do que científica.

As diferentes estruturas produtivas dos países capitalistas, com graus de desenvolvimento diferentes, instigaram inúmeros estudiosos a questionarem as concepções funcionais a dominância dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. Portanto, deve ser entendido não como uma etapa que, inexoravelmente, levará o sistema a um estágio superior de desenvolvimento, mas uma condição estrutural própria de um processo histórico de formação econômica (FURTADO, 2009). Essa condição histórico-estrutural deu origem a análise da fronteira entre centro e periferia, que segundo Furtado (2009) se deu em conjunto com a formação e difusão espacial do sistema capitalista, consistindo, portanto, em um processo indissociável de sua operação.

Furtado (2009) aponta que a difusão do sistema através do espaço global ocorreu em três linhas distintas. A primeira linha de expansão ocorreu sincronicamente à primeira revolução industrial inglesa no final do século XVIII, na qual a operação das manufaturas modernas passou a substituir os setores tradicionais e criar uma ampla massa populacional de trabalho assalariado.

A elevada produtividade e preços competitivos logo articulou as mercadorias inglesas no sistema de comércio global, e alavancou o processo de desenvolvimento industrial para além da Inglaterra, produzindo a segunda linha de difusão. A extensão do tecido industrial britânico se deu nos espaços similares à estrutura institucional europeia, no qual ainda havia espaços desocupados.

Isso ocorreu principalmente nos Estados Unidos e na Austrália, ambas sobre o domínio colonial do império britânico, onde os migrantes levaram não somente os padrões de consumo, mas as técnicas necessárias para implantação de indústrias tradicionais aliada a uma abundância de recursos naturais. O caso dos Estados Unidos, resalta Furtado (1977), teve como elemento central para o desenvolvimento precoce da manufatura a instalação de um mercado ativo e independente do controle de Londres, em afronta à exclusividade metropolitana.

É na terceira linha de expansão que se encontra a demarcação dos fenômenos históricos subjacentes à formação do subdesenvolvimento. A interlocução dos mercados em plena expansão capitalista⁴ com territórios já povoados, operando com regimes de trabalho ainda característicos de formações pré-capitalistas e, sobretudo, articuladas em um sistema de comércio colonial, fundadas no *ancien régime*, produziu efeitos muito diversos daqueles vistos na Europa Ocidental.

Conforme adentravam as novas formas de produção e trabalho modernas, seja pela criação de mercados consumidores ou fomento à produção de matérias primas para os centros industriais (ambos no caso brasileiro), progredia a criação de uma estrutura híbrida entre as estruturas arcaicas coloniais e o desenvolvimento capitalista. Baseando suas análises econômicas na abordagem histórico-estruturalista, na busca de uma compreensão de como os processos econômicos evoluíram.

Furtado (2009) buscou não somente entender o processo de formação das economias periféricas, atrasadas e subdesenvolvidas, mas também descobrir e explicar políticas que elucidando o porquê da precária situação econômica a que estavam

4 Apesar de não ser claro na leitura imediata de Furtado (1961) o que se considera como característico de uma economia capitalista avançada, é possível inferir que se trata de uma estrutura de dois pilares: industrialização e trabalho assalariado.

submetidas essas economias, pudessem interferir e transformar a realidade do subdesenvolvimento. Em síntese, Furtado procurou “(...) compreender as estruturas dos países subdesenvolvidos para então perseguir caminhos que os conduzissem para a mudança de condições, melhorando, desse modo, as suas estruturas e as condições de vida de seus povos.” (FERREIRA, LIMA JÚNIOR, PEREIRA, 2016, p. 18).

No intuito de compreender a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento Furtado gradativamente ampliou seu conhecimento científico com profunda e diversificada leitura e análise das diversas teorias econômicas. Para Furtado muitas das teorias acerca do desenvolvimento não poderiam ser aplicadas adequadamente a todos os países, devido a falta de adequação dessas propostas políticas as especificidades das estruturas divergentes. Aplicação sem a devida adequação seria um erro. Não solucionaria o subdesenvolvimento ou o atraso. Pelo contrário, poderia aprofundar ainda mais o atraso econômico existente. Nesse diapasão, o economista propugna estudos diversos para o desenvolvimento econômico inspirando-se primordialmente nos estudos dos estruturalistas e cepalinos, em especial, em Raul Prebisch. Além disso, a pluralidade que marca a formação de Furtado se estenderá a outros teóricos a exemplo Keynes, Marx e Schumpeter.

Nesse ponto a teoria do desenvolvimento tem que baixar ao plano histórico, o qual comporta o agrupamento das economias de acordo com certas categorias relevantes no caso. É nesse sentido que falamos de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; de economias autônomas e dependentes (FURTADO, 2009, p. 100).

O problema das economias atrasadas ou subdesenvolvidas são, essencialmente, problemas estruturais e, por assim ser, torna-se

fundamental a reversão ou correção dessas estruturas arcaicas. Celso Furtado compreendeu a necessidade de fortalecimento das estruturas democráticas, participativas e intervencionistas que alavancassem ou puxassem as iniciativas privadas para um salto progressista, para o desenvolvimento.

Nas palavras de Furtado (2016) o subdesenvolvimento consistiria em:

(...) um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (p. 08)

Os estruturalistas, dos quais Celso Furtado se destaca, entendem que o fenômeno de dualismo histórico é a causa precípua e fundamental dos dois núcleos capitais dos problemas do subdesenvolvimento, em especial do caso brasileiro:

1. Condicionantes externos: deterioração dos termos de troca e consequente desapropriação dos frutos do progresso técnico, devido ao atraso persistente da estrutura produtiva em relação aos países centrais;
2. Condicionantes regionais: derivados da estrutura espacial do dualismo em um mesmo espaço nacional, em que formações econômicas baseadas em sistemas industriais autônomos produziram uma melhor capacidade de elevar o nível de emprego e renda, em detrimento dos

espaços em que predominaram, por condições diversas, anacronismos estruturais.

A dedução histórica das questões externas e regionais foram expostas de forma conjunta e indissociável por Furtado (1977), fato erroneamente ignorado por grande parte dos intérpretes de sua obra (CANO, 2002). A força em que esses condicionantes se cristalizam através do tempo histórico, para o autor, é uma função da forma e resultados da instalação de setores produtivos modernos e o montante de renda que é apropriada pela coletividade, a partir de seu funcionamento, na forma de salários e impostos, dada a propriedade estrangeira dos excedentes. Visto que esses setores se defrontavam com uma oferta de trabalho com elevada elasticidade em um contexto de demanda por trabalho pré-existente virtualmente nula, o fator decisivo do possível impacto propulsor é a quantidade de mão de obra absorvida pelo setor capitalista instalado (FURTADO, 2009).

O exemplo mais claro dessa dinâmica é a descrição teórica da formação do complexo econômico do Nordeste do Brasil em Furtado (1977). Se articulavam a produção de açúcar e o setor agropecuário tradicional. O primeiro setor apesar de representar a maior parcela do produto agregado não empregava uma parcela populacional de importância agregada correspondente, portanto, operava sem criar condições para transformações estruturais pervasivas e duradouras. Na medida em que crises encadeadas derrubaram os preços internacionais do açúcar, inviabilizando sua produção, toda a economia que se estruturava em torno de suas rendas passou a desestabilizar e atrofiar.

Uma vez que as condições de implantação da empresa açucareira no Nordeste não proporcionaram elevados níveis de renda e desenvolvimento industrial, as condições de instalação do complexo econômico em torno do café obteve resultados completamente diferente no Centro-Sul. A diferença primordial

encontra-se na endogeneidade sistêmica provocada pela produção do grão, criando ao mesmo tempo a capacidade de investimento que fomentou a diversificação das atividades econômicas e a demanda necessária para absorver os novos produtos, sustentada no trabalho assalariado.

Se verificou principalmente em São Paulo um processo de inversão da estratégia de desenvolvimento, antes voltada para exportação do café, para a substituição de produtos importados em um processo de industrialização. Isso ocorre em um ambiente da crise de 1929, em que elevados preços internacionais devido à forte depreciação cambial aumentaram substancialmente a competitividade dos produtos nacionais endogenamente.

Outro atributo fundamental foi o suporte do Estado com a política de sustentação do café, permitindo que a estrutura econômica, ainda aguerrida à origem primária-exportadora, obtivesse escala suficiente e independência das flutuações do café. Por outro lado, a referida política também possibilitou a sustentação do balanço de pagamentos gerando as divisas necessárias para financiar a importação de máquinas e equipamentos.

É dessa forma os condicionantes regionais se estabeleceram sincronicamente aos externos. No caso do Nordeste levando ao declínio secular da produção e renda real *per capita*, enquanto no Centro-Sul, principalmente São Paulo, se criou um processo autossustentado de retornos crescentes em escala, em que o processo de industrialização e o trabalho assalariado criaram as condições para reprodução endógena do sistema.

Se, por um lado, a evolução econômica de São Paulo pós 1929 representou a criação de uma economia genuinamente brasileira, também consagrou a fronteira interna da dualidade Centro-Periferia. O atraso da estrutura produtiva do Nordeste persiste secularmente, apesar das tentativas de correção com política econômica regional durante a segunda metade do século XX, e das políticas sociais no início desse século que funcionaram

como políticas regionais indiretas. A dinâmica qualitativa advinda da trajetória de sucessos e fracassos no desenvolvimento econômico brasileiro não se desvinculou de sua história.

O distanciamento entre os níveis de desenvolvimento humano do espaço industrial, os espaços produtores de primários para exportação e a economia consumidora periférica carregam os genes das condições de formação econômica do Brasil. A reprodução extemporânea desse padrão tríplice (núcleo industrial, exportador e periferia consumidora) da economia regional brasileira é indissociável do padrão periférico de inserção internacional do país no sistema capitalista global, sendo, em última análise, manifestações do mesmo fenômeno e condição de subdesenvolvimento.

Crescimento econômico e a reprodução histórica do subdesenvolvimento

A hipótese de sustentação dinâmica do dualismo se torna vaga sem que seja explorado o mecanismo estrutural que move, através do processo de mudanças econômicas qualitativas, os elementos que mantêm a cisão entre centro e periferia. Sob essa questão repousa a base da maior parte das críticas em relação ao método histórico dedutivo e, portanto, às conclusões de Furtado e da escola estruturalista em relação aos condicionantes do subdesenvolvimento. O objeto da presente seção busca mostrar sucintamente a natureza e conexão desses elementos.

O alicerce da compreensão de fenômenos econômicos enquanto formados por mudanças constantes, complexas e descontínuas ao longo da história requer uma teoria do crescimento econômico de longo-prazo capaz de explicar transformações quantitativas no produto agregado compatível com a permissibilidade sistêmica de um avanço qualitativo da estrutura econômica. Em outras palavras, quais características do processo

de crescimento econômico devem assumir para possibilitar o desenvolvimento econômico, e por quê sua ausência reproduz certos padrões de desigualdade.

Furtado em diversos trabalhos (1952, 1983, 2009) adota o conceito de desenvolvimento econômico, em um sentido restrito, que está associado a mudanças e descontínuas de padrões no fluxo da atividade econômica, o que Schumpeter (1982) chamou de “fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico”. Dado um determinado padrão de funcionamento do fluxo da economia em sua forma de alocar capital e trabalho, o produto agregado de longo prazo tende a se estabilizar em função dos limites impostos pelo padrão tecnológico e produtividade. Assim, o sistema econômico só pode modificar-se positivamente se uma nova combinação de fatores produtivos aumentar a produtividade do trabalho.

O problema fundamental do crescimento econômico a longo-prazo aparece enquanto um problema de aumento da produtividade, traduzido analogamente a alterações do padrão tecnológico e sua incorporação em forma de capital físico (OREIRO; SILVA; DÁVILA-FERNÁNDEZ, 2020). Essa característica implica que o elemento objetivo da dinâmica de longo-prazo das economias desenvolvidas é manter sua estrutura produtiva operando na fronteira tecnológica de alta produtividade, enquanto às economias subdesenvolvidas compete uma estratégia de crescimento que aumente a produtividade dos fatores e feche a distância tecnológica (FURTADO, 2009).

Para Furtado (1952), a longo-prazo a dinamicidade da demanda é o motor da capacidade de crescimento, contudo, as limitações da estrutura produtiva condicionam sua operação em economias pequenas de baixa produtividade e elevada propensão a consumir. Considerando que a determinação da dinâmica de todos os componentes da demanda é em função da atividade econômica existente, somente gastos autônomos, independentes

da variação do produto, são capazes de produzir trajetórias de crescimento de longo-prazo.

Nesse contexto, como as exportações líquidas são o único elemento autônomo da demanda a longo-prazo, somente a existência de um saldo comercial positivo proporcionaria recursos que permitiriam a expansão do investimento e, com isso, a acumulação de capital e mudança da estrutura produtiva e padrão tecnológico. A incorporação de uma nova combinação de fatores que elevariam a capacidade de produção global da economia, por sua vez, permite o aumento do produto e renda *per-capita*, que cria um processo multiplicador positivo sobre a dinâmica de crescimento que reforça o efeito inicial (FURTADO, 1952).

Esse processo de crescimento ao ser confrontado com a materialidade histórica do processo de formação econômica do Brasil produziu as conclusões enunciadas por Furtado (1977) em relação aos já citados complexos nordestino e paulista. Em economias como o Nordeste, operando sistemas tradicionais de produção, o consumo se mantém a níveis estáveis correspondentes a necessidades essenciais. Assim, não há formação de excedentes endogenamente e, portanto, também não há capacidade de promover investimentos e elevar a produtividade do trabalho, de forma que a menos que o crescimento demográfico seja neutro (taxa de natalidade = taxa de mortalidade) a longo-prazo o nível de renda *per-capita* tende a cair e o nível de emprego se mantém abaixo do ideal com presença de desemprego estrutural

Podemos inferir que processos de retornos crescentes de efeitos propulsores ocorrem em economias com estrutura econômica com maior dotação de capital e maior produtividade. Visualizar o processo de crescimento e mudança qualitativa da estrutura produtiva *mutatis mutandis*, pode ser sintetizado na tautologia de Myrdal-Kaldor (MYRDAL, 1957; KALDOR, 1970), em que o desenvolvimento econômico é resultado de sua própria dinâmica em um processo de causação circular e cumulativa.

Uma das implicações importantes dessas formulações é o princípio da dependência de mudanças autônomas para modificar tendências de longo-prazo da trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico. Sem que ocorra uma mudança autônoma em escala suficiente para reproduzir seus resultados endogenamente, instala-se uma tendência persistente à estagnação, e, assim, também a reprodução das características crassas do subdesenvolvimento, como desemprego estrutural, baixa produtividade e, portanto, as desigualdades que mantêm a cisão entre espaços de economia central e periferia.

A análise histórica ainda coloca um grande questionamento sobre a capacidade dessas condições, acima descritas, serem um retrato fidedigno da reprodução intertemporal do subdesenvolvimento. Visto que o elemento autônomo que proporcionou a capacidade de acumulação e desenvolvimento econômico de São Paulo foram as exportações de café, por quê o mesmo processo virtuoso não se desenvolveu no Nordeste do açúcar? A complexidade dessa questão ocupa o pano de fundo de boa parte da produção acadêmica das ciências regionais no Brasil.

Além dos diversos elementos políticos, conjunturais e institucionais que determinaram a construção dos espaços centrais e da periferia, para Furtado (1952, 2009) o determinante é o comportamento da distribuição de renda permitida pelas características do crescimento econômico. Aumentos da participação dos lucros no produto agregado, *vis-a-vis*, a redução da participação dos salários, desliga a cada ciclo os indutores de crescimento da economia visto que se reduz a capacidade de formação do investimento impossibilitando o crescimento continuado e estabelecendo uma restrição de capacidade produtiva sistêmica.

No Nordeste, a propriedade e absorção dos excedentes se davam exteriores as cadeias de consumo e produção locais fazendo com que a cada ciclo de crescimento com concentração de renda não houvesse diversificação do investimento, aumento

da capacidade produtiva, do emprego e da renda. Dessa forma não houve absorção endógena dos efeitos autônomos das exportações. É fácil perceber que em São Paulo, as condições políticas e institucionais permitiram que decorressem os efeitos positivos que levaram ao processo de industrialização e desenvolvimento econômico.

Breves conclusões

O presente trabalho ao estudar algumas variáveis histórico-econômicas vinculadas a formação do dualismo entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento na perspectiva furtadiano buscou ampliar o conhecimento acerca do processo de desenvolvimento econômico e a perpetuação do subdesenvolvimento. Furtado via teoria marxista incorporou o método do materialismo histórico para o estudo dos processos de subdesenvolvimento. Dos teóricos neoclássicos incorporou o equilíbrio das variáveis econômicas. De Keynes, incorpora a importância da atuação do Estado na economia. De Prebisch e o dos cepalinos incorporou a concepção de que a industrialização se constitui na principal forma de superação de atraso econômico.

Furtado empenhou-se em buscar uma solução para os estrangulamentos que se apresentavam nas estruturas dos países subdesenvolvidos. Fundamentou seu conhecimento, sua teoria e sua atuação técnico-funcional na aplicação prática da política e da gestão na economia, em especial, na solução do subdesenvolvimento.

Em síntese, foi possível concluir que as contribuições de Furtado proporcionam um modelo sofisticado e pervasivo para compreensão do subdesenvolvimento enquanto um processo de formação histórica. Não se constituindo assim em uma simples fase superada com a persecução das “receitas prontas” ditadas

por teóricos que analisam os países de desenvolvidos e propugnam solução miraculosas.

Deste arcabouço teórico destacam-se algumas brevíssimas conclusões. A primeira consiste no caráter estrutural e histórico do subdesenvolvimento. Condições que somente pode ser superada com uma forte atuação do estado e dos segmentos sociais comprometidos com o desenvolvimento via programas, projetos e ações político-econômicas. Receituário propostos pelos estruturalistas e cepalinos latino-americanos, em especial no que se refere a industrialização.

Secundariamente, no que se refere a demanda efetiva a longo-prazo, infere-se que é ao mesmo tempo o motor do crescimento e pretora formadora do estoque de capital (via investimento) e produtividade agregada sustentando o processo de crescimento econômico que pode levar ao desenvolvimento econômico, quando secundado por políticas de redistribuição de renda, de assistência social, de formação de mão de obras, etc.

Em terceiro lugar, em situações que se constate a presença de limitações impostas pela baixa produtividade da economia, somente gastos autônomos poderiam dar início, ou continuidade, a trajetória de crescimento. O papel do estado por meio de diversas políticas e ações podem contribuir para destravar a baixa produtividade possibilitando um salto qualitativo e quantitativo rompendo estrangulamentos que impedem a superação do subdesenvolvimento.

Por fim, as tendências à concentração de renda, com aumento da participação dos lucros no produto agregado, tão comuns ao sistema capitalista e, em especial, as formações econômicas subdesenvolvidas, restringem a formação de nova capacidade produtiva, instaurando tendências recessivas. Nesses contextos, urge a ação estatal de forma planejada no longo prazo para transformar a realidade de atrofia econômica que acentua o processo de concentração.

Referências

CANO, W. Furtado: A Questão Regional e a Agricultura Itinerante no Brasil. *In*: CANO, Wilson. **Ensaio Sobre Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. Cap. 5. p. 117-148.

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics**: institutions, instability, and the financial system. Oxford: Oxford University Press, 2015.

FERREIRA, J. G.; LIMA JÚNIOR, F. do Ó de; PEREIRA, W. E. N. Furtado e o subdesenvolvimento: sua teoria e as escolas do pensamento econômico. *In*: PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G. da; SILVA, D. A. da. **Recortes analíticos sobre o desenvolvimento, estado e economia do RN**. Organizado por William Eufrásio Nunes Pereira *et al.* Natal: EDUFRN, 2016.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista brasileira de Economia**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 7-45, dez. 1952.

FURTADO, C. Intra-country discontinuities: towards a theory of spatial structures. **Social Science Information**, [S.L.], v. 6, n. 6, p. 7-16, dez. 1967. SAGE Publications.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: Enfoque Interdisciplinar. 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 5–19, 2016.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

HARVEY, D. **Spaces of Capital: Towards a Critical Geography**. Nova York: Routledge, 2001.

KALDOR, N. The Case for Regional Policies. **Scottish Journal of Political Economy**, [S.L.], v. 17, p. 337-348, nov. 1970.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.

OREIRO, J. L.; SILVA, K. M. da; DÁVILA-FERNÁNDEZ, M. J. A New Developmentalist model of structural change, economic growth and middle-income traps. **Structural Change and Economic Dynamics**. [S.L.], v. 55, p. 26-38, dez. 2020.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

O desenvolvimentismo de Celso Furtado e Delfim Netto: uma versão republicana e outra autoritária⁵

Nivalter Aires dos Santos⁶

Introdução

O nacional-desenvolvimentismo cobre um largo período da história econômica brasileira, entre as décadas de 1930 e 1980, com razoável diferenciação entre as correntes responsáveis pela implementação deste projeto, contando com vários sujeitos que se destacaram a frente desse desenvolvimentismo em suas variações e nuances. Entre eles, aparecem com bastante evidência os economistas Celso Furtado⁷ e Delfim

5 As discussões trazidas neste artigo fazem parte da tese de doutoramento do autor sobre a questão nordestina na formação econômico-social brasileira, defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

6 Doutor em Ciências Sociais (2021) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Ciências Sociais (2017) e Bacharel em Ciências Econômicas (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande. Endereço Eletrônico: aires.nivalter@gmail.com

7 Celso Monteiro Furtado (1920-2004), paraibano de Pombal, foi professor e economista brasileiro. Foi economista da CEPAL (1949-1957), superintendente da SUDENE (1959-1962;1963-1964), Ministro do Planejamento (1962-1964) e Ministro da Cultura (1986-1988).

Netto⁸, em diferentes momentos. De modo que cabe o questionamento de qual a diferença de forma e conteúdo entre o desenvolvimentismo levado a cabo por ambos.

Dessa forma, intencionamos investigar as diferenças entre os projetos desses economistas. Analisando, para além de suas produções teóricas, sua intervenção na realidade política e econômica brasileira. Para isso, nos debruçamos sobre a história econômica e política do país entre fins da década de 1950 até meados da década de 1970, tendo em vista as produções intelectuais/acadêmicas desses economistas e sua atuação como membros de destacada importância nos governos ao qual participaram.

Considerando a temporalidade das ideias/ações desses intelectuais que são objetos de nossa investigação, esse texto está dividido da seguinte forma: primeiramente, temos uma seção para discutir Celso Furtado em sua luta contra o subdesenvolvimento, particularmente no Nordeste, entre fins de 1950 e 1964; na seção seguinte trazemos elementos para compreensão de alguns determinantes do golpe de 1964; e, por fim, uma análise do desenvolvimentismo de Delfim Netto, sempre a partir de uma comparação com o desenvolvimentismo de Celso Furtado, que foi marcante no período anterior ao golpe.

8 Antônio Delfim Netto (1928-), paulista de São Paulo, é economista, professor universitário e político brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1967-1974), embaixador do Brasil na França (1974-1978), Ministro da Agricultura (1979), Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil (1979-1985) e deputado federal por São Paulo (1987-2007).

O desenvolvimentismo no Brasil em dois atos

Celso Furtado e sua luta contra o subdesenvolvimento

O economista paraibano Celso Furtado, no ano de 1958, depois de aventurar-se pela Europa e pela América Latina, voltou ao Brasil com intenção de dedicar-se ao Nordeste. Para tal empreitada, renunciou seu cargo na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁹ e assumiu um posto no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a condição de que sua atuação estaria circunscrita ao Nordeste. No âmbito do BNDE, interveio no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que era comandado pelo também paraibano Aluizio Campos, que não tinha conhecimento especializado sobre o tema do desenvolvimento¹⁰.

Em janeiro de 1959, o presidente Juscelino Kubitschek¹¹ (JK) convocou uma reunião sobre a questão nordestina, convidando

9 Celso Furtado fez parte dos quadros de economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), desde seu início, em 1948, quando esta foi criada como uma das comissões econômicas da ONU. A CEPAL deu origem à escola estruturalista de pensamento econômico, com destaque para o papel exercido pelo economista argentino Raúl Prebisch, na formulação inicial das ideias sobre a deterioração dos termos de troca do mercado global, ao qual a América Latina estava em posição desfavorecida na divisão internacional do trabalho, devido a especialização agrário-exportadora.

10 Sobre as elaborações de Celso Furtado a respeito do desenvolvimento do Nordeste publicamos na Revista de Desenvolvimento Econômico, o artigo *45 Anos de Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento do Nordeste (1959-2004)*. cf. Santos (2018).

11 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), mineiro de Diamantina, foi um médico, oficial da polícia militar mineira e político brasileiro. Foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), deputado federal por Minas Gerais (1935-1937; 1946-1951), governador de Minas Gerais (1951-1955), presidente do Brasil (1956-1961), e senador pelo estado de Goiás (1961-1964).

várias personalidades para um exercício chamado tempestade de ideias. Na oportunidade, Celso Furtado foi convidado e sua participação foi decisiva ao falar apaixonadamente sobre tudo que vinha pensando e preparando sobre o Nordeste. Ao fim da reunião, JK perguntou a Furtado quando poderia ter por escrito aquelas coisas todas que ele falou, a fim de convocar os líderes políticos nordestinos e lançar a Operação Nordeste (FURTADO, 2014). Assim surgiu o estudo *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, em março de 1959, apresentado como sendo do GTDN, mas que na verdade é de autoria exclusiva de Furtado, como ele revela em sua autobiografia. O relatório, além de um apurado exame da situação da região Nordeste, é um texto propositivo, um plano de ação.

Celso Furtado em sua teoria/prática parte de uma interpretação dualista (estruturalista cepalina)¹² que compreende a existência de dois setores, não articulados entre si, em que o setor “atrasado” aparece mais como um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, ao não produzir uma adequada oferta de alimentos, e, por outro lado, ao não criar um mercado interno consumidor para a produção do último setor. Em termos regionais, a busca pela modernização do setor “atrasado” significava uma resposta às inquietações colocadas pelas “forças progressistas” representadas pela intelectualidade, a igreja católica e os movimentos das classes trabalhadoras e camponesas. Contemplando,

12 O estruturalismo cepalino surgiu nos anos 1950 e buscava destacar a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Incorporando certa historicidade ao modelo de análise, reforçando a importância do Estado na busca pelo desenvolvimento. Vale dizer que não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, que entende a realidade social a partir de um conjunto elementar de relações estruturais. De modo que para a sociologia, filosofia, antropologia e linguística, o estruturalismo (francês) é a metodologia pela qual os elementos da cultura humana devem ser entendidos a partir de sua relação com um sistema ou estrutura mais abrangente.

ainda, uma parte da burguesia industrial nordestina e a burguesia oligopolista internacional e associada do Centro-sul.

Nesse sentido, a proposição dualista de Celso Furtado no contexto brasileiro, como a da CEPAL no conjunto da América Latina, aparece como um poderoso discurso em favor da hegemonia da fração industrial do capital, uma vez que a proposta de superação do dualismo passa pela modernização do setor “atrasado” através da industrialização. O fortalecimento do setor industrial “moderno”, nessa abordagem, possibilitaria a superação da deterioração dos termos de troca, aos quais estes países subdesenvolvidos são submetidos no mercado global, ao exercer o papel de exportadores de produtos primários (OLIVEIRA, 2003a). Entretanto merece ênfase, como também propõe Francisco de Oliveira (2003b), que Celso Furtado não estava simplesmente a serviço das classes dominantes, isso seria uma redução vulgar da formulação desse intelectual. Mesmo dando solidez para esse discurso industrializante e buscando sua execução, não estava ali como um burguês, se não como um intelectual que acreditava que através desse percurso poderia superar o subdesenvolvimento brasileiro e o “atraso” nordestino.

É fundamental não perdermos de vista que as relações de poder, nas formações econômico-sociais capitalistas, constroem-se, fundamentalmente, a partir da dominação econômica, mas se sustentam e se consolidam pela direção intelectual e moral, que, por sua vez, tem estreita relação com a atuação dos intelectuais. Nesse sentido, a construção da hegemonia, em termos gramscianos, significa a formação de um modo de pensar e um processo cultural na qual a classe social dominante consegue a adesão política, também, das classes trabalhadoras e subalternas (SCHLESENER, 2016). Celso Furtado, desse modo, na formulação de uma agenda desenvolvimentista, deu contornos políticos, sociais e culturais à hegemonia do capital produtivo industrial.

Para avançar em sua proposta com intenção de melhorar a situação nordestina, Furtado (2013) indica que seria preciso

atentar para os limites institucionais e a ineficiência administrativa que criavam barreiras ao desenvolvimento. Para isso, a SUDENE teria esse papel renovador, com o duplo objetivo de formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e modificar a estrutura administrativa em função dessa política. Deixando para trás o tempo que o DNOCS tinha sua política, o BNB outra, e etc., o governo teria uma única política de desenvolvimento em relação ao Nordeste e a SUDENE seria o órgão capaz de coordenar todos os outros em função dessa política.

Essa autarquia privilegiava o planejamento econômico e a industrialização como elementos direcionadores da nascente política de desenvolvimento regional. A criação da SUDENE representou o esforço de implantação das ideias desenvolvimentistas no Nordeste, com o Estado brasileiro atuando no sentido de programar uma política de desenvolvimento regional através do planejamento associado a uma ativa política industrial (LIMA, 2007). Desse modo, supostamente, seria capaz de corrigir os desníveis e as assimetrias regionais do Brasil. A SUDENE deveria ser um órgão de natureza renovadora, com o governo atuando com uma política única e ampla de desenvolvimento em relação ao Nordeste, agregando, além dos dirigentes das agências governamentais mais importantes na área e coordenando os planos de todas elas, os governadores dos estados que compõem a região. Entretanto, esse conjunto de ideias desenvolvimentistas e de desenvolvimento regional, no âmbito da luta inter-burguesa, integra, fundamentalmente, os interesses da burguesia industrial.

Nesse sentido, a proposta de levar o “progresso ao Nordeste” atende aos interesses do capital produtivo do Centro-sul, buscando consolidar sua hegemonia diante das demais frações. Esse movimento criou um nó contraditório entre as diferentes frações da burguesia, que aparecem, nesse momento, como conflitantes entre si. Ou seja, no modelo de Furtado havia as classes agrárias

do Nordeste (setor atrasado) contra os industriais do Centro-sul (setor moderno), e, entre elas, havia um movimento camponês em ebulição. Nesse contexto, a pressão das classes subalternas no Nordeste pela transformação social constrangeu o Estado a intervir, que aconteceu através da criação da SUDENE, a fim de evitar uma ruptura. Por isso, a proposta da SUDENE foi recebida com forte desconfiança pelos parlamentares nordestinos representantes dos grandes proprietários de terra, e foi aprovada, somente, devido à força política dos representantes da burguesia industrial.

O centro do problema para Furtado (1962) estava no anacronismo da estrutura agrária brasileira e nordestina, em particular. Seu projeto era aquele já apresentado no relatório do GTDN, que via nas classes dominantes do Nordeste - bem representadas pelas posições do senador Argemiro de Figueiredo - sua maior barreira. Estava, também, preocupado com o marxismo, pela sua capacidade de traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação, ou seja, uma Revolução. Como indica textualmente:

A experiência histórica dos últimos decênios têm demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas – a China Nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista são exemplos conspícuos, – essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia (FURTADO, 1962, p. 25).

As Ligas Camponesas, vista com a memória da Revolução Cubana de 1959, criava preocupação no governo estadunidense e em Furtado. Seria um erro, na perspectiva dele, a substituição de uma ditadura de classe por outra, o que constituiria um atraso político. Seu principal argumento era que no Brasil a classe camponesa era quem teria mais condições de fazer essa revolução. Nas suas palavras, a classe camponesa estava “mais suscetível de

ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária” (FURTADO, 1962, p. 28).

A base de sua argumentação é que uma revolução do tipo “marxista-leninista” tenderia a acontecer em uma sociedade com uma estrutura atrasada, e por isso, dada a estrutura do setor agrário no Brasil, era bem possível que houvesse uma revolução. Desse modo, sua opção é que deveriam ser combatidas as condições objetivas que determinavam o retrocesso político-social no país, ou seja, prevenir retrocessos em nosso sistema político, e criar condições para uma mudança rápida e efetiva na estrutura agrária anacrônica (FURTADO, 1962).

O caminho para Celso Furtado estava por dentro do sistema capitalista, o estruturalismo cepalino, em alguma dimensão, retomava a tradição do pensamento marxista, mas só na medida em que destacava a análise das estruturas sociais - e não só econômicas - como importantes para compreender o comportamento dos agentes econômicos. Propunha que a superação da condição de subdesenvolvimento do Nordeste deveria passar pela busca do desenvolvimento, ou seja, através do aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento, que viria pela industrialização.

Furtado é um convicto reformista, e toda “solução” que propõe está por dentro do sistema capitalista. Inclusive estava muito preocupado, naquele período pré-1964, com os rumos que poderia tomar o país, estando na defensiva, em busca da superação do atraso da estrutura agrária para evitar o acirramento da luta de classes e a possibilidade de uma revolução socialista como saída. Mas também estava preocupado com a saída através de um golpe de direita que seria um reforço das ideias das classes conservadoras, em detrimento de uma fração “progressista” e industrial da burguesia, a qual estava indiretamente associado.

Naquele início da década de 1960, a conjuntura política brasileira passou por uma reviravolta com a renúncia do presidente

Jânio Quadros¹³ e toda a problemática em torno da transição para que assumisse seu vice, quando diversas barreiras foram colocadas para impedir que João Goulart¹⁴ (Jango) pudesse atuar. Momento em que houve até parlamentarismo nesse país, num sistema complicado onde o presidente João Goulart dividia responsabilidades com o primeiro ministro Tancredo Neves¹⁵. Somente através da esmagadora vitória no plebiscito, de janeiro de 1963, o sistema presidencialista foi restabelecido e João Goulart passou a gozar dos plenos poderes de presidente.

Entretanto, mesmo com as limitações impostas, em 1962, Jango encomendou a Celso Furtado um plano para combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico, que se tornou o Plano Trienal. O plano incluía medidas ortodoxas para o controle inflacionário, que agradaria a qualquer burocrata do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também políticas desenvolvimentistas, dando importância à intervenção do Estado, além das chamadas reformas de base – entre as quais se podem destacar a agrária, a bancária, a educacional, a eleitoral, a fiscal

13 Jânio da Silva Quadros (1917-1992), sul-mato-grossense de Campo Grande, foi advogado e político brasileiro. Foi vereador de São Paulo (1947-1951), prefeito de São Paulo (1953-1955), governador de São Paulo (1955-1959), deputado federal pelo Paraná (1959-1961), presidente do Brasil (1961) e prefeito de São Paulo (1986-1989).

14 João Belchior Marques Goulart (1919-1976), gaúcho de São Borja, foi advogado e político brasileiro. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul (1946-1950), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1951-1955), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1953-1954), vice-presidente do Brasil (1956-1961) e presidente do Brasil (1961-1964).

15 Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), mineiro de São João del-Rei, foi advogado, empresário e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais (1962-1979), primeiro-ministro do Brasil (1961-1962), senador pelo estado de Minas Gerais (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984) e eleito presidente do Brasil em 1985 (não tomou posse).

e a urbana; além de incluir a nacionalização de setores industriais importantes como energia elétrica, refinamento de petróleo e químico-farmacêutico.

Celso Furtado é entrevistado em 1961 pela produtora e diretora Helen Jean Rogers, para o filme *The Troubled Land*¹⁶ (1964), sendo introduzido como um brilhante economista que tem planos excelentes para a região. Furtado, bem como todos os envolvidos, demonstra que sua preocupação estava na agitação que crescia a cada dia. Ao público estadunidense, Furtado apresenta que “os camponeses pensam que o comunismo é o meio para resolver o problema agrário”, quando, por outro lado, o governo brasileiro, assim disse o narrador, “planeja ajudar os camponeses do Nordeste com excelentes planos de industrialização e reforma agrária”. E assim segue a entrevista:

Ms. Rogers: Você acredita que pode haver uma saída pacífica e democrática para o problema agrário?

Furtado: Sim. É por isso que eu estou aqui. Lutando dia e noite para mostrar que podemos viver de forma diferente. Que eles podem viver melhor do que vivem agora. Que eles podem trabalhar para si. Que eles podem abrir novos campos. Que eles possam buscar felicidade [...]

Ms. Rogers: O que os Estados Unidos podem fazer para ajudar?

Furtado: Primeiramente, isso é um problema nosso, se não tivermos uma clara noção do problema, não estaremos preparados para

16 THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <https://youtu.be/6zTxC-BIY7uE> Acesso em 23 jun. 2020.

fazer o sacrifício e lutar pela solução, qualquer ajuda externa não transformará a situação. Mas se nós abrirmos um novo caminho e começarmos o processo de mudança, a ajuda dos EUA e de qualquer outro país será fundamental. Mas se não fizermos nada e as coisas continuarem como têm estado nos últimos cinco ou dez anos, podemos ter uma situação muito explosiva, talvez em dois ou cinco anos, talvez amanhã [tradução nossa] (THE TROUBLED Land, 1964).

A fala de Furtado no documentário é incisiva, representando muito bem seu pensamento. Inclusive, Tânia Bacelar expõe que “um dos sonhos de Furtado era criar no Nordeste uma burguesia industrial que pudesse estrategicamente se confrontar com as oligarquias agrícolas, que tinham um peso muito grande” (BACELAR, 2000, p. 78). Celso Furtado, de certa forma, acreditava na possibilidade de uma burguesia industrial com interesse no desenvolvimento nacional, que pudesse se colocar em contraposição aos interesses internos e externos que perpetuavam o subdesenvolvimento. De modo que a criação de uma nova classe dirigente deveria ser uma das tarefas da política econômica, a fim de estimular um espírito desenvolvimentista dessa classe para superar o subdesenvolvimento. Até este momento, podemos afirmar que Furtado tinha esperanças na construção de uma burguesia nacional (GARBIERO, 2018).

Mesmo que depois, o próprio Furtado (1975) lance críticas à ideia de que seja possível a existência de uma burguesia nacional¹⁷ no Brasil, ele foi o maior entusiasta da possibilidade de a

17 De acordo com Poulantzas (1978), a *burguesia nacional* seria a fração burguesa com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo na estrutura e na superestrutura ideológica e política

burguesia industrial brasileira assumir esse papel e levar a cabo a superação do subdesenvolvimento. Mas diante da crise orgânica desse período, entre 1961 e 1964, a grande burguesia monopolista, que tinha por base o imperialismo e era apoiada pelas forças reacionárias internas, estava preparando sua reação àquela movimentação num sentido democratizante. O golpe militar de 31 de março/1 de abril de 1964 dizimou as aspirações e esperanças reformistas.

Quanto a “ajuda” que os Estados Unidos poderia dar ao Brasil, a qual a Ms. Rogers perguntou a Celso Furtado em 1961, esta veio através da colaboração ativa com o Golpe dado pelas forças armadas no Brasil em 1964, que inclusive está bem documentada no filme *O Dia que Durou 21 anos*¹⁸, onde o diretor Camilo Tavares apresentou documentos comprobatórios da participação daquele país. Tanto que, sob a recomendação do embaixador Lincoln Gordon, a potência capitalista global reconheceu o “novo governo” brasileiro já no dia 2 de abril de 1964.

Essa crise de 1964 fundiu todos os elementos do conflito de classes – em nível regional e nacional – tendo como resultado uma intervenção aberta das Forças Armadas. De modo que qualquer divergência entre as frações do capital tornou-se marginal depois do golpe. As oligarquias rurais que desempenharam papel importante para a derrubada de João Goulart, se contentaram com a dissolução das Ligas Camponesas e a prisão dos dirigentes

que pode se manifestar como uma posição anti-imperialista e/ou populista. A *burguesia compradora*, por sua vez, é a fração mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, ela não tem base própria de acumulação de capital, atua como “intermediária” do capital estrangeiro. Ocupando uma posição intermediária está a *burguesia interna*, congregando características e diferenças de ambas as frações.

18 O DIA que Durou 21 Anos. Direção de Camilo Tavares. (78min) Brasil, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/4ajnWz4d1P4> Acesso em 13 jul. 2020.

camponeses mais influentes. O resultado foi uma repactuação conservadora do bloco desenvolvimentista à direita, com as forças reacionárias nos governos militares esmagando as forças populares no processo.

Crise e golpe em 1964: um golpe contra o desenvolvimentismo?

Naquela conturbada conjuntura entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, estavam acontecendo amplas movimentações de diversos grupos sociais e políticos, abrindo uma crise que dragou o país – havia crise econômica, efervescência das massas despossuídas, mobilizações de ruas pelas reformas de base, disputas pelo poder, conspirações palacianas em quartéis e embaixadas. Desse modo, houve uma recomposição autoritária e conservadora do bloco desenvolvimentista, através de um golpe de Estado, subvertendo a dimensão progressista do desenvolvimentismo que Celso Furtado tinha buscado lhe imputar através das técnicas de planejamento.

Nesse sentido, a primeira metade da década de 1960 foi marcada por diversas crises intercruzadas, passando pela crise econômica até a crise do regime político liberal-representativo. O ascenso da luta de classes naquele período, sobretudo no Nordeste, pôs em xeque a estabilidade institucional burguesa, colocando em questão também a propriedade privada “na lei ou na marra”. Esse avanço das lutas e a resposta da burguesia enterrou a ilusão, mantida por alguns setores progressistas, da possibilidade de um “capitalismo civilizado”. Ficou demonstrado que este era impraticável por essas terras.

Essa crise orgânica dos anos de 1960 estava balizada pelas crises econômica, social e política. As massas, mesmo que desorganizadas, passaram subitamente da passividade à atividade política, sejam os camponeses no Nordeste em busca de reforma

agrária, ou os trabalhadores e estudantes em prol das reformas de base. Tudo isso ajuda-nos a entender a resposta burguesa a essa crise de hegemonia através de uma “contrarrevolução preventiva” – o golpe de 1964. O resultado foi um realinhamento da dinâmica entre as classes sociais, rompendo as alianças que davam sustentação ao regime “democrático” burguês inaugurado em 1945/46.

O golpe de 1964, diante dessa crise orgânica, tinha como atribuição fazer cumprir a exigência capitalista de atacar direitos sociais, rebaixar salários, dismantelar as organizações políticas de esquerda que mobilizaram as grandes massas populares no sentido de ampliação daquela restrita democracia (MELO, 2013). Contudo, a burguesia não tinha condições de realizar essa tarefa sem ajuda, por isso, coube às forças armadas golpear o regime político brasileiro uma vez mais. Nesse sentido, o bloco desenvolvimentista, inaugurado com a “revolução de 30”, passou por uma recomposição a partir do golpe de 1964, de modo que a nova dinâmica de classes fez surgir uma nova correlação de forças.

Em vista da crescente atividade das massas – operárias, camponesas, estudantis e intelectuais – tanto a burguesia nacional como estrangeira recorreram aos setores conservadores: militares, policiais, igreja, latifundiários e demais... para que se quebrasse a ordem constitucional, a fim de instaurar as condições para “ordem e progresso” desde que com “segurança e desenvolvimento”. Tudo que os partidos políticos não tinham condições de criar naquela agitada conjuntura. No pós-1964, então, muitas das problemáticas da “revolução burguesa” e do caráter autoritário do Estado se colocaram de forma brutalmente escancarada, o golpe expressara a vitória da contrarrevolução burguesa. A partir desse momento os principais problemas da sociedade – desigualdades sociais, desequilíbrios regionais, posse e uso da terra, situação das comunidades indígenas, questão operária, dilemas do ensino, etc. – foram tratados pelos governantes em termos de

estratégia e táticas militares, de geopolítica (IANNI, 1985). Não deve restar dúvida que foi em favor da burguesia que se instalou uma ditadura, através de um golpe. De modo que a crise orgânica, marcada por profunda efervescência naquela primeira metade da década de 1960, rumou para uma intervenção autoritária direcionada à manutenção da ordem burguesa como uma contrarrevolução preventiva.

Em oposição ao desenvolvimentista varguista que se tornou hegemônico a partir da década de 1930, aqueles que patrocinaram o golpe em 1964 buscaram impor uma ordem econômica de corte liberal através da força militar sobre a qual se ancoravam. Em verdade, essas forças buscavam há pelo menos uma década a oportunidade de se colocar, mas foram frustradas pelo suicídio de Getúlio Vargas, que reforçou a hegemonia desenvolvimentista.

O regime, naquele primeiro momento, ficou sob a liderança do marechal Castello Branco¹⁹ (1964 - 1967) na Presidência, contando com o economista Roberto Campos²⁰ no Ministério do Planejamento e Octávio Gouveia de Bulhões²¹ no Ministério da Fazenda. As forças que sustentaram o golpe e regime ditatorial tinham por objetivo criar as condições institucionais para um “novo” padrão de reprodução do capital, baseado no fortalecimento dos laços de dependência externa e na superexploração da força de trabalho. Foi adotado, então, um programa econômico que tinha por objetivo combater a inflação e criar as condi-

19 Humberto de Alencar Castello Branco (1907-1967), cearense de Fortaleza. Foi um militar e político brasileiro. Foi presidente do Brasil (1964-1967).

20 Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), mato-grossense de Cuiabá, foi um economista, professor e político brasileiro. Foi presidente do BNDE (1958-1959), Ministro do Planejamento (1964-1967), Senador pelo estado do Mato Grosso (1983-1990) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1991-1999).

21 Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), fluminense do Rio de Janeiro, foi um economista brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1964-1967).

ções institucionais para expansão do capital estrangeiro no país (SOUZA, 2014).

As medidas liberais de combate à inflação surtiram efeito, ao custo de uma nova política trabalhista de forte contração salarial, com reajustes abaixo do índice inflacionário, que acabou dando suporte e marcando o novo padrão econômico por meio do aumento da taxa de lucro. Ao tempo em que instituiu um padrão de reprodução com maior abertura ao capital estrangeiro através da eliminação de obstáculos à penetração deste capital via abolição da lei de remessa de lucros, criando as condições institucionais para o retorno de parte dos lucros aqui extraídos à esfera internacional (SOUZA, 2014).

O governo, ainda que tenha perseguido certo ideário liberal na economia, não conseguiu romper com a tradição controladora e intervencionista do Estado brasileiro; a despeito da coerência interna, o programa internacionalista-liberal não foi o sucesso prometido. Para os golpistas foi bem mais fácil derrubar homens e cassar lideranças do que transformar as estruturas econômicas e de gestão do Estado (REIS, 2005). Os “vitoriosos” de 1964 não conseguiram levar adiante a utopia liberal, ameaçados pela possibilidade de estagnação econômica. Não se cumpriu o desejo, por parte daqueles que se associaram ao golpismo, de afastar o maquinário estatal da atividade econômica. Por outro lado, o que se viu foi o reforço da burocracia estatal, criação de uma série de empresas estatais e a maior abertura ao capital estrangeiro. A despeito de não ter se realizado o sonho liberal, todas as frações da burguesia brasileira beneficiaram-se, em maior ou menor grau, da orientação tomada pelas forças golpistas no sentido do desenvolvimento das forças produtivas (DEL ROIO, 2014).

Em 1967 o regime passou por uma mudança, com a saída de Castello Branco e a entrada de Costa e Silva (1967–1969) na Presidência. Este último chegou prometendo democracia, diálogo, ordem jurídica estável e reformas, mas já no primeiro ano

de governo, o que se viu foi uma desproporcional repressão ao movimento estudantil. Além da forte repressão, o regime buscou apostar no desenvolvimentismo para combater a recessão que se traduzia em impopularidade. Para isso, Roberto Campos foi substituído por Delfim Netto como principal nome da política econômica.

Até 1967, se observavam claros sinais de recessão devido ao arrocho salarial e das medidas restritivas para o combate à inflação que haviam sido tomadas no governo Castello Branco. Depois daquele momento inicial, o regime voltou-se ao desenvolvimentismo, através de continuidades e rupturas em relação ao que foi estabelecido pelo modelo varguista, com marcas ascendentes e aprofundamento do autoritarismo.

Delfim Netto e o desenvolvimentismo autoritário

Antônio Delfim Netto era um grande entusiasta do planejamento econômico como meio para atingir o desenvolvimento, com diferenças acentuadas em relação à forma proposta por Celso Furtado. O economista paulista apontava que o planejamento econômico eficiente deveria superar as “vontades egoísticas” das diferentes classes sociais que serviam de barreira ao desenvolvimento, de modo que ao “planejador”, ou seja, ao Estado e aos gestores caberia o papel de impedir que essas “vontades” se manifestassem, tendo em vista a necessidade de transformação da estrutura econômica em direção ao desenvolvimento (HESPANHOL, 2017)²².

22 Em virtude da dificuldade de acessar a produção intelectual (autoral) de Delfim Netto, contamos com a dissertação de Dian Hespagnol, em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), que dedicou-se ao pensamento econômico de Delfim nas décadas de 1950 e 1960. Ao fazê-lo apresenta um apanhado de citações que nos permite compreender e analisar criticamente o pensamento do economista paulista.

Podemos colocar nos seguintes termos: enquanto o desenvolvimentismo de Furtado tinha uma base republicana – com todos os acordos e limitações que isso pudesse implicar –, para Delfim o desenvolvimentismo estava fundamentado no autoritarismo, tendo em vista de que a transformação das estruturas produtivas, que tinha como condição fundamental para a sua realização a industrialização. Esta, para acontecer, precisaria suprimir as vontades egoístas das classes sociais, o que significou uma asfixia dos anseios das classes populares e uma escolha por crescimento em detrimento de distribuição.

Por exemplo, em relação ao Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social proposto por Celso Furtado, enquanto Ministro do Planejamento no governo de João Goulart em 1963, Delfim Netto posicionou-se criticamente. Não pelo aspecto do planejamento, mas porque seria, segundo sua perspectiva, um “mau planejamento” pela impossibilidade de dar respostas perante um sistema político tão volúvel como o brasileiro (HESPANHOL, 2017).

No que se refere ao caráter autoritário do desenvolvimentismo de Delfim Netto, cabe observar seu discurso de apoio ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional:

Senhor presidente, senhores membros do Conselho. Eu creio que a revolução veio não apenas para restabelecer a moralidade administrativa neste país, mas, principalmente, para *criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico*. Este é realmente o objetivo básico [...] Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência, ao presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que *são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez* [grifo nosso] (DELFIN NETTO, 1968).

Na ânsia de perseguir “o desenvolvimento com maior rapidez”, Delfim Netto endossou o AI-5 que abriu a possibilidade de: o Presidente da República decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; legislar em todas as matérias; decretar a intervenção nos Estados e Municípios; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; suspensão de direitos políticos; baixar atos complementares para a execução do próprio ato; suspender a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos, crimes contra a segurança nacional, crimes contra a ordem econômica e social e a economia popular; instituir censura prévia; e a famigerada institucionalização da tortura como prática do Regime. Essas foram algumas das medidas que visavam modificar as estruturas e facilitar o desenvolvimento econômico, esse foi o preço pago para avançar em direção ao desenvolvimentismo autoritário.

Diante da tensão “capitalismo liberal vs. socialismo”, Delfim Netto escolhia um terceiro caminho onde se propunha controlar os rumos do capitalismo brasileiro através do planejamento. Nesse capitalismo do Delfim Netto não havia espaço para o canto da sereia de que o mercado poderia ser o motor da economia, baseando-se na observação dos países “desenvolvidos” e ignorando as realidades nacionais. Por isso indicava que o planejamento estatal deveria ser utilizado para fortalecer a economia de mercado ou, mesmo, substituí-la (HESPANHOL, 2017).

Outra semelhança/diferença entre Delfim Netto e Celso Furtado está na questão do setor agrícola como fundamental para a industrialização. Ambos partiam do diagnóstico de que para se atingir o desenvolvimento era fundamental industrializar o Brasil, e para isso seria fundamental a elevação da produtividade no setor agrícola. Mas tinham proposições diferentes de como atingir.

Delfim Netto argumentava que a industrialização demandaria que o setor agrário evoluísse em termos de produtividade para

prover os alimentos a toda a população. Para tal, propunha uma modernização da base técnica da agricultura, evitando reformas mais profundas, colocando que o fundamental seria melhorar o nível técnico da agricultura, através da mecanização e da inclusão de insumos químicos para obter uma estrutura agrária eficiente (GARCIA, 1990). Dessa forma, passava-se ao largo de qualquer preocupação quanto ao histórico problema da concentração de terra e de renda. Já Celso Furtado preocupava-se com a melhoria das condições de vida do homem do campo, ampliação da oferta de alimentos que atendesse a demanda sem gerar pressão nos preços, através do melhor uso de terras, além de todos os aspectos que marcaram sua atuação junto à SUDENE e ao Ministério do Planejamento, como vimos no capítulo anterior.

Mesmo antes de assumir o Ministério da Fazenda, enquanto acadêmico, Delfim Netto, como sua geração de economistas da Universidade de São Paulo (USP), fez o esforço para tentar comprovar sua tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, contra a tese cepalina que defendia haver uma rigidez da oferta agrícola pela própria dinâmica agrícola, que gerava problema ao não fornecer uma quantidade adequada de alimentos para as cidades. A chave de leitura do grupo liderado por Delfim Netto negava a existência de uma questão agrária no Brasil, nos moldes do debate que estava em pauta, ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo como um problema econômico relevante (DELGADO, 2005).

O Plano Trienal de Celso Furtado propunha uma reforma agrária com vistas a aumentar o mercado interno brasileiro e aumentar a produção de alimentos, em crítica à estrutura atrasada da agricultura brasileira. Mesmo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Roberto Campos indicou que seria necessária uma reforma agrária para avançar na busca pelo desenvolvimento no Brasil. Mas Delfim Netto discordava de ambos os planos e acreditava piamente que uma reforma agrária não era necessária. Ainda que ponderasse, por exemplo,

que a estrutura em algumas áreas no Nordeste era de fato atrasada e nessa região a reforma agrária poderia ser implantada pontualmente. Nem tanto como forma de atingir o desenvolvimento, mas como forma de mudar a estrutura da propriedade (HESPANHOL, 2017).

Para Delfim Netto, a reforma agrária não produziria uma elevação do mercado consumidor para os produtos industriais, tendo em vista que as unidades produtivas resultantes de tal reforma seriam parcialmente autônomas, através do consumo de sua própria produção. Por isso não iriam integrar-se prontamente à economia de mercado. Nessa lógica de argumentação, a reforma agrária não resolveria os problemas que considerava urgentes, a saber, o da industrialização, da inflação e do desemprego (HESPANHOL, 2017). É a partir dessa posição que Delfim Netto atuou como figura destacada na formulação de política econômica nos governos do Regime Militar brasileiro.

Outra diferença marca o pensamento e atuação de Delfim Netto em relação a Celso Furtado. Enquanto Furtado tinha em mente a área menos dinâmica, ou seja, o Nordeste; Delfim considerava fundamentalmente a área dinâmica, o Centro-sul, e excluía as particularidades do Nordeste de sua análise, ainda que reconhecendo essa exclusão.

Tendo em vista que o Nordeste não era o centro dinâmico da economia brasileira, essa região não estava na zona de interesse de Delfim Netto. Daí sua aposta de que seriam os centros dinâmicos que induziriam o desenvolvimento às regiões mais atrasadas, particularmente através da busca pelo aumento da produtividade do trabalho com o uso de tecnologias de plantio mais eficientes. O maior custo de alimentação no Nordeste, que era uma preocupação viva no pensamento de Celso Furtado, para Delfim Netto era resultado da produtividade muito menor nessa região, o que gerava uma distorção nacional ao pressionar para baixo o salário real do setor industrial, em vista da integração dos mercados regionais (HESPANHOL, 2017). A solução para Delfim,

diferentemente de Furtado, passava pelo incentivo à exportação de produtos agrícolas em direção ao Nordeste e pela introdução de técnicas agrícolas mais modernas.

Ainda vale comentar sobre Delfim Netto que seu papel nesse processo foi de um defensor da busca cega pelo “desenvolvimento das forças produtivas” acima dos interesses de alguma fração burguesa em particular, em alguns casos questionando inclusive o “sagrado” direito liberal à propriedade, de modo que o mercado deveria estar subjugado ao “desenvolvimento econômico” (HESPANHOL, 2017). Por isso dá tanto destaque à atuação do Estado como indutor do crescimento econômico.

Após o Golpe de 1964, a esperança de Furtado de que o Brasil pudesse atingir o desenvolvimento foi minguando mais e mais, enquanto Delfim Netto, por outro lado, era mais otimista, acreditando que o desenvolvimento poderia ser alcançado, e que isso dependeria fundamentalmente da vontade dos envolvidos, mesmo que através de grandes sacrifícios. Delfim Netto acreditava que o desenvolvimento era endógeno, que um país como o Brasil poderia atingir a marca de desenvolvido, através da precisa intervenção planejada do Estado. Enquanto Furtado, mesmo tendo se dedicado ao planejamento, tinha uma percepção de como o sistema capitalista internacional condicionou historicamente as posições de “subdesenvolvido”, e o quão difícil seria romper essa barreira.

O “Milagre” e o Crescimento do Bolo

Com Delfim Netto no Ministério da Fazenda, a economia respondeu principalmente devido às medidas do governo em combinação com uma série de condições favoráveis internas – ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro executado pelo governo anterior – e externas – como o *boom* no mercado internacional de crédito.

Em contraste com a etapa inicial, economicamente liberalizante, o governo Médici, com Delfim Netto à frente da economia, volta-se ao desenvolvimentismo com medidas, dentre as quais podemos destacar: investimento público, estímulo às empresas estatais, medidas protecionistas, avanço no processo de substituição de importações, etc. Além disso, o mal chamado “milagre brasileiro” deveu-se, em grande medida, à utilização da capacidade ociosa pré-existente, ou seja, devido à utilização de capacidade produtiva gerada anteriormente. Essa volta ao desenvolvimentismo, a partir de 1968, foi acompanhada da acolhida aos capitais estrangeiros, que foram impulsionados pela formação de capitais excedentes nos países de capitalismo central, principalmente na forma de eurodólares. Esses capitais vieram à economia brasileira em abundância, seja pela forma de investimento direto, ou como empréstimos e financiamentos (SOUZA, 2014).

O ministro Delfim Netto aproveitou as excepcionais condições do mercado internacional e a capacidade ociosa do setor produtivo colocando em prática um vigoroso programa de crescimento, com uma política econômica francamente expansionista. O resultado desses processos, entre os anos de 1967 e 1973, foi o chamado “milagre econômico”, resultando em elevadas taxas de crescimento da economia (LUNA; KLEIN, 2014).

Seguindo a leitura própria de Delfim Netto, no quesito da agricultura, houve um processo de modernização conservadora, através do desenvolvimento de uma agricultura em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo, ou seja, uma integração agroindustrial. Esse processo de modernização conservadora é fruto da derrota da perspectiva dual-estruturalista cepalina de Celso Furtado, onde a reforma agrária tinha destaque como meio para onde a agricultura deveria avançar. Em contraposição, houve a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde” e a abundante disponibilidade de crédito rural.

Delgado (2012) destaca que nesse processo modernizante e conservador da agricultura brasileira seu caráter foi preservado do ponto de vista social e regional. Pode-se dizer que houve um aprofundamento das características mais marcantes – latifúndio e monocultura – ao longo desse processo de modernização. De modo que a integração técnica da indústria com agricultura aconteceu mantendo as oligarquias rurais associadas à grande propriedade e ao capital comercial. O Estado foi peça chave desse processo através das políticas econômica e social.

Além de tudo, o processo foi regionalmente e socialmente concentrado, acontecendo principalmente nas regiões Sudeste e Sul. A participação do Norte e Nordeste nesse processo foi distinta, cabendo ao primeiro servir como área de expansão capitalista, e ao segundo servir como reservatório de força de trabalho. Só na década de 1980 que o Centro-oeste foi incluído com força neste processo (DELGADO, 2012). O resultado foi um desenvolvimento desigual e combinado da “modernização” da agricultura, a partir da década de 1970, havendo a manutenção de estruturas agrícolas tradicionais não industrializadas convivendo com um moderno sistema agroindustrial.

Além da transformação na agricultura patrocinada pelo Estado desenvolvimentista e autoritário, essa instituição despontava como o grande produtor de eletricidade, aço, minerais, combustíveis, fertilizantes, produtos químicos, entre outros insumos. Também controlava os serviços portuários, as telecomunicações e as ferrovias e, ainda, exercia um papel fundamental no sistema de crédito. De modo que o Estado exercia o comando com mãos de ferro sobre as principais decisões na área econômica. Mas não só na dimensão pública havia intervenção estatal, visto que poucos projetos privados aconteciam sem anuência de alguma instituição governamental para obtenção de crédito, subsídios ou algum tipo de licença (LUNA; KLEIN, 2014).

Nesse contexto, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974,

aspirava colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas. Para tanto, seria preciso duplicar a renda per capita do país até 1980, elevar o crescimento do PIB até 1974 a uma taxa anual que variou entre 8% e 10%, elevar a taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, reduzir a taxa de inflação e adotar uma política econômica internacional expansionista sem prejuízo do controle da inflação. O I PND estava apoiado em recursos do BNDE, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros da União (ABREU, 2020).

Nesse contexto, o Estado controlava rigidamente os investimentos no setor produtivo, as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, os preços e salários, e administrava a taxa de câmbio. Tudo isso produzindo pujante crescimento econômico, não há dúvida, mas ao custo de enorme concentração da riqueza. Além disso, esse “milagre” no campo da economia aconteceu simultaneamente ao momento de maior terror do Regime Militar no campo da política, quando não se admitiam críticas, mesmo diante das distorções causadas pela política econômica (LUNA; KLEIN, 2014).

Então, o preço pago pelo crescimento e pela modernização de setores diversos da economia foi a ampliação das desigualdades sociais e regionais. Enquanto alguns estratos das classes médias e funcionários públicos puderam adquirir casa própria e o primeiro automóvel, através de amplo acesso a crédito; havia enorme contingente das classes trabalhadoras que passaram por um processo de depressão salarial, aumentando a pauperização da população em geral.

O Regime Militar demarcou a ruína das aspirações progressistas do desenvolvimentismo pré-64. A superexploração da força de trabalho tornou-se parâmetro do padrão de acumulação. A coerção tornou-se a base da dominação diante do novo regime. A pobreza e miséria garantiram a alta lucratividade da burguesia brasileira e estrangeira, como também aconteceu em outros países latino-americanos que vivenciaram situações políticas

semelhantes. O regime político tomou um caráter antissocial, antinacional e antidemocrático (SAMPAIO JR., 2017).

O bolo cresceu, afinal de contas – a taxa média de crescimento do PIB de 1967 a 1973 foi de cerca de 10,16% e de quase 12,41% entre 1971 e 1973 –, mas os trabalhadores, camponeses, indígenas e grupos sociais subalternos em geral não chegaram a ver nem suas migalhas – a concentração de renda, medida pelo índice de Gini, saiu de 0,54, em 1960, para 0,63 em 1977 (quanto mais próximo a 1, maior o nível de concentração); o salário-mínimo real despençou, visto que em fins dos anos 1970 era preciso trabalhar 173h para ganhá-lo, quando em 1959 eram 65h (OLIVEIRA, 2018).

Considerações finais

Entre 1959 e 1964, Celso Furtado trabalhou com diversos presidentes - JK, Jânio Quadro, Jango e as idas e vindas do presidencialismo - numa empreitada para aplicar as técnicas de planejamento que cultivou no período em que esteve nos quadros da CEPAL, a fim de superar o subdesenvolvimento no Brasil. Desse modo, o dualismo cepalino de Furtado tinha uma orientação republicana na medida em que buscava, em sua intervenção, enfrentar o “atrasado” para construir o “moderno”, dentro de uma perspectiva “técnica”, superando o clientelismo que marcava a política brasileira. Desse modo, partia de uma argumentação na qual existiria uma fração progressista da burguesia que pudesse endossar sua cruzada contra o subdesenvolvimento. Por isso buscava fortalecer a fração industrial do capital em detrimento da fração agrária, ao tempo em que buscava manter a ordem e evitar uma ruptura violenta por parte das classes subalternas, como aconteceu em Cuba em 1959 ou na China dez anos antes.

Diante da tensão gerada pelas péssimas condições de vida e o ascenso das classes trabalhadoras e subalternas, as classes burguesas optaram por golpear a limitada “democracia” instalada em 1946 ao dar um golpe de estado em 1964. O regime, a princípio,

voltou-se contra o desenvolvimentismo, mas já em 1967/1968 reforçou-o a partir da imprescindível atuação de Delfim Netto.

Mas, diferentemente de Celso Furtado, em Delfim Netto o desenvolvimentismo tinha um caráter autoritário e sua confiança não estava depositada em uma suposta burguesia nacional, mas sim num Estado forte que suprimisse os interesses das classes sociais em nome do desenvolvimento. Retirando, assim, todo o conteúdo progressista que tinha o desenvolvimentismo em Celso Furtado, que ao buscar conter a luta de classes, dava grande importância a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas. Enquanto que no período do regime militar a contenção da luta de classes deu-se pela repressão política/policial, de modo que, através da política econômica liderada por Delfim Netto, foi possível fazer o “bobo crescer”, mas o fez através de enormes distorções em termos distributivos, em nível social e regional.

Desse modo, uma das diferenças essenciais entre o desenvolvimentismo de Celso Furtado e Delfim Netto dá-se neste aspecto. Em Furtado tem um caráter republicano, superando o clientelismo, mas dentro do jogo de acordos entre as classes sociais e frações de classe. Enquanto que em Delfim Netto, em vista do elemento autoritário, houve possibilidade de implementação do seu projeto de cima para baixo, sobre as classes subalternas como aconteceu no período do mal chamado “milagre econômico”, sem medo de uma ruptura com a ordem estabelecida.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Plano Nacional de Desenvolvimento. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC-FGV). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em 10 ago. 2020.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. *In*: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEL ROIO, M. Prefácio. *In*: PINHEIRO, M. (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book.

DELFIN NETTO, A. Íntegra do Voto. **Folha de São Paulo**. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>. Acesso em 28 out. 2020.

DELGADO, G. C. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. **Do “Capital Financeiro na Agricultura” à Economia do Agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FURTADO, C. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, C. A Operação Nordeste [1959]. *In*: D’AGUIAR, R. F. (org.). **Celso Furtado Essencial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 357-361.

FURTADO, C. A Fantasia Desfeita. *In*: FURTADO, C. **Obra Autobiográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GARBIERO, G. G. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Em Tese**, v. 15, n. 1, p. 49-74, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n1p49/36907>. Acesso em 30 jun. 2020.

GARCIA, Á. A. Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Os debates nas décadas de 50 a 70. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 11, p. 198 - 222, 1990.

HESPANHOL, G. C. M. G. **Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, M. C. Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o elo perdido. **Perspectivas**, Araraquara, v. 32, p. 15-46, 2007.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S.(org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. E-book.

MELO, D. B. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

O DIA que durou 21 Anos. Direção: Camilo Tavares. Brasil, 2013. (78min). Disponível em: <https://youtu.be/4ajnWz4d1P4>. Acesso em 13 jul. 2020.

OLIVEIRA, F. A navegação venturosa. *In: OLIVEIRA, F. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo, 2003a. p. 11 - 38.

OLIVEIRA, F. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. *In: OLIVEIRA, F. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo, 2003b. p. 39-57.

OLIVEIRA, M. Na ditadura, cresceram desigualdade, inflação e dívida. **Monitor Mercantil**. Rio de Janeiro: 29 mai. 2018. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/na-ditadura-cresceram-desigualdade-infla-o-e-d-vida>. Acesso em 30 set. 2020.

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no Capitalismo Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SANTOS, N. A. 45 Anos de Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento do Nordeste (1959-2004). **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 39, p. 84-109, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5189/3501>. Acesso em 10 jan. 2019.

SCHLESENER, A. H. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. E-book.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In: **Crônica de Uma Crise Anunciada**: Crítica a economia política de Lula e Dilma.* São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017. p. 149 - 162.

SOUZA, N. A. A Economia da Ditadura e da Transição. *In*: PINHEIRO, M. (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book.

THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <https://youtu.be/6zTxCBIY7uE> Acesso em 23 jun. 2020.

Parte II

Nordeste, Instituições e Desenvolvimento

Entre estigmas e utopias: o Nordeste das secas, subdesenvolvimento e desenvolvimento sustentável

Daniela Brito Ramos²³

Introdução

O Nordeste brasileiro foi sempre retratado nos discursos midiáticos a partir de um olhar estigmatizado como a região das secas e, por assim ser, essa seria a justificativa principal para explicar o seu atraso e subdesenvolvimento. Ao longo de anos, as secas ocorreram e trouxeram consigo muitos problemas de ordem social como, por exemplo, a fome, as migrações desordenadas, calamidade e miséria, fazendo com que surgissem ações assistencialistas por parte do Estado. Sem políticas públicas eficazes para enfrentar as sucessivas crises hídricas, visando amenizar os seus efeitos sociais e ambientais, as atuações do Estado até meados da década de 1950, estiveram em suma, baseadas em políticas assistencialistas que intensificaram em certa medida as discrepâncias socioeconômicas no Nordeste.

A discussão sobre política da água e as soluções para o problema e enfrentamento das secas que historicamente marcaram a população do Nordeste, na literatura acadêmica aparece com

23 Mestre em Desenvolvimento Regional (UEPB). Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente (IFPB). Graduada em Ciências Sociais (UFCG). E-mail: danielaramos557@gmail.com

uma diversidade de apropriações e de conceitos de desenvolvimento com diferentes autores que se dedicam à temática.

A ocorrência de seca na região semiárida do Nordeste afeta diretamente a vida das pessoas e a ambiência, em especial, as atividades relacionadas ao abastecimento de água e a produção agropecuária, como também, as estratégias de políticas públicas para mitigar os efeitos da seca.

No Nordeste, ao longo dos últimos cem anos, pelo menos, muitos estudos e pesquisas apontaram que a solução seria a construção de açudes e a infraestrutura de transporte. No entanto, essa solução tem se mostrado ineficazes para manter o abastecimento pleno de água tanto para a zona rural quanto para as pequenas e médias cidades, principalmente, as famílias mais carentes, naturalmente, a mais vulnerável, porque não dispõe de condições econômicas para comprar água.

Destarte, o cenário do semiárido apresenta uma população em sua maior parte em condição de pobreza e miséria, desenvolvem atividades econômicas que dependem diretamente do acesso a água, sobrevivem da agricultura de subsistência, praticada por trabalhadores rurais e pequenos produtores, que formam o conjunto de atores econômico e social mais vulnerável à seca.

Acredita-se que as políticas públicas relacionadas a água precisam incorporá-las ao desenvolvimento sustentável, especialmente, com a gestão integrada dos recursos hídricos. Condições essa necessária para mitigar os impactos oriundos da seca no semiárido nordestino e os desafios de acesso ao abastecimento da água, tanto em quantidade quanto em qualidade, que possibilite assegurar melhores condições de vida para a população.

Este artigo apresenta uma análise simplificada dos efeitos socioeconômicos das secas e seus estigmas sociais associados aos paradigmas e pensamentos relevantes sobre a formulação das políticas de desenvolvimento do Nordeste. Datando os primeiros debates a partir do século XX sobre as políticas públicas voltadas às secas, que ao longo dos anos vem ampliando o debate entre pensadores.

Um recorte analítico do Nordeste: estigma da seca, subdesenvolvimento e desenvolvimento

Estudar o Nordeste e as políticas públicas de desenvolvimento regional ao longo de décadas, é trazer para centro do debate elementos sistêmicos a partir de um conjunto de aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais, ou seja, é buscar analisar as várias dimensões que se entrecruzam e se interpenetram.

O Nordeste é rico em diversidade cultural, a fauna é constituída por espécies xerófilas, adaptadas ao clima do tipo semiárido, a vegetação, tem três estratos: arbóreo, arbustivo e herbáceo, considerada como bioma Caatinga, além de grande biodiversidade, com várias espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e muitos tipos de peixes. Por isso, há necessidade de se estudar esse recorte geográfico, considerando as especificidades, nos contextos histórico-culturais.

Todavia, as políticas públicas implementadas apresentam perspectivas desenvolvimentistas, por mitigarem os impactos nos recursos naturais e a tecnologia da captação da água da chuva, para aumentar a oferta de água para consumos humanos e a CPDOC-FGV, além da água para a pequena produção de subsistência. Para Furtado (1974), os problemas resultantes do desenvolvimento existem em função da ausência de um projeto político que atenda aos requisitos de justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica. De modo que, os projetos de desenvolvimento necessitam respeitar as limitações impostas pela natureza, pois só acontece desenvolvimento real quando há a expansão das faculdades humanas.

Em torno do debate sobre os entraves ao processo de desenvolvimento do Nordeste, surgem muitos preconceitos, produções simbólicas e estereótipos criados, principalmente, quando vai ser rotulado e analisado com o “estigma da seca”.

Destarte o interesse deste estudo tomou por base o questionamento de como o conceito da região se firmou, sendo possível observar como a concepção se transformou ou permanece atrelada a um passado sociohistórico. Como relatou Furtado (1974), as ações governamentais de combate à seca, contribuíram sobremaneira para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional.

Diante disso, Furtado (2013), compreende o desenvolvimento a partir da superação do subdesenvolvimento, enquanto Dupas (2012) como um mito associado à ideia de progresso e Veiga (2008) como um atributo que erroneamente é medido por índices estatísticos que em sua maioria prevalece à renda *per capita* como um indicativo de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento é complexo, e apresenta uma sistematização geralmente associada à pelo menos dois sinônimos: progresso e crescimento. No entanto, Veiga (2008), Dupas (2012) e Furtado (2013) procuraram nas suas teorias desmistificá-los a fim de se evitar reducionismos e ingenuidades conceituais no seu processo de compreensão.

De acordo com Dupas (2012), o desenvolvimento pode ser compreendido como um conjunto de ideias força que corresponde à concepção de avanço civilizatório em detrimento da barbárie. Contudo, esse argumento pode ser refutado, pois ao longo da história da humanidade os avanços foram tantos – e continuam sendo – que o homem desenvolveu técnicas e estudos que são capazes, inclusive, de aniquilar sua própria espécie. Esses avanços foram responsáveis também pela disseminação de guerras, doenças e incertezas quanto ao amanhã, independentemente de onde se esteja.

A escola clássica da economia compreendia que toda riqueza provinha do trabalho e que o capitalismo é uma fonte natural de exclusão, mas o mercado se encarregaria de distribuir as oportunidades de forma igualitária com o passar o tempo e isso

configuraria o progresso, o desenvolvimento e a felicidade. Neste seguimento, Dupas (2012) compreende o progresso como um mito, como uma ideia de representação discutida pelos gregos, renascentistas, cartesianos, enciclopedistas, socialistas e demais correntes ideológicas que constituíram e constituem o pensamento histórico humano.

Furtado (2013), considerado um dos pensadores brasileiros mais emblemáticos do século XX, ao elucidar o desenvolvimento como uma forma de superação do subdesenvolvimento assinala pelo menos três experiências significativas para superação: 1) Coletivização dos meios de produção através da autogestão e planificação centralizada; 2) Prioridade à satisfação das necessidades básicas mediante a garantia de direitos básicos mediante ação política; 3) Ganho de autonomia externa a partir do fortalecimento do mercado interno.

O subdesenvolvimento é, neste sentido, a razão pela qual o Nordeste não conseguiu se libertar do estigma de região problema em decorrência da seca e das desigualdades sociais, assim como, condicionando a alusão do Nordeste das secas.

Goffman (1975) trata estigma como uma construção social, como ideias pré-concebidas relacionadas a atributos profundamente depreciativos em relação a uma pessoa, um lugar ou um modo de vida. O subdesenvolvimento pode ser compreendido, portanto, como o resultado de um processo histórico autônomo que de certa forma não permitiu o Nordeste se inserir no processo de modernização nacional, como ocorreu através da reprodução dos padrões de consumo dos países centrais – Europa e EUA – associado ao discurso do estigma da seca como entrave ao progresso.

Embora não exista um conceito universal para o fenômeno da seca, Carvalho (2012), enquadrando em tipos: meteorológica, agrícola, hidrológica e socioeconômica. A seca meteorológica ocorre quando a chuva observada, num determinado período,

for menor que um valor referencial, podendo desencadear a partir dessa, outros tipos de secas. Já, a seca agrícola corresponde a um período em que o teor de água no solo afeta a disponibilidade de água para o crescimento e desenvolvimento das plantas. Na seca hidrológica ocorre redução nos níveis de água armazenada nos reservatórios de superfície e subterrâneo. Ocorre, geralmente, no final de um período longo de seca meteorológica. E finalmente a seca socioeconômica que é uma “manifestação exacerbada”, relacionada com o impacto da seca sobre as atividades humanas, que inclui efeitos diretos e indiretos na produção Agropecuária e o abastecimento de água.

Furtado (1998) parte do pressuposto pelo engenheiro Guimarães Duque, de que uma política preventiva, desenvolvida antes mesmo que a seca se manifeste, mitigando os seus efeitos. Para tanto, seria necessário construir uma economia direcionada à seca, através de conhecimento científico e técnico da região, aporte de crédito e da assistência técnica, ou seja, repensar o Nordeste a partir de suas potencialidades.

Em termos de regime pluvial, o Nordeste semiárido tem um quantitativo de chuva superior à de outras regiões semiáridas, embora exista elevada irregularidade temporal e espacial, mas sua estrutura social, econômica e produtiva, é frágil, principalmente, o da agricultura de sequeiro, por depender, exclusivamente, do regime de chuvas.

Furtado (2013) relatou que no Nordeste há uma espécie de divórcio entre o homem e o meio e nos estudos da mesologia e ecologia da região. Partindo desta perspectiva, a seca configura-se então como o “colapso da produção agrícola”, que se traduz nitidamente na fome, na condição de miserabilidade que os sertanejos assumem frente à escassez dos alimentos (FURTADO, 1998).

Em países como Índia, Austrália, Argélia, parte da Arábia Saudita, por exemplo, há também áreas territoriais suscetíveis

às secas, contudo, a política econômica desses países consiste em grande medida na rápida recuperação das áreas atingidas, busca-se prover investimentos maciços no setor tecnológico a fim de explorar suas potencialidades, enquanto o Brasil se caracteriza pelo “retardamento” dessas execuções (ALVES, 1982).

A seca passou a ser enxergada como um problema local e empecilho ao desenvolvimento do Nordeste tendo reflexos expressivos no próprio desenvolvimento nacional. Essa lógica concebe a ideia de “combate à seca” e constituiu as primeiras atitudes tomadas pelo Estado na tentativa de impulsionar o desenvolvimento do Nordeste.

Na “Trilha” das políticas de desenvolvimentos à mudança de paradigmas

As abordagens teóricas sobre as políticas de desenvolvimento até o final da Segunda Guerra Mundial, na década de 1970, centravam-se em duas perspectivas de pensamento: a liberal, que defende o mercado como protagonista da ação social, evidenciando crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, propondo a aplicação dos modelos e experiências dos países desenvolvidos para que fossem aplicados pelos demais países e a corrente histórica estruturalista que tinha como teóricos Prebisch e Furtado inspirados nos pressupostos do pensamento cepalino, questionava a lógica teórica empírica com a dicotomia centro periferia na estruturação do sistema econômico mundial com características intrínsecas e particulares do subdesenvolvimento (SOUSA; THEIS; BARBOSA., 2020).

Furtado ao debruçar-se sobre o estudo do desenvolvimento em especial o caso do Nordeste brasileiro, constitui um pensamento diferenciado ao longo do tempo. Com formação em Economia e influenciado pelos clássicos e neoclássicos da Economia, pelo pensamento sociológico e histórico de Mannheim

e Weber, Furtado compreendia que para transformar o Brasil era necessário superar os entraves deixados pela herança histórica da escravidão, paternalista e clientelista nacional. Para isso, seria necessário, também, voltar os olhos para o Nordeste e enxergar suas potencialidades, fazendo-se investimentos a médio e longo prazo.

As intervenções públicas de combate às secas no Nordeste na análise de Cardoso (2007) constituíram duas fases, uma no período de 1877 a 1950, concebidas respectivamente como “fase hidráulica” e “fase econômica” como resultado das marcas deixadas na economia pela seca de 1877-1879²⁴, o que viabilizou uma maior preocupação com os impactos decorridos pelo fenômeno. A partir dessa ocorrência foram criados os primeiros órgãos responsáveis pelas políticas de “combate às secas”.

Em 21 outubro de 1909, foi criado através do Decreto Federal 7.619 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), o primeiro órgão público instituído para estudar a problemática do semiárido, planejar e executar obras de engenharia que pudessem fomentar a acumulação de água em períodos chuvosos, armazenando-a para ser utilizada no período de estiagens. A ação da IOCS, baseava-se na construção de açudes públicos e particulares, bem como, na perfuração de poços tubulares e na construção de estradas e ferrovias.

Dez anos após a sua criação, a IOCS sofre uma mudança em sua denominação, passando agora a ser chamada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), porém mantendo em sua essência o planejamento e a execução de obras hidráulicas e de estruturas hídricas.

24 Estima-se que, durante essa seca, um surto de migrações desordenadas em decorrência da fome passou a ser a característica marcante das terras semiáridas, impulsionando desse modo o poder público a propor e implementar soluções plausíveis para o enfrentamento de tais problemáticas.

Destarte, após as repercussões das calamidades sociais causadas pela seca de 1915, as verbas destinadas às obras públicas do Nordeste tomaram um impulso maior com a criação do Fundo Especial para Obras de Irrigação e Terras Cultiváveis do Nordeste, na gestão do presidente da república Epitácio Pessoa. O Fundo se instituiu a partir do recolhimento de 2% da receita anual da União somando recursos para a intervenção hidráulica (SILVA, 2006).

A política de desenvolvimento em bases regionais surge com a criação do primeiro órgão no Nordeste responsável pela “correção” da região através do combate à seca mediante a construção de açudes e poços tubulares. “A açudagem passou a ser vista como a redenção do Sertão” (SILVA, 2006), pois o principal problema era a falta de água, tendo água haveria vida, produção, progresso e desenvolvimento.

Contudo, ao longo do tempo percebeu-se que as metas não foram atingidas, e que a açudagem tornou-se uma das marcas do clientelismo no Nordeste, ou seja, cada barragem ou açude construído beneficiava diretamente o dono da propriedade, ainda que a água fosse compreendida como um bem de direito público. Os açudes eram construídos em terras cujo proprietário, na maioria das vezes, comportava-se como uma espécie de “dono da água” como se a água não fosse um direito de uso comum.

Em 28 de dezembro de 1945, ao ser instituído o Decreto Federal nº 8.846, o IFOCS ganha nova denominação passando agora a ser chamado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e permanecendo com essa nomenclatura até os dias atuais.

Ademais, as ações do IOCS/IFOCS/DNOCS ao longo de sua história, consubstanciaram-se em grande parte na construção de açudes e poços que pudessem viabilizar a oferta da água nos momentos de estiagens no semiárido. Neste sentido, a seca passou a ser um “negócio” rentável aos grandes proprietários, pois

os investimentos de ordem pública passavam a beneficiar diretamente as suas terras.

Nesse contexto, a década 1950 teve início à chamada fase de intervenção econômica, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, como uma forma de intervenção do Nordeste, com objetivo de promover e coordenar o seu desenvolvimento, dar o suporte capaz de analisar o processo histórico da região e a partir dessa análise, de modificar a condição social e econômica local, que pudesse refletir para o restante do país.

Destarte, assinalar que não foram as possibilidades econômicas que levaram à criação de um órgão como a Sudene, mas as circunstâncias políticas que impuseram à região a possibilidade de se tornar espaço de decisão do país, tendo em vista as implicações induzidas pelas Ligas Camponesas, no final da década de 1950 e início da de 1960.

No contexto, o Nordeste possuía as condições políticas que poderiam transformar radicalmente a ordem política e administrativa vigente. Num certo sentido, o que Juscelino Kubitschek iniciou foi um projeto reformista, orientado para a redução das tensões provocadas na região pela emergência dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, especialmente os da Zona Litoral-Mata, domínio da agroindústria canavieira (BARBOSA, 2015).

O histórico das secas e seus problemas, que transferiam para os fenômenos naturais o motivo do atraso do Nordeste, foi, por décadas, atacado por frentes de emergência e algumas iniciativas de combate aos efeitos das secas, através do que ficou conhecido como políticas hidráulicas, estudadas e trabalhadas por Furtado (citar o ano) e a equipe da Sudene.

A mudança radical para outras estratégias pode ser entendida como o grande avanço produzido com a criação da Sudene. Investir no planejamento, na industrialização, na racionalidade

científico-tecnológica, referida ao adequado uso da terra e dos recursos hídricos, contribuindo positivamente para transformações. Contudo, a maior contribuição da aventura Sudene esteve relacionada à esfera política (ALBINO, 2015).

No início do século XX vem à tona o paradigma da convivência com a seca, com o argumento de que não é possível combater um fenômeno da natureza. O desenvolvimento do Nordeste não seria mais uma necessidade, pois a convivência implicaria no sentido *lato* na aceitação do natural e que poderia ser feita a implementação de tecnologias sociais que pudessem apenas mitigar os efeitos da seca.

Em 1958 o Nordeste é afetado historicamente por uma das maiores secas, embora já existisse na região um conjunto de açudes, estradas e de uma rede de distribuição de energia elétrica, além de um aparato institucional significativo constituído pelo DNOCS, o BNB e a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Mesmo com toda essa infraestrutura houvera a necessidade da criação de frentes de serviço para atendimento a cerca de quinhentos mil sertanejos, ou seja, o equivalente ao dobro dos atendidos na seca de 1932. Isso fez com que se buscasse repensar as políticas públicas relacionadas às secas.

No contexto histórico, o problema do desenvolvimento regional foi amplamente debatido por cientistas, políticos, técnicos e também empresários. O pensamento de Furtado (1959) apresentou uma mudança de paradigma sobre o desenvolvimento a partir da sua experiência adquirida na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) passou a formular novos postulados para o desenvolvimento do Nordeste, tendo em vista a superação das desigualdades regionais, sobre o meio físico e o sistema econômico implantado no Nordeste. Ao fazer uma relação do desenvolvimento econômico e as assimetrias regionais assinala:

O desenvolvimento econômico no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um País de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos dessa lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade (FURTADO, 1959).

Na análise de Bursztyn (2008), as obras públicas realizadas pelo DNOCS, sobretudo a construção de açudes e barragens, por exemplo, não foram implementadas em todo o território do *Polígono das Secas*. Por isso, estimulou as famosas medidas paliativas de combate as secas, como a formação do “exército da borracha” e das “frentes de trabalho”, constituindo assim, instrumentos de manutenção dos poderes local (coronelismo) e central (o Estado).

Em 1945, com a criação da CHESF e, em 1948, da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), um novo ciclo iniciava-se na fase hidráulica, que constituiu a base para a *política regional desenvolvimentista do Nordeste* a partir da busca de alternativas que pudessem fomentar a geração de emprego e renda e mitigar os índices migratórios. Após a construção das usinas de Paulo Afonso I, II, III e IV, além da barragem de Sobradinho, a usina de Xingó e da primeira usina de energia eólica do Brasil, a CHESF passa a fornecer energia suficiente para alavancar o processo industrial no semiárido (SILVA, 2006).

Somando a intervenção hidráulica, constituiu-se em 1950, uma nova perspectiva preocupada em reverter o retrocesso econômico e social da região apresentando alternativas que pudessem desenvolvê-la.

Para Furtado (1998), entretanto, o grande problema do Nordeste não estava em seu “atraso econômico” atribuído às secas e sim em sua “estrutura social”, que assume feições de um mercado de trabalho incipiente que não condiciona alternativas mínimas

para a oferta de emprego ao povo, pois o *emprego não é somente uma questão de renda; é também uma condição de sobrevivência da população.*

A Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências, na forma de economia mista, na qual o governo detinha 51% das ações. O BNB surge como uma instituição destinada a estruturar a economia nordestina, contribuindo para a implantação de empreendimentos industriais e agropecuários que pudessem promover uma mudança considerável na região.

Nesse contexto tem início a chamada fase de intervenção econômica sendo criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Atualmente o BNB agrega os programas de Microcrédito Produtivo (CREDIAMIGO) e Microfinança Rural (AGROAMIGO) na perspectiva de melhorar as ações desenvolvidas pelos microempresários e agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), respectivamente.

A SUDENE sob a direção de Celso Furtado subsidiado pelos estudos realizados no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1958, juntamente com o Banco do Nordeste, inaugura uma nova perspectiva no planejamento das políticas de desenvolvimento regional no semiárido nordestino.

O GTDN objetivava fomentar estudos e diagnósticos que propiciassem o desenvolvimento regional baseado na industrialização, vista como palavra-chave para “combater o atraso do Nordeste”.

Os estudos realizados pelo do GTDN, concluíram que o atraso do Nordeste não era uma questão limitada ao fenômeno natural das secas, mas tratava-se de problemas estruturais e que deveriam estar inclusos no contexto do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, e não apenas no Nordeste (CARDOSO, 2007).

O GTDN foi essencial para a criação da SUDENE, porém essa instituição atravessou períodos distintos em seu processo histórico. Destaca-se, entretanto, a fase de 1959 a 1970, baseada no planejamento das políticas de desenvolvimento regional, e a fase da reorientação na política de desenvolvimento regional no Brasil instituído a partir da década de 70, durante o governo militar, que aos poucos foram descaracterizando a superintendência autônoma voltada para o Nordeste.

A SUDENE representou, portanto, um marco histórico para a modernização agrícola do Nordeste com a criação dos perímetros irrigados, do sistema de bovinização e dos polos industriais de Recife, Salvador e Fortaleza. Condições essas que proporcionaram ao nordeste, nas décadas de 1960/1970, um crescimento de 3,5% no seu Produto Interno Bruto (PIB), e entre as décadas de 1970/1980, no chamado “milagre brasileiro”, um aumento de 8,7%, superando inclusive a média nacional de 8,6% (CARDOSO, 2007).

Embora o Estado tenha modificado o foco de atenção na implementação de políticas intervencionistas, a partir dos anos 1950, com a intervenção hidráulica para a econômica, a lógica governamental na região continuou se expressando em ações de cunho assistencialista, consolidadas nas distribuições de cestas básicas e criações de frentes de trabalho que beneficiavam diretamente os proprietários rurais.

Nesse contexto, o modelo desenvolvimentista impulsionado pela intervenção estatal do país começa, no entanto, a mostrar-se em crise a partir dos momentos iniciais dos anos 80 – a década perdida.

No início do século XX vem à tona o paradigma da convivência com a seca, com o argumento de que não é possível combatê-la, por ser esse um fenômeno natural. O desenvolvimento do Nordeste não seria mais uma necessidade, pois a convivência implicaria no sentido *lato* na aceitação do natural e

que poderia ser feita a implementação de tecnologias sociais que pudessem apenas mitigar os efeitos da seca.

A perspectiva do “conviver com a seca” compreende o aprender com as especificidades ambientais do semiárido e que estas possuem um potencial que podem desenvolver em termos socioeconômicos, através de um novo olhar. AB’Sáber (1999), preconizou o que ele chamou de atitude pretensiosa ensinar o nordestino a conviver com a seca e fere sua dignidade se não lhe for assegurado o acesso a direitos básicos, como por exemplo, tais como: água potável e os subsídios nutritivos necessários para sua alimentação, Albino (2015), considerou que a ideia de conviver com o semiárido remete a um conformismo em relação aos estigmas atribuídos à região permanecendo na condição de periférico em relação aos outros espaços geográficos do Brasil.

Portanto, as políticas (hidráulica e econômica) implementadas pelo poder Estatal frente aos impactos acarretados pelas secas e com vistas à perspectiva de propiciar o desenvolvimento econômico da região. Infelizmente elas não chegaram ao alcance de todos devido à *descontinuidade* de suas ações ao cessar uma seca e reflorescer o semiárido a esperança do retorno das chuvas até a próxima seca e vice versa.

Para Furtado (2013), são essas ações descontínuas ou de curto prazo que emperram a engrenagem do desenvolvimento, aprisionando-o ao subdesenvolvimento. *Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos da seca.* Falta-nos, sobretudo, enquanto nação, um *projeto social* que dê prioridade a melhorias das condições de vida da população e não apenas de uma parcela. Somente com um projeto desta natureza será possível que o *crescimento se metamorfose em desenvolvimento*, pois o que até então se compreende por desenvolvimento nada mais é do que crescimento econômico e essa fundamentação ideológica baseiam-se na preservação dos privilégios da elite.

Destarte, teoricamente, um projeto de nação não ocorre de forma espontânea, como se transforma uma lagarta em uma borboleta mediado naturalmente pelo tempo. Um projeto desta natureza é fruto de uma *vontade política* que não pode ser reducionista, mas de vislumbrar ações contínuas de médio e longo prazo, por que o desenvolvimento não é uma conquista e sim um processo.

Situando especificamente o Nordeste, nas políticas de desenvolvimento no contexto atual, tem como base o fomento às tecnologias hídras sociais, em especial, às cisternas, pois a água ainda continua sendo o recurso de difícil acesso, principalmente, na época seca.

Os programas governamentais, especificamente, o governo federal, através do Exército brasileiro, a utilização de carros pipas como medida emergencial de distribuição de água potável.

Uma das principais tecnologias hídras sociais implantadas no semiárido são a tecnologia da captação da água da chuva e o armazenamento em cisternas de placa, para uso durante o período de estiagem.

O Programa de cisternas no semiárido iniciou em 2003 e previa a construção de Um Milhão de Cisternas (PIMC), resultou da Terceira Convenção de Combate à Desertificação e a Seca, organizada pela ONU, em 1999. Esse programa foi coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA Brasil), uma organização da sociedade civil de interesse público responsável pela construção de cisternas de placas, para armazenar água para fins de consumo humano e produção familiar, além de banco de sementes nativas, cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa e educação contextualizada.

A Articulação do Semiárido já construiu mais de 600 mil cisternas de placas na zona rural dessa região e beneficiou mais de dois milhões de pessoas como mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - Quantitativos de cisternas de placas, com capacidade para 16 mil litros de água, e pessoas beneficiadas.

Estado	Cisternas	Pessoas Beneficiadas
Alagoas	23.031	100.901
Bahia	151.631	618.750
Ceará	95.706	384.778
Maranhão	1.107	5.077
Minas Gerais	43.612	173.696
Paraíba	78.099	314.092
Pernambuco	85.319	353.866
Piauí	49.380	193.803
Rio Grande do Norte	67.446	272.360
Sergipe	19.420	76.462
Totais	614.751	2.493.785

Fonte: ASA BRASIL (2018).

A ASA estendeu o programa P1MC, criando o programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), considerado um projeto de Convivência com o semiárido, que assegura à população rural o acesso à terra e à água, tanto para consumo da família e dos animais, como para produção de alimentos, ensinando-se a cuidar da terra de maneira sustentável

Apesar das várias tentativas em se aplicar o desenvolvimento sustentável no semiárido, sobretudo através de sistemas de captação, armazenamento e gestão da água, a “indústria da seca” parece sempre encontrar uma forma de se reinventar beneficiando diretamente uma pequena camada da população em detrimento de quem sofre com a falta de acesso a água.

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável padece numa espécie de dilema conceitual, ora como um paradigma, ora como

uma utopia, devido o seu caráter multifacetado que contempla tudo e ao mesmo tempo nada, quando se leva em consideração sua alusão ao amanhã já está submerso no hoje e no agora.

Considerações Finais

Como guisa conclusiva, assinala-se que desenvolvimento e subdesenvolvimento são categorias conceituais que podem ser explicadas a partir de um processo histórico. Assim sendo, o desenvolvimento implica numa espécie de processo de aquisições de direitos que interferem diretamente na qualidade de vida dos atores sociais. O subdesenvolvimento corresponde à condição periférica e marginalizado do próprio processo de desenvolvimento.

Por outro lado, a seca traz o estigma durante anos de ser a responsável ou razão do atraso econômico do Nordeste, quando comparado com as outras regiões do Brasil. A seca parece ter um significado muito mais político do que um fenômeno do clima, porque influencia direta ou indiretamente o cenário econômico, social e ambiental.

A fome, as migrações, a falta de água, flagelo humano além do colapso nas atividades agrícolas e pecuária, sempre foram elementos característicos e estigmatizadores do Nordeste das secas, até que o Estado, através das intervenções hidráulica e econômica implementa suas primeiras ações para “corrigir” a região.

As primeiras ações de intervenção correspondiam a açudagem para armazenar água das chuvas e ser uma alternativa para o abastecimento de água. No entanto, a construção de muitos desses reservatórios beneficiava diretamente o proprietário da terra estabelecendo relações clientelistas entre troca de favores e esses favores estavam diretamente relacionados ao acesso a água.

Assim, apesar das políticas e ações do Estado no que se refere às intervenções, o Nordeste ainda é visto sob um “olhar estigmatizado” do subdesenvolvimento, quando outras regiões brasileiras, especialmente, as do centro sul. Razão essa que converge com o

que alertava Celso Furtado, para o Brasil almeja e atingir o status de país desenvolvido, deve-se primeiro olhar para o Nordeste.

Referências

ALBINO, J. L. Contornos de uma história periférica: digressão sobre cultura e política no Nordeste do Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2015.

ALVES, J. **História das secas: séculos XVII a XIX**. 2. ed. Mossoró: Esam, 1982.

ASA BRASIL. Mapa de tecnologias. In: **Site ASA Brasil**. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Acesso em 04 de set. 2018.

BARBOSA, Cristiane Lucena. **A construção do território e a conservação da Mata Atlântica no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape, Pernambuco**. 2015. 130 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE, 2015.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARDOSO, G. C. de C. O estado desenvolvimentista e o Nordeste: entre o assistencialismo e a tecno-buracracia-economista. In: **A atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007, p.117-155.

CARVALHO, O. de. A seca e seus impactos. In: **A Questão da Água no Nordeste**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. Brasília: CGEE, 2012.

DUPAS, G. A evolução do conceito de progresso. In: **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. [Entrevistadores Maria da Conceição Tavares; Manuel Correia de Andrade; Raimundo Pereira]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. (Org.). D'AGUIAR, R. F. 1.ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de Doutorado - (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília: UNB, 2006.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. Ebook.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

A peleja de Celso Furtado com Argemiro de Figueiredo: SUDENE, poder local e transformações políticas e econômicas no Brasil (1930-1964)

Valdênio Freitas Menezes²⁵

Introdução

Este artigo propõe analisar um embate público travado entre o economista Celso Furtado (1920-2004) e o político Argemiro de Figueiredo (1901-1982). O conflito entre esses dois paraibanos ocorreu na esfera pública brasileira entre os anos de 1958-1963. Nesse período Furtado esteve à frente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Figueiredo estava no seu primeiro mandato como senador. A pesquisa do artigo trata de uma construção biográfica dessas duas figuras públicas e a forma como tiveram projeção nacional nos marcos da Revolução de 1930 até o Golpe civil-militar de 1964. O encontro das biografias de Argemiro de Figueiredo e Celso

25 Professor do CCTA/UFCG (Campus Pombal). Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista CAPES/BRASIL vinculado ao Laboratório de Estudos de Poder e Política (PPGS/UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0511840894418595>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>; E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br

Furtado mostra mais que uma divergência “pessoal”: suas narrativas de vida são como “nós” que amarraram e entrelaçaram conflitos políticos que fazem parte mas de uma profunda transformação do Estado, economia e política brasileira – destacando aí os modelos de políticas voltadas ao problema das secas e desigualdades sociais no Nordeste e Paraíba.

Na dimensão teórica este artigo se baseia em análises das ciências sociais que buscam ir além de um insistente dilema indivíduo/sociedade também nomeado como “agência versus estruturas”. Parte da premissa que é possível analisar trajetórias biográficas e construir explicações sociológicas válidas sem cair em determinismos, como se indivíduos fossem robotizados, tutelados e sufocados pelas estruturas. Tampouco “abraça” os voluntarismos infantis, como se a simples vontade de indivíduos fosse suficiente para fazer mudar ou permanecer vigentes elementos da ordem institucional, política e social.

O artigo toma inicialmente como base análises de Pierre Bourdieu (2006) acerca da construção de ilusões biográficas, sistemas de percepções e práticas e visões de mundo. As narrativas biográficas reclassificam o vivido: os fatos aleatórios de uma trajetória de vida são organizados sob tendências gerais que classificam e selecionam o que narrar (ou silenciar) sobre as experiências vividas. Com forte inspiração em Pierre Bourdieu mas com debate empírico bem referenciado nos processos sociais do Brasil, destaca-se os artigos de Afrânio Garcia Jr. (2007, 2009) que tratam das biografias de políticos e intelectuais descendentes de elites agrárias. Apesar de certo declínio dos seus grupos de origem, o período após 1930 uma ascensão no plano nacional de figuras como José Américo e Juarez Tavora, “Vice-reis do Norte”, ministros do governo Getúlio Vargas e figuras de destaque no cenário político até a década de 1960. A reconversão dos patrimônios sociais de origem – elites canavieiras e pecuaristas – foi realizada através de redes pessoais e alianças dentro do

processo de modernização do Estado e economia. Também os dramas pessoais do processo de escolarização escritores e intelectuais descendentes de elites rurais – e sua saudade da fazenda - se tornaram símbolos de brasilidade (GARCIA JR, 2011). Complementando o embasamento sociológico, o artigo atenta as categorias que Norbert Elias (1995) aciona ao analisar a vida de Wolfgang Amadeus Mozart. Elias (1995) chama atenção as interdependências sociais e processos que envolvem mudanças na individualidade na posição social de artista em transformações mais amplas nas relações de poder da vida social da corte vienesa no fim do século XVIII.

Industrialização, modernização e ampliação de quadros de servidores técnicos de Estado entre períodos ditatoriais e democráticos. Política, parentesco, violência, representação eleitoral de setores rurais e urbanos do Nordeste. Imaginário regional das secas e modelos de ação do Estado no Brasil. São essas palavras que remetem a processos e fatos políticos das construções biográficas de Furtado e Figueiredo. O artigo consulta também teses e dissertações recentes que atualizam debate sociológico sobre conflitos fundiários, história política e parentesco na Paraíba (AIRES 2012; MONTEIRO, 2016; NUNES, 2016; GENNARO, 2019).

O artigo busca analisar tensões individuais no envolvimento em interdependências sociais e relações de poder utilizando do seguinte conjunto de fontes:

- **Recortes de jornal, relatos e entrevistas** que foram publicados em livros do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: os Volumes 3 e 6 da Coleção Arquivos Celso Furtado. Registro dos discursos e das atividades legislativas de Argemiro de Figueiredo disponíveis nos anais do Senado (1959-1961) e uma edição especial da Revista Informação Legislativa de Brasília, de 1983, com uma homenagem a Argemiro de Figueiredo, que havia falecido em 1982;

- **Memórias e fotografias:** sobre a vida pública de Argemiro de Figueiredo: do jornalista Josué Sylvestre (1982; 1993) registradas nos livros *Lutas de Vida e Morte: Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953)* e *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Foram utilizados também uma coletânea de estudos sobre a biografia de Argemiro publicado pela Fundação Ulysses Guimarães e organizado por Lucena da Costa e Arruda Mello (2002). Também foi feita consulta a biografia de Argemiro Figueiredo e personalidades políticas citadas disponíveis no CPDOC²⁶.

O cruzamento desse conjunto de fontes, cada qual com suas distintas narrativas, versões biográficas, “paixões” e engajamentos políticos direciona rumo a principal contribuição do artigo: explicar e fazer visíveis as nuances do contato conflituoso entre as figuras públicas de Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado. Essa “rivalidade” e enfrentamento público aparece com destaque nas biografias dos dois paraibanos mas ainda tem sido abordado de forma secundária em trabalhos acadêmicos²⁷.

26 Disponível no link <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-argemiro-de> >

27 Parte da pesquisa que deu origem a esse artigo foi inserida no quarto capítulo da tese de doutorado “Saudade e Rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano” apresentada no CPDA/UFRRJ e vencedora do Prêmio Capes 2019 (Área Sociologia) (MENESES, 2018). Este artigo também incorpora excelentes debates feitos durante seminário realizado no departamento de Educação da UEPB em razão dos 100 anos de Celso Furtado. A partir daí aprofundi discussões já iniciadas em texto publicado em 2016 na revista do Centro Celso Furtado (MENESES, 2016)

O debate aqui será organizado da seguinte maneira: na primeira parte uma análise biográfica da relação de Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo com a política. Trata da diferença de “senso de jogo”, em percepções de aproximação ou distanciamento do mundo da política registradas nas biografias. Celso, que se via como “técnico” e racional servidor da burocracia de Estado. Por sua vez Argemiro, talhado no familismo **e na política, era embebido na paixão pela disputa de poder, voto e cargos – uma outra esfera também do Estado. Essa diferença entre os dois vem da forma como eles atravessaram e incorporaram as mudanças sociais profundas que passou o Brasil após 1930. A segunda parte trata diretamente da disputa em torno da Sudene (1959-1963) e a retórica de um “macarthismo hidráulico” – acusações de comunismo e subversão junto com a defesa da** açudagem e obras hídricas - dos discursos e ações encabeçadas de Argemiro contra Celso Furtado. Nas considerações finais reforço que, para além de um mero confronto pessoal, os discursos, as falas, as acusações entre o Furtado e Figueiredo fornecem indicativos das tendências e estratégias que, durante o período de 1959-1964, compunham toda uma dramatização social das secas no Nordeste.

Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo: a economia a política e suas vocações

O planejamento, a técnica e os ares do mundo: o tenente, servidor público e o economista.

Seguindo a leitura de trechos biográficos é nítido o quanto o gosto pela política – como jogador ativo, vocacionado e apaixonado - nunca esteve no horizonte de Celso Furtado. Nascido na cidade de Pombal em 1920, Furtado menciona que teve uma

formação intelectual um pequeno “mundo provinciano” em que boa parte da população era analfabeta. Em relato autobiográfico ele explica que sua formação veio muito de uma família, principalmente da linha paterna, que ocupava funções públicas de servidores há gerações. Ai estava a família de Maurício de Medeiros Furtado que já ocupava cargos na advocacia e judiciário desde final do Império. Do lado materno - de Maria Alice Monteiro Furtado - a origem estava próxima ao rural, com proprietários de terra da região do sertão da Paraíba. Nessa linhagem que deu posição segura economicamente em um Brasil da “primeira república” intrincado de poderes locais e recém-saído do (não resolvido) problema da mão de obra pós abolição da escravidão. A partir desse contexto em que Furtado viveu adolescência pode ser puxado um fio de sua relação não só distante mas “desconfiada” com as paixões e disputas do jogo político:

Quiça seja necessário ter em conta que meu pai vinha de um família que tradicionalmente desempenhava funções públicas. Ele mesmo era juiz. Seu pai fora professor primário e seu avô era juiz na época do governo monárquico. Sendo homem sem fortuna pessoal, para manter sua independência como juiz necessitava guardar distância de toda atividade política. A ideia de que um político era alguém sempre disposto a trapacear se me incutiu no espírito de forma indelével (FURTADO, 1983, p. 32).

A relação de Furtado com o campo da política seguiu muito mais na formação intelectual rumo a um vínculo de servidor de carreira, quadros e funcionários de Estado. Após concluir estudos na capital da Paraíba, ele ingressaria no curso de Direito da então Universidade do Brasil (atualmente UFRJ - Campus Praia Vermelha no Rio de Janeiro). Com breve experiência em periódicos de jornalismo e seguindo a formação de Direito, Furtado

não seguiria carreira no meio jurídico dos homens de sua família. Aproveitando a onda de modernização do Estado no período ditatorial do Estado Novo (iniciado em 1937), Furtado entraria nos quadros do Departamento de Administração e Serviço Público (DASP). Dos debates do direito ele iria para administração e depois entraria ciências sociais e economia. A ideia do planejamento e técnica, racionalidade e decisões tomara a sua formação e dava certa empolgação intelectual em momento de intenso fechamento político da ditadura varguista. “Fixou-se assim em meu espírito a ideia de que o homem pode atuar racionalmente sobre história” (FURTADO, 1983, p. 35).

Essa instrumentalidade e missão de planejamento teria um marco, em termos de aquisição de conhecimento teórico, empírico e de vivência: tanto autobiografias como coletâneas são unânimes acerca do impacto na vida de Furtado de estar na Europa e 1945 e presenciar parte da reconstrução dos países após a 2ª Guerra Mundial. Sendo convocado já no final do confronto, Furtado, na hierarquia de tenente, viajaria boa parte da Europa em missões voltadas a reconstrução da infraestrutura destruída pelos bombardeios. A primeira impressão da guerra, na chegada da Itália, pôde ser registrada em cartas para a mãe Maria Alice em fevereiro de 1945²⁸

Dentre impressões acerca da cultura e da sociedade italiana reconstruída, os diários de guerra de Celso Furtado mostram uma longa viagem entre outros países em reconstrução. Marcado pela experiência do pós-guerra e de uma curta carreira como

28 Desaparecidos os meios normais de economia do povo – já que o desemprego é geral -, muitas camadas da população se desagregaram, muitas famílias se dissolveram e muita gente se degradou. O número de crianças abandonadas é enorme. Por outro lado, o desnível da vida das próprias pessoas é chocante: um cavalheiro bem apurado de gestos cata pontas de cigarro na rua, uma senhorita de capa de pele e semblante fino tem as mãos estragadas e os sapatos rotos (FURTADO, [1945], 2014, p. 269).

jornalista aquele jovem “Tenente” Furtado iria retornar a Europa em 1947: dessa vez para ingressar em uma das *grandes écoles* francesas, o Institut d’Etudes Politiques, a Sciences Po e em seguida, inscrever-se no doutorado em direito e ciências econômicas da Universidade de Paris. Nesse período, ele não ficou restrito ao movimentado ambiente intelectual parisiense do pós-guerra e também fez visitas aos países socialistas, participando de frentes voluntárias para construção de ferrovias na Iugoslávia e do I Festival Mundial da Juventude Democrática em Praga, na então Tchecoslováquia participando da reconstrução de linhas férreas a congressos aos festivais da juventude²⁹ (FURTADO, 2009a, p. 291).

A experiência europeia de Celso Furtado também o posicionaria em rede acadêmica e universitária. Junto com nomes como Raul Prebisch (1901-1986), morou no Chile e ocupou cargos da Comissão Econômica de Planejamento da América Latina (CEPAL); ligada as Nações Unidas. Retornando ao Brasil no início da década de 1950 ingressou como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), outro elemento central de financiamento de infra-estrutura dentro do projeto varguista, agora legitimado pela democracia. Ainda nesse período Furtado seria convidado a uma temporada em Cambridge, momento em que redigiria a obra *Formação Econômica do Brasil* – publicada em 1959. Ao entrar em contato com a teoria econômica e projetos de intervenção do pós-guerra entre debates de autores como Schumpeter, Keynes e Mahneim, Furtado dimensiona possibilidade de uma teoria econômica de um conceito de

29 A participação em um festival da juventude na parte do bloco socialista, seria uma “prova” presente em um relatório confidencial que transitou em 1955 no gabinete de segurança nacional. Embora não filiado a partidos, Furtado de ser um elemento de elevada cultura e de amizades com “elementos fichados e subversivos”.

“desenvolvimento”. Em dez anos, uma articulação política institucional tornou possível reconstruir a estruturas de transportes, comunicação e economia de países como Alemanha, Itália e Japão arrasados pelo mais amplo e sangrento conflito bélico já visto. Estruturas que não se viam na forma física como convenções, regulações e valores sociais também foram refeitos por pactos políticos direcionando e condicionando a técnica econômica: eis o chamado Estado de Bem- Estar Social. A obra de Furtado pensaria as economias e instituições da América Latina que, se não teve economia arrasada por guerra, estava presas a fatores vindos da origem história colonial³⁰.

Ainda no caso brasileiro, Furtado debruça sua obra na herança colonial na nossa formação econômica. Estrutura essa que a época vivia no processo de modernização do Estado, das formas de trabalho (com a CLT) e da economia industrial. Em suma, um país de “ilhas agrárias” se torna um continente industrial de 1930 a 1950 (GARCIA JR, 2007). E o substrato político desse chamado Pacto Nacional-Popular (BRESSER PEREIRA, 2015, p. 161) seria o conturbado período pós 1930: dentre ameaças de golpes acaba por concentrar poder em Vargas a partir do Estado Novo. A entrada na 2ª Guerra Mundial do lado dos Aliados, aproximaria o Brasil de uma intensa disputa na expansão de investimentos do Estado geopolítica de recursos naturais. No “retorno” de Getúlio - antes ditador e eleito presidente em 1950 – essa disputa se intensificaria a partir da fundação da Petrobras, estatal petroleira e “menina dos olhos” do governo. Os atritos em

30 Se as explicações liberais das vantagens comparativas explicavam os fluxos de preços e mercadorias no mapa mundial dos mercados, estas eram falhas em apontar saídas para desigualdade de países que sempre estiveram como exportadores de produtos agrícolas e minérios. Se as teorias do imperialismo explicavam o legado de atraso e destruição colonial de séculos, estas não visaram reformas, pois eram fixas no modelo leninista de revolução e rupturas que geravam inevitáveis processos violentos e, por fim, pouco democráticos.

torno desse projeto político se expressariam claramente na carta que Vargas deixou como testamento, antes do suicídio no palácio do Catete ao final de agosto de 1954, momento em que sofria cerco de iminente golpe diante de uma grave crise política.

Sobre esses dramas políticos que revestiam processos econômicos e políticos a grande questão da teoria furtadiana para as nações em subdesenvolvimento era como articular as potencialidades de planejamento de Estado e mercado, investimento em tecnologia e indústria e setores competitivos? E como fazer isso em nações que experimentaram séculos de colonização? E como fazer essa técnica econômica “rodar” sem recorrer a emblemas políticos de um ultrapassado liberalismo ou as incertezas da violência revolucionária? Essa bagagem técnica e visibilidade em um grande comissão internacional fez com que o presidente JK convocasse Furtado para uma reunião no ano de 1958. JK o designava para chefiar uma superintendência ligada diretamente ao executivo e voltada para políticas de desenvolvimento no Nordeste. Resolver o problema do desenvolvimento e a solução para desigualdade e o drama das secas era tido como objetivo principal do “apagar das luzes” do mandato do presidente de visão desenvolvimentista que construiu Brasília.

Dentro de sua formação é fato que Furtado ficou em desconfortável “trincheira” política de um cargo técnico de alto escalão da Sudene. Ele estaria mais próximo daquilo que Max Weber [1920] (2014, p. 451) chamou de uma ética de convicção (*Gesinnungsethik*). Vocações de funcionários de carreira do Estado moderno, de sentido de honra corporativa instrumental, voltada a estabilidade dos quadros estatais e, portanto, um distanciamento daquelas disputas apaixonadas de cargos inevitáveis e inerentes das carreiras ligadas a partidos políticos. Essas carreiras de poder, com posições que tem consciência de influenciar pessoas e acontecimentos, são construídas dentro de qualidades específicas de quem vai ao jogo da política: paixão por uma causa, senso de

responsabilidade e juízo/senso de proporção formam essa vocação específica (WEBER, [1920], 2014, p. 442). Nesse domínio das carreiras talhadas no conflito da política impera a ética de responsabilidade (*Verantwortungsethik*). Mais próximo a esse tipo-ideal está a biografia de Argemiro de Figueiredo e sua carreira enquanto homem da política e ocupante de cargos eletivos no executivo e legislativo, a nível estadual e federal.

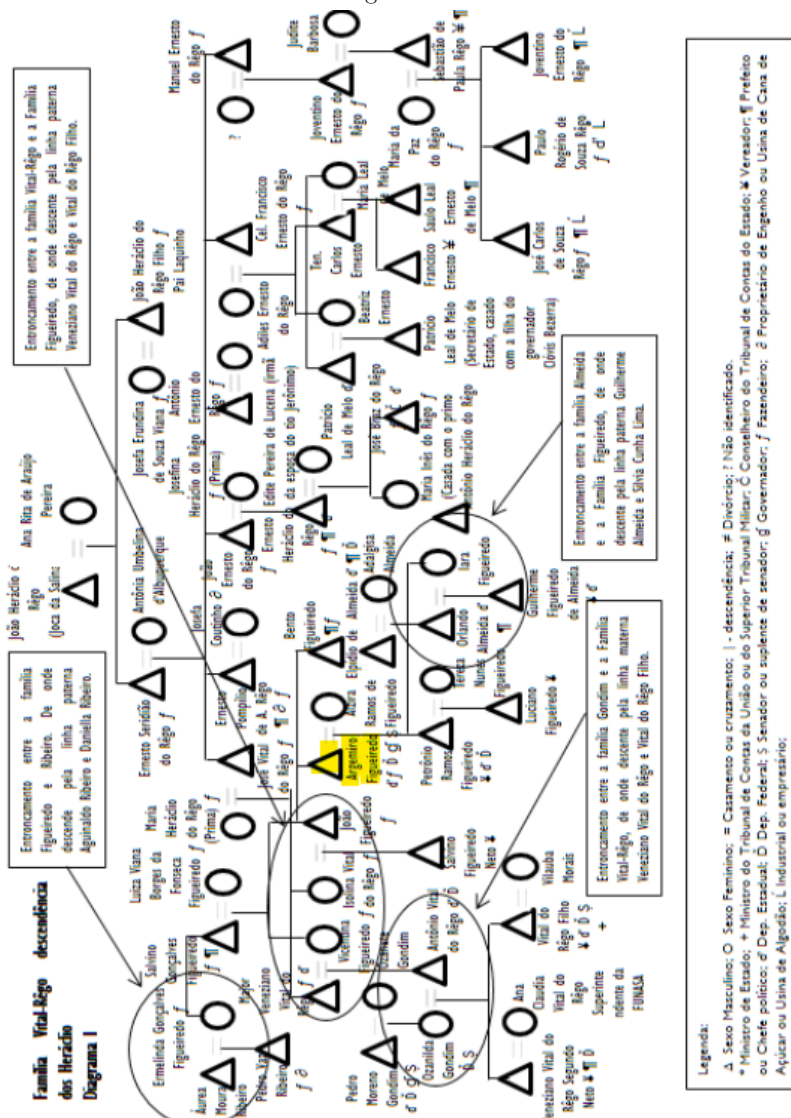
O Herdeiro desviante da família e um conciliador da política na Paraíba pós -1930

Argemiro de Figueiredo nasceu em 1901 na fazenda Baixa Rica (atual município de Massaranduba-PB) e construiu a identificação de sua vida pública e base eleitoral na cidade de Campina Grande. Além de ter residido na cidade, Argemiro ficou conhecido também como o “senador de Itararé” em referência à Fazenda Itararé.³¹

Essa origem campinense familiar de Argemiro se liga a movimentos de concentração/desconcentração fundiária, casamentos e laços comerciais entre séculos XVII até início do século XX (NUNES, 2016). Ele foi o segundo filho de um segundo casamento do comerciante Salvino Gonçalves Figueiredo. Com a morte da primeira esposa e do seu sogro, Salvino assume uma frente política e financeira das famílias Agra e Figueiredo. Depois casa-se com Luiza Viana Borges filha do “Dr. Bento Viana” deputado provincial em 1892 (SYLVESTRE, 1993). Em um plano genealógico e de redes políticas, Argemiro de Figueiredo está em entroncamento de casamentos entre várias famílias e nomes políticos que foram influentes na Paraíba em todo século XX.

31 Região que atualmente faz parte do bairro do Catolé até o Terminal Rodoviário de Campina Grande: o nome de “Argemiro de Figueiredo” homenageado tanto no terminal como em uma grande avenida construída em frente.

FIGURA 1 - Entroncamentos de famílias na genealogia de Argemiro de Figueiredo



Fonte: Marciano Monteiro (2016, p. 251)

No plano universitário, Argemiro saiu da morada da Fazenda Itararé para estudar na faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1926. Cumpriu assim um normal “ritual de passagem” de um herdeiro de famílias latifundiárias do Nordeste – Argemiro estudara por exemplo na mesma turma do também paraibano e escritor José Lins do Rêgo, de linhagem das elites canavieiras (GARCIA JR, 2011). Contudo, no plano político, ele iria romper as expectativas com os seus parentes dentro de movimentações que fervilhavam na política do estado da Paraíba com a eleição do governador João Urbano Pessoa em 1928. Filiando-se ao Partido Democrático, Argemiro seguiu um plano de fuga de uma dualidade governo/ oposição em Campina Grande, sem se incorporar diretamente nem aos chamados “bacuraus”, liderados pelo coronel Salvino, nem aos “condores” dos Lauritzen (SYLVESTRE, 1993, p. 32). Em 1929, Argemiro coloca-se ao lado da Aliança Liberal, chapa montada entre Getúlio Vargas e tendo como vice João Pessoa. Argemiro assim, rompia politicamente com pai coronel e a irmão Acácio que ocupava o cargo de deputado estadual

O ano de 1930 anunciava o acirramento de um conflito que dividia “novas e velhas” políticas – em que por vezes membros mais novos das famílias oligárquicas se rebelaram politicamente contra os mais velhos. As tensões já estavam em curso a partir da reorientação nas relações econômicas entre o governo estadual de João Pessoa com os líderes e famílias de poder local, fazendeiros pecuaristas e algodoeiros do interior da Paraíba. Segundo Sylvestre (1982, p. 67) a entrega de Argemiro na causa liberal a favor de João pessoa iria gerar críticas por parte do pai e do irmão que, enquanto representantes de algodoeiros, faziam total oposição à política fiscal dinamizada pelo mandato de João Pessoa. Este decretou novos impostos no transporte do algodão para o porto de Recife, o que indicava perda de favorecimentos e influência política de latifundiários no governo, algo garantido

desde alianças traçadas pela liderança nacional do presidente Epitácio Pessoa e de João Suassuna, presidente da Paraíba em 1926. A sequência frenética começa em julho de 1930, João Pessoa viria a ser assassinado na confeitaria Glória em Recife pelo jornalista João Dantas por uma junção de oposição política e “honra” devido a publicação de fotos e cartas íntimas com a professora e poetisa Anayde Beyriz³² nos jornais oficiais ligados aos partidários de Pessoa. Segue um processo de comoção violenta, com manifestações de rua e perseguições aos “perrepistas”. O então deputado João Suassuna seria assassinado no mês de outubro de 1930 por um pistoleiro nas ruas do Rio de Janeiro. Casado com Rita Vilar, parente de João Dantas da região do sertão da Paraíba, Suassuna foi acusado de ser o mandante da morte de Pessoa e é atingido por um tiro nas costas quando saía de um hotel no bairro da Lapa rumo ao congresso nacional aonde faria sua defesa.

Nesse momento sangrento entre as elites políticas locais, Argemiro fez um jogo político ambivalente: de um lado, negociou e protegeu os parentes da violência política apesar de estar do lado dos partidários de Pessoa. Do outro, teve participação intensa como deputado dos votos de aclamação e mudança do nome da capital e hino do Estado. Em 1931, já em curso a reorganização do tabuleiro político da Paraíba e do Brasil após o processo de 1930 e o exílio do irmão e afastamento do pai da vida pública Argemiro assumiu, em 1932, a liderança política da família Figueiredo e um cargo de Secretário do Interior nos governos estaduais de Antenor Navarro até José Américo de Almeida.

32 A professora e poetisa Anayde Beyriz que chocava a conservadora sociedade paraibana da década de 1930 com seus cabelos curtos e vestidos vermelhos é a protagonista do filme Paraíba Mulher Macho, dirigido por Tizuka Yamazaki.

FIGURA 2 - Reunião de Secretariado de Argemiro de Figueiredo com autoridades públicas (1934)



Fonte: Agropecuária Tropical (1977, p. 16).

Na foto 1 – retirada de uma publicidade de edição da revista Agropecuária Tropical de 1977 – trata de uma reunião de secretariado realizada no ano de 1934. Nesse momento Argemiro era secretário do interior, cargo que abriria caminho de alianças que sustentariam sua ascensão à interventoria da Paraíba em 1935. Argemiro está ao centro. Ao seu lado estão personalidades públicas que mostram um apoio de redes de família, junto a setores econômicos agrários e também militares. No lado direito de Argemiro está Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1911-1951). Chamado de “Eptacinho”³³, ele era sobrinho neto de Eptácio Pessoa – que foi presidente da República de 1919 a 1922 – e filho de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, como já dito, governador assassinado em 1930. Parentes de “Eptacinho” são os militares Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1879-

33 Ver biografia no CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-epitacio-pessoa-cavalcanti-de>

1949) e o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1955) – que está na foto ao lado esquerdo de Argemiro, usando sapatos com detalhes brancos. Outra autoridade militar de destaque na fotografia – o mais alto entre os que estão de terno escuro- é o então tenente Ernesto Geisel (1901-1999³⁴). Geisel foi participante ativo dos conflitos de 1930 que deram legitimidade, embora instável ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Após a vitória governista sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, Geisel seria deslocado para a região “Norte” do Brasil. Inicialmente na função de controlar sublevações e motins militares no Rio Grande do Norte, Geisel iria a Paraíba para ocupar um cargo de Secretário de Obras Públicas de janeiro a maio de 1934.

Provavelmente as outras pessoas presentes na fotografia – das quais não há registro de nomes nas fontes - são membros do secretariado de Argemiro, descendentes de famílias políticas de grandes proprietários de terra e pecuaristas e por fim patentes mais baixas das redes de militares do exército e polícia. Agregando essa rede de pessoas, Argemiro construiria um “colchão” de proteção em um ambiente político que ainda respirava a atmosfera dos sangues derramados de 1930 e também a sempre presente força política do chamado “tenentismo”, que posicionava toda uma geração de militares em diversas correntes políticas como força atuante pelo menos desde 1922. Ao menos dos nomes conhecidos, essa fotografia pode-se ter uma representação do que seria a interventoria de Argemiro: modernizadora e autoritária em vários aspectos dentro de uma visão conciliadora com o familismo divido pelas mortes de João Pessoa e João Suassuna. Diferente de João Pessoa, Argemiro construiu pontes com o Sertão e fez o que alguns biógrafos apontam como a “volta dos coronéis” ao Palácio da Redenção. “Os coronéis andavam

34 Ver biografia no CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

de réunas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais³⁵” (COUTINHO, 1965, p. 84).

No plano mais amplo, houve investimento em plano de obras hídricas – principalmente abastecimento de Campina Grande - e reformas educacionais e arquitetônicas tanto em escolas do meio rural como nos meios urbanos. Exemplo maior disso foi o novo prédio do Lyceu Paraibano além de modernização de outros prédios administrativos. Por fim no plano da política, a interventoria de Argemiro foi alinhada – até mesmo na estética de imagem e radiofonia de culto ao líder - ao espírito do autogolpe de Getúlio Vargas que instituiu a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em um forte senso de anticomunismo, Argemiro agiu em prol da prisão de João Santa Cruz de Oliveira (PCB) além de envio de destacamentos militares e da polícia paraibana rumo a Natal para conter a revolta que ficou conhecida como a “Intentona de 37”.

Com a projeção de Argemiro de Figueiredo e o Estado Novo bloqueando as pretensões presidenciais de José Américo de Almeida em 1937, a Paraíba começara a ver uma ruptura de dois dos maiores nomes políticos estaduais após a Revolução de 1930. Américo de Almeida – viu sua aliança com Argemiro dissolver-se a medida em que este último se aproximava do regime ditatorial. Postulante as eleições presidenciais de 1937 – que nunca aconteceram devido ao autogolpe de Getúlio - o conhecido o Homem de Areia³⁶ - ex- ministro da viação e obras públicas do governo estabelecido após 30 – e de forte identificação com o combate as secas seria nome forte para governador da Paraíba logo que houvesse processo de redemocratização do Brasil após 2ª Guerra Mundial.

35 A interventoria de Argemiro investiria no melhoramento zootécnico do gado da raça Gir, através de um centro de melhoramentos na cidade de Umbuzeiro, em fazenda pertencente a “Epitacinho”.

36 Título de documentário feito em homenagem a José Américo: <https://youtu.be/TIPgb3VRAaw>

Por sua vez, Argemiro seria exonerado da Interventoria em 1940, mas com visibilidade no Estado seria eleito deputado constituinte em 1946. Sua carreira também seria marcada, a partir de 1950, por acirradas e violentas³⁷ campanhas municipais em Campina Grande e no estado da Paraíba, formou-se então os correntes rivais “argemiristas” e “americistas”, por vezes representados pelas forças políticas do sertão contra os do litoral e zona da mata. Argemiro de Figueiredo chegaria ao senado em 1954 pela UDN (União Democrática Nacional) através da suplência de Assis Chateaubriand e, em 1958, seria reeleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), aliado do presidente JK. Nessa posição paradoxal de pertencer a base governista que entrou em atritos com o projeto de desenvolvimento da Sudene e com a pessoa que estava na superintendência, Celso Furtado.

Brazil: the troubled land³⁸

Brasília, início da década de 1960

Nos primeiros dias de agosto de 1961 uma reportagem³⁹ do jornal nacionalista O Semanário chamava atenção na

37 A acirradas campanhas das décadas de 1950 em Campina Grande tiveram tiroteios e assassinato na Praça da Bandeira (1954) até a morte de um vereador – o combativo Felix Araújo (1953) – fato que gerou acusações contra o então prefeito Plínio Lemos (Sylvestre, 1993).

38 Título de documentário, filmado em 1961, sobre a luta pela terra em Pernambuco e as Ligas Camponesas, para a rede de televisão estadunidense ABC. Enviada a pedido do então governo dos EUA, a cineasta Helen Rogers foi ao Nordeste documentar o suposto surgimento de uma “Nova Cuba”, e os ditos perigos da atuação de Francisco Julião sobre a massa camponesa https://youtu.be/jWq4__898mg

39 As manchetes de jornais comentadas no primeiro parágrafo foram coletadas em pesquisa coordenada pelo cientista político Marcos Costa Lima da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os recortes da imprensa sobre

sua manchete para um “novo agente de Wall Street, o “Mister Celso Furtado”. Ele estava se encontrando com o presidente John Kennedy e, em breve, iria entregar a região Nordeste aos norte-americanos. Já uma edição da revista de circulação nacional o Cruzeiro, de junho de 1962, destacava que a fome não contava para Celso Furtado: um marxista leninista “não-confesso”, que chegara de viagens e congressos no mundo comunista e estava atuando para uma revolução no panorama agrário do Brasil. Essa mesma revista, em 1963, um artigo escrito pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand fazia mais ataques: Furtado, seria um “Antônio Conselheiro de Fraque”: conquistou os ouvidos de três presidentes - JK, Jânio e Jango. Colocar o Nordeste nas mãos deste “subversivo e comunista do tipo chinês”, da região Nordeste nas mãos de Furtado iria atrapalhar os programas de ajuda humanitária geridos pelos EUA através da Aliança para o Progresso, Brasil do subdesenvolvimento.

Essa “questão social” da região Nordeste que ainda sofria as consequências da seca de 1958, e na época era a região semiárida mais populosa e miserável do hemisfério ocidental:

a região Nordeste em que 20 milhões de brasileiros estavam submetidos ao desemprego, com uma renda que não chegava a 1/3 da renda do Centro-Sul três vezes menor que a do Centro-Sul, secas periódicas e as crises de abastecimento que atingiam mais de 4/5 do território. Por trás da frieza dos dados o quadro de injustiça e iniquidade (FURTADO, [1959] 2009a, p. 9)

Celso Furtado e a Sudene, da sua criação até o golpe militar, em 1964, estão reproduzidos na página 8 da edição da Revista Cadernos de Desenvolvimento de maio de 2011 e nas páginas 26 e 27 do Volume 3 da Coleção dos Arquivos Celso Furtado intitulado O Nordeste e a Saga da Sudene (1958-1964), lançado em 2009.

A legitimidade acadêmica da Sudene pôde ser construída através de dois textos: *Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste*, documento escrito por Furtado mas assinado como Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a conferência *Operação Nordeste*, resultado de exposição e debates realizados no curso “Introdução aos problemas do Brasil”, no auditório do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro. Nesses textos, Furtado usa de uma análise rica em dados sobre exportação, carga tributária, produção agrícola, mão-de obra, concentração de renda e estrutura fundiária para propor uma nova política econômica para região Nordeste. Para que o slogan 50 anos em 5 do governo Kubitschek não fosse uma mera operação de marketing, era preciso entender quais as causas dos desequilíbrios regionais de um subcontinente brasileiro que vinham desde a colonização e que não estavam sendo resolvidos e sim intensificados na industrialização do centro sul na década de 1940-1950 (FURTADO, 2009a, p. 50). Estava, então, lançadas as bases intelectuais e políticas que consolidariam a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), instância de contato direto com o presidente da república e que nas suas diretrizes de ação englobava os planos estadual e municipal.

O projeto encabeçado por JK e Furtado tinha muitos problemas a enfrentar, tais como as crises de abastecimento e miséria, a inevitabilidade do fenômeno da seca e a fragilidade da economia da região Nordeste, que ainda sofria as consequências do processo de decadência do sistema colonial de monocultura do açúcar – processo que é abordado no estudo do próprio Furtado em *Formação Econômica do Brasil*.

O jogo aparentemente confuso de uma diversidade de “adjetivos” dados a Furtado na imprensa brasileira indicava, no mínimo, uma apreensão no universo político acerca das ações e gestão de recursos financeiros que estavam sendo mobilizados

pela Sudene. O documento fundador (GTDN) um amplo programa de industrialização e modernização da região “problema do Brasil”, de onde vinham já a questão agrária das Ligas Camponesas e o temor da parte dos EUA, de surgir uma “nova Cuba”, um processo revolucionário em pleno sertão nordestino. No plano local a Sudene, diferente do Departamento Nacional de Obra contra as Secas (DNOCS) ou do Banco do Nordeste (BNB), estava ao arco das alianças e conchavos políticos regionais. Senadores que ocupavam essas redes de influências e recursos começam a criar forte campanha pública contra a Sudene. A frente desse grupo estava Argemiro de Figueiredo.

Um “macarthismo hidráulico” do senador Argemiro de Figueiredo contra Celso Furtado e a SUDENE. (1959-1962)

A irrigação não tem nenhuma tradição nas terras nordestinas. A economia da região está montada como se a seca não existisse (...) Esforço admirável no sentido foi feito pelo serviço Agroindustrial do DNOCS, graças principalmente a Guimarães Duque. Esse esforço, entretanto, malogrou-se porque não foram criadas as condições institucionais para que frutificasse. É que havia um problema mais amplo, que permeava todos os outros: o da estrutura agrária da região (FURTADO, 1962, p. 57).

Essa era a posição da Sudene de afirmar a ineficiência na “solução hidráulica” diante problemas da demografia que, por sua vez pressionavam produção de alimentos e concentração fundiária. O reconhecimento institucional do governo brasileiro dessas conclusões dos estudos de Furtado sobre a economia do Nordeste gerou incômodo nas frações de elites regionais assentadas justamente em poderes do monopólio da posse da terra.

Eis o tom apreensivo do discurso intitulado⁴⁰ “**Problemas do Nordeste: contra a Sudene, a industrialização e a agricultura**” do senador Argemiro de Figueiredo em 17 de março de 1959, em que questionava, além da inconstitucionalidade de uma superintendência de “contato direto com o presidente”, qual seria a validade do projeto da Sudene diante da existência de outras instituições que já visavam combater as secas no Nordeste:

Não participo do entusiasmo dos que veem na Sudene a redenção do Nordeste. Longe de mim pensar que se torna possível a emancipação econômica de um povo sem a criação intensa e fecunda de um sólido parque industrial. Longe de mim combater os que sentem a necessidade de industrializar o Nordeste, com o aproveitamento local de suas riquezas minerais, agrícolas e pecuárias. Não. O que nego aos técnicos e testemunhas da experiência, da observação e do bom senso, é que eles possam aparecer a nação como constituindo um órgão específico de combate ao fenômeno climático das secas (...) (INFORMAÇÃO LEGISLATIVA BRASÍLIA, 1983, p. 24)

Dez dias depois, Argemiro de Figueiredo continuaria a polêmica contra a Sudene, dessa vez tocando no tema da industrialização, a necessidade de irrigação e uma crítica a proposta de Furtado de deslocar parte da população do semiárido para outras regiões:

40 O discurso pode ser lido na íntegra entre as páginas 524-673 dos Anais do Senado da República do de maio de 1959 que estão disponíveis no link: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1959/1959%20Livro%203.pdf

Já disse, e repito - É um erro catastrófico para a região nordestina essa prioridade que se pretende assegurar o problema da industrialização, como processo técnico de recuperação econômica e de combate ao flagelo das secas. (...) Exprime um desalento e a falência dos nossos recursos técnicos aconselhar-se o deslocamento de nordestinos de qualquer zona onde estejam eles situados. Isso não seria solução, seria fuga! Seria a violação dos preceitos da Lei Maior, que manda valorizar o homem a terra e fixar o camponês a zona do seu trabalho (...) o problema vital resume-se nisto: água e irrigação (SENADO FEDERAL, 1983, p. 25-26)

Este seriam os primeiros de vários ataques na tribuna feitos por Argemiro de Figueiredo entre 1961-1962: nesse período dos vinte discursos registrados nos anais do Senado treze continham críticas diretas e menções negativas a Sudene ou a Celso Furtado:

QUADRO 1 - Discursos de Argemiro De Figueiredo com críticas a SUDENE e Celso Furtado (1961-1962)

DATA	RESUMO DO DISCURSO
31/05/1961	Comentários sobre o discurso do presidente Jânio Quadros na abertura dos trabalhos da terceira conferência regional em João Pessoa –PB (...) comenta o erro de se dar maior ênfase a industrialização do Nordeste quando seu maior problema é a calamidade das secas.
06/07/1961	Reforça o seu ponto de vista, demonstrado em discursos anteriores na tribuna do Senado Federal, sobre a maneira mais correta de solucionar o problema econômico da região Nordeste, seja através da construção de açudes de pequeno, médio e grande porte ao invés de investimentos volumosos na industrialização dos centros urbanos como proposto pelo plano da Sudene
21/06/1961	Renova apelo ao presidente Jânio Quadros para que dê a Sudene a orientação fundamental: água e irrigação.

DATA	RESUMO DO DISCURSO
09/08/1961	Informa sobre o telegrama do Sr. Bivar Olinto, prefeito de Patos para a Paraíba e sobre as críticas feitas a Sudene por jornais pernambucanos.
12/10/1961	Tece comentários em torno dos problemas da região Nordeste pedindo ao governo federal assistência econômica e técnica ao camponês do Nordeste brasileiro referindo-se ao projeto de orientação diretora da Sudene.
06/11/1961	Critica plano diretor da Sudene, que entrara em discussão e votação no senado, por considerar que as medidas propostas para combater a seca e promover o desenvolvimento econômico - social da região Nordeste não atingem o objetivo satisfatoriamente, pois não tratam do problema da falta de água que maltrata a região. Declara que a Sudene gerou-se no ventre de uma emoção coletiva, após seca brutal de 1958.
09/11/1961	Confirma a sua posição perante o projeto da Sudene e defende-se das acusações do Correio da Manhã de que seria reacionário. Faz referência ao agricultor brasileiro e comenta a necessidade de uma restrição nos gastos com a administração pública, da votação urgente das reformas de base solicitadas como imperativo de ordem econômica e social.
28/11/1961	Continua a defender suas emendas ao projeto do plano diretor da Sudene, analisadas e consideradas, pela comissão de constituição e justiça do senado, inconstitucionais. Defende (...) a importância da Sudene para a região Nordeste e apenas crítica a demasiada autonomia administrativa de seus diretores, o que por vezes permite a ocorrência de irregularidades na utilização de recursos públicos. Lembra discussão no senado, quando se levantava contra a estruturação orgânica da Sudene.
04/12/1961	Defende-se de violento ataque de jornais, pelas emendas que apresentou ao projeto da Sudene - acusado sobretudo pelo sr. Celso Furtado e João Agripino, lendo mensagem de solidariedade recebida da assembleia legislativa de seu estado. Lê ainda entrevista que concedeu ao Diário de Pernambuco, comparando Celso Furtado a Calabar. Pede aos senadores que o apoiem a fim de que as emendas apresentadas pelo orador sejam aprovadas.
20/03/1962	Analisa a política econômico-financeira e comenta a falta de planejamento da mesma. Reclamações de todos os estados do Nordeste a respeito dos altos preços, falta de amparo ao agricultor pobre e ausência de instrumentos agrícolas. Analisa as dificuldades enfrentadas pelos nordestinos, como a seca e a fome, pela inoperosidade da Sudene.

DATA	RESUMO DO DISCURSO
23/04/1962	Elogia o êxito da viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos da América, conseguindo recursos econômicos para combater a miséria e da fome no Brasil. Apela ao governo federal que a política da Sudene seja revista e alterada, antes das verbas serem encaminhadas
15/05/1962	Refere-se as atividades agropecuárias em nosso país, focalizando os campos abandonados, o homem do campo sem assistência, sem máquinas, sem escolas e com fome. Aponta fracasso da Sudene declara que não serão aprovados pelo senado projetos eleitoreiros. Crítica abertamente plano da Sudene, acusando-o de subversivo e ineficiente na tentativa de resolver os problemas e desenvolver o Nordeste.
14/12/1962	Comenta artigo publicado no correio brasiliense a respeito da SUDENE e volta a tecer comentário acerca de sua incipiência

FONTE: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento>

Argemiro de Figueiredo também articulou para votação no senado um projeto que rivalizaria politicamente com a Sudene: uma ementa para dar autonomia ao DNOCS em relação ao controle da superintendência (COSTA LIMA, 2009, p. 229).

Com as tensões entre Sudene e DNOCS acirraram na transição do mandato de JK a Jânio Quadros. Após a renúncia deste último, quando o país passou por um curto período parlamentarista, o primeiro ministro Tancredo Neves chegou a assinar a demissão de Furtado que tinha sido avisado pelo ministro Virgílio Távora que “havia uma unanimidade dos governadores do Nordeste para colocá-lo para fora”⁴¹. Contudo a demissão acabou precisando da assinatura do presidente empossado - João Goulart - que foi negada, Furtado continuou a trabalhar para o governo brasileiro, com a posição ainda garantida após o fim do parlamentarismo garantido por plebiscito. Com a permanência de Furtado aumentariam as tensões das reuniões do conselho deliberativo da Sudene: apenas contando com o apoio “fixo” do

41 Ver página 68 da entrevista a Celso Furtado no livro *Seca e Poder* (1998).

governador Guel Arraes os debates do conselho eram entrecortados pelas reivindicações de que alguns estados não recebiam recursos – mito desmontado por dados analisados pelo próprio Furtado- e se recebiam havia uma “predileção” por Pernambuco e Bahia em detrimento aos “pequenos”. Ainda havia o argumento da parte de intelectuais conservadores, como Gilberto Freyre que pedia maior participação do exército nas ações e criticava um excesso um viés economicista e de centralização das decisões da Sudene (COSTA LIMA, 2009, p. 231).

Se na esfera do Estado e dos conselhos internos a Sudene era questionada, ao nível da sociedade civil, a figura de Furtado conquistara apoios importantes na mídia e por parte de movimentos sociais, que atacavam Argemiro de Figueiredo acusando-o de reacionário que ia contra as diretrizes do seu partido, o PTB. É o que se vê na seção Tópicos e Notícias em um trecho do texto “Derrota Pré-eleitoral” da edição de 8 de novembro de 1961 do Correio da Manhã:

A Sudene e o Sr. Celso Furtado foram alvos no Senado de ataques da parte dos mais petrificados reacionários. Da melhor maneira macarthista (...) foram denunciados como sendo comunistas sem a menor tentação de se provar a calúnia odiosa (...) Quem foi que se comportou de maneira tão odiosa? (...) É homem do Nordeste. É da Paraíba. Fala como um comunistômano de certas associações de classe do Rio de Janeiro. Mas é do PTB. É o Sr. Argemiro de Figueiredo (CORREIO DA MANHÃ, 08 de nov. de 1961)

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) também se manifestaram várias

vezes, por meio de greves gerais e de chamadas na imprensa⁴² a favor do plano diretor da Sudene – que nos últimos meses de 1961 estava tendo sua votação “atrasada” no congresso, o que dificultava o repasse de recursos financeiros do governo norte-americano em 1962. Nessa pauta, os movimentos sociais elegeram Argemiro de Figueiredo como “inimigo do Nordeste” e organizaram protestos quando o senador foi no aeroporto de Recife.

Após esses protestos, Argemiro intensificaria suas críticas ao plano diretor da Sudene: “considerarei e considero subversivo, esse plano arquitetado: subversivo, desumano e irracional” (SENADO FEDERAL, 1983, p. 27). Nas atividades parlamentares de março de 1962, comentando o episódio do aeroporto de Recife Argemiro discursa:

O meu crime foi singular. Pedi água para combater os efeitos das secas. Pedi irrigação para assegurar a vinte milhões de brasileiros uma economia agrícola capaz de amparar o homem face ao flagelo climático. E porque [o projeto de Argemiro] feria a soberania da Sudene (...) Fui cruelmente castigado e punido. Fui, simbolicamente sepultado vivo pelos comunistas do Recife (SENADO FEDERAL, 1983, p. 27).

Em 1963, o tema da reforma agrária tomava a pauta na opinião pública com as tensões agravadas no cenário político da Paraíba e Pernambuco pela exigência de direitos trabalhistas pelo movimento das Ligas Camponesas⁴³ Argemiro de Figueiredo, lança artigos na imprensa alertando para “desordem comunista”

42 Ver edição do Correio da Manhã de 2 dezembro de 1961. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=24386&Pesq=Argemiro%20de%20Figueiredo>.

43 Sobre o período das Ligas Camponesas é interessante a análise de Citaddino (2014) acerca do governador da Paraíba Pedro Gondim que na década de 1960

e afirma na imprensa que Celso Furtado “seria um astuto economista a bolchevizar o Nordeste”. A artilharia de Argemiro pode ser vista no trecho abaixo citado no artigo “A batalha da Sudene” de Rosa D’Aguiar Furtado (2009):

Assim prossegue a dança fatal sobre o abismo! Se a missão do Sr. Celso Furtado é promover a rebelião das massas camponesas, levar os nordestinos ao desespero, semear a fome na região, comunizar o Nordeste e o Brasil, rendamos homenagens ao grande arquiteta que soube hipnotizar dois governos (...) Deus sabe se as mãos assalariadas pela Sudene estão empunhando a foice e o martelo dos russos ou os instrumentos que servem ao progresso do povo” (FURTADO, 2009b, p. 15).

Com o golpe de 1964, a proposta de um órgão técnico como a Sudene acabou sofrendo um esvaziamento técnico (OLIVEIRA, 2009, p. 195). Mesmo que a Superintendência tenha continuado a existir, ela não tinha mais seus principais nomes – alguns exilados, como o próprio Celso Furtado – e passou a ser um instrumento burocrático ocupado pelas elites latifundiárias simpáticas aos governos militares. Em uma de suas últimas entrevistas, em 2004, Furtado afirmaria que para a região Nordeste as consequências do golpe foram mais graves, pois interromperam uma política em andamento, e a atuação de movimentos sociais e correntes da Igreja católica. Tudo foi destruído (FURTADO, 2009b, p.19).

Do lado de Figueiredo houve uma inicial defesa patriótica da “Revolução de 64”, embora um lamento que o presidente da república e colega petebista, João Goulart tenha sido derrotado. Contudo, a partir dos Atos Institucionais, Figueiredo iniciaria

traçou seu mandato entre a pressão dos trabalhadores rurais e da esquerda e os compromissos com grupos e elites agrárias.

uma contestação do regime militar: após a cassação do mandato de senador de JK, o senador paraibano denunciou o caráter ditatorial das mudanças constitucionais e partiu em defesa do ex presidente, mas sem deixar de “alfinetar” a Sudene: “apesar dos pecados ideológicos e programáticos da ideia de Sudene, o mandato de JK como presidente havia beneficiado a Paraíba” (SENADO FEDERAL, 1983, p. 16).

Considerações finais: elite, poder e secas.

Como um duelo de violeiros, no estilo dos folhetins de cordel, Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo travaram uma disputa de palavras: se um falava que a irrigação era inadequada para o Nordeste semiárido, o outro dizia que era apenas por esse caminho que ia ocorrer a redenção da miséria. Quando o primeiro propunha mudanças na estrutura demográfica e fundiária o segundo clamava pelo respeito a propriedade privada e a ordem contra a subversão. Nessa peleja não havia neutralidade: o apelo a “solução hidráulica” ou “desenvolvimento e planejamento” estão longe de serem termos neutros, sendo tão ideológicos quanto a acusação de comunismo e subversão. Todos são resultantes de categorias políticas em disputa. Nem Furtado – que incorporando a socialização “desconfiada” da política família de juízes à época da Sudene investia na imagem pública de planejador técnico - pode ser neutralizado de suas ideologias. Vale também lembrar que o próprio Argemiro não apenas travava luta contra a Sudene mas digladiava-se entre várias “batalhas” internas de seu grupo político: ele enquanto herdeiro, ou seja, alguém que transformou uma condição social privilegiada em atributos individuais, de um hábil discurso e postura como político, também tinha de tecer combates entre elites agrárias, industriais e nordestinas.

Nesse emaranhado de diferentes falas, projetos, narrativas e ações políticas pode-se dizer que a disputa de “violeiros” de

Celso Furtado e Argemiro de Figueiredo apontava pelo menos um processo mais amplo, um “mote” de um canto que, mesmo mudando as estrofes e rimas, ecoa desde longa data na região Nordeste: a dramatização pública de elites monopolizadoras da terra sobre o tema das seca e da estrutura fundiária do Nordeste. Abordar o antagonismo Furtado-Figueiredo nos leva a discussão sobre a própria definição de região Nordeste no Brasil que é elo entre a dominação de elites regionais e o fenômeno das secas. Impressiona que esse tema seja debatido em autores de abordagens tão díspares e, pesquisando diferentes contextos históricos.⁴⁴Se no dito popular “chover no molhado” traduz algo repetitivo, um assunto já resolvido, o eterno retorno das elites em falar da “seca no semiárido” está longe de um tema concluso e livres de polêmicas. Isso se dá principalmente pela resiliência de estratégias de elites em impor visões de mundo que buscam monopolizar cultural, política e economicamente uma região no imaginário nacional.

Referências

AIRES, J. Q. **Cenas de um espetáculo político**: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

ALBUQUERQUE JR. D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-193.

44 Ver Oliveira (1987) e Albuquerque Jr. (1999).

BRESSER-PEREIRA, L.C. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2015.

CITADDINO, M. Pedro Gondim: um governador entre deus e o diabo. *In*: DANTAS, E.; NUNES A; SILVA, R. F; (Org.). **Golpe civil militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.13-33.

CORREIO DA MANHÃ (1960-1969). **Acervo do Jornal Correio da Manhã**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=17219&

COSTA LIMA, M. O conselho deliberativo da Sudene. *In*: FURTADO, C. **A saga da Sudene (1958-1964)**. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 223-267.

COUTINHO, M. O. R. **Poder**: Alegria dos homens. João Pessoa, Gráfica A Imprensa, 1965.

ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estado Democrático**. Recife: Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco, 1962.

FURTADO, C. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. [Entrevistadores Maria da Conceição Tavares; Manuel Correia de

Andrade; Raimundo Pereira]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, C. A Operação Nordeste: plano de ação. *In*: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 29-73.

FURTADO, C. Entrevista a Eduardo Kugelmas. Dossiê Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, p. 379-416, 2011.

FURTADO, C. **Anos de formação 1938-1948**: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

FURTADO, R. F. A batalha da Sudene. *In*: Furtado, Celso et al. **O Nordeste e a saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 7-19, 2009b.

GARCIA JR., A. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade. **Antropolítica**, Niterói, n. 30, p. 21-47, 2011.

GARCIA JR., A. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920- 1964). **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: Ed. UFC, v. 38, n. 02, p. 74-87, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/533/515>. Acesso em 16 jun. de 2020.

GENNARO, E. G. **Do fogo de monturo à chama das ligas camponesas:** sociogênese de uma luta pela liberdade da terra na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande 2019.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família:** para uma sociologia das elites e do poder político familiar. São Paulo, Liberars, 2016.

NUNES, A. **Currais, cangalhas e vapores:** dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 5a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. **Depoimento à CPI da Sudene.** Arquivos Celso Furtado, vol. 3. 1a Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 193-224.

SENADO FEDERAL. Homenagem à Argemiro de Figueiredo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Serviço de Informação Legislativa, v. 20, n. 77, p. 25 - 26, jan./mar. 1983.

SYLVESTRE, J. **Lutas de vida e de morte:** fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953). Brasília: Senado Federal, 1982.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo:** fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

WEBER, M. A política como profissão e vocação. *In:* WEBER, M. **Escritos Políticos.** São Paulo, Editora Martins Fontes, 2014. p. 389-464.

O pensamento de Celso Furtado e a construção da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

João Matias de Oliveira Neto⁴⁵

Janailson Macêdo Luiz⁴⁶

Ivonildes da Silva Fonseca⁴⁷

Introdução

O conceito de desenvolvimento, ainda na atualidade, gera compreensão que, por vezes, o associa com o crescimento econômico e conseqüentemente frisa a acumulação de

45 Docente vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III/UEPB). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UEPB) e Pesquisador Associado 1 do Instituto de Estudos da África (IEAF/UFPE). E-mail: j.matias@msn.com

46 Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (Usp), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (Ufmg) e graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (Uepb). E-mail: janailson@unifesspa.edu.br

47 Professora titular na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Integra a equipe da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Participou da formação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UEPB-Guarabira). E-mail: ivonildes@uepb.edu.br

riqueza (concebida, equivocadamente como formada com bens materiais). Não raras vezes, a combinação entre os dois conceitos enfatiza que a principal condição para o desenvolvimento é a industrialização. Esse entendimento teve uma ampliação na década de 1960 na cidade de Campina Grande, situada no Agreste da Paraíba. Naquele momento, foram encorpadadas, nas políticas públicas desenvolvidas a nível municipal, ações que miravam o coletivo, focadas na educação.

Naquele contexto, a concepção de desenvolvimento adotada por Celso Furtado, um dos maiores intelectuais brasileiros, adquiria cada vez mais proeminência. Ganhou relevo o trabalho daquele economista na perspectiva de integração, sobretudo quando se tratava do Nordeste brasileiro. Naquele momento, os investimentos teórico-práticos então realizados visando o desenvolvimento do Nordeste a partir do trabalho de Furtado, e de outros sujeitos atuantes no período, coadunaram-se com as expectativas de muitos paraibanos. Motivaram, sobremaneira, ações de políticos e intelectuais atuantes em Campina Grande, o que acabou resultando na criação da Universidade Regional do Nordeste (URNE),⁴⁸ criada em 1966, e que dali a duas décadas passaria por um processo de estadualização, originando a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Celso Furtado buscou integrar ao restante do país uma região que era encarada sob imagens negativas e estereotipadas, e que amargava sérios problemas sociais. Acreditamos, como será debatido neste artigo, que as concepções defendidas por aquele intelectual tiveram ressonância em Campina Grande durante a década de 1960, contribuindo com a criação de pressupostos que

48 A URNE passou a funcionar, após alguns anos, como Fundação Universidade Regional do Nordeste, sendo conhecida no município pela sigla FURNE. Neste texto, porém, manteremos o uso da sigla URNE, ressaltando a designação original da Universidade.

colaboraram com a instituição de novos marcos no ensino superior daquela localidade e, por conseguinte, tiveram influência na criação da URNE. A nova instituição carregava no próprio nome a marca da integração e da busca de desenvolvimento a partir de um recorte regional. Sua posterior transformação em UEPB também esteve calcada em concepções de desenvolvimento, herdadas dos tempos da URNE, veiculadas agora no processo de redemocratização do país.

Nas páginas seguintes, sem o objetivo de contemplar todo o percurso da história da URNE/UEPB, apresentaremos algumas informações sobre a sua criação e seu posterior processo de estadualização. Em seguida, compreendemos como a URNE/UEPB colaborou para a criação de uma estrutura política, social e cultural que fomentou, à sua própria maneira, uma concepção de pertencimento de Campina Grande do interior nordestino ao Brasil e à Paraíba, recorrendo à sua própria identidade regional, ao fomento à criatividade política e social e, porventura, a materialização de uma concepção de desenvolvimento para além dos critérios econômicos e políticos, e sim culturais, educacionais e sociais.

A construção da Universidade Estadual da Paraíba

A década de 1960 trouxe acontecimentos de ordem política e cultural que ocasionariam grandes modificações no Brasil e no mundo. Movimentos de contestação social pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos; emergência do movimento feminista em diversos cantos do globo; realização do concílio Vaticano II pela Igreja Católica e modificações no posicionamento do catolicismo frente às demandas sociais; processo de reafricanização e recrudescimento das lutas em prol da descolonização da África; aumento de tensão entre os blocos capitalista e socialista no contexto da Guerra Fria; tomada de poder pelos militares no Brasil

em 1964 e a promulgação dos Atos Institucionais, cerceando a liberdade das cidadãs e dos cidadãos brasileiros e minando os tardios avanços democráticos alcançados até então.

Tratou-se, sem dúvida, de uma década de mudanças, das quais Campina Grande não ficaria alheia. Nesse sentido, enquanto o resto do mundo assistia ao abalo de diversas estruturas socioculturais, na parte oriental do Planalto da Borborema, especialmente entre um pequeno grupo de gestores públicos, intelectuais e educadores, discutia-se a concepção segundo a qual a cidade só iria se desenvolver mediante a consolidação do seu setor educacional, principalmente no tocante ao ensino superior. Esse entendimento, além do mais, era reavivado cotidianamente mediante as sucessivas crises econômicas por que passavam as faculdades existentes no município (MELO, 1991; SILVA, 1996).

No princípio da década de 1960, em que foi criada a URNE, os campinenses estavam prestes a comemorar o primeiro centenário da autonomia municipal de sua cidade (1864-1964). Juntamente com essas celebrações, alguns índices tornavam visível a importância do Município no cerne do Estado da Paraíba e no interior da região Nordeste. Em 1962, por exemplo, dados apresentados no Plano Diretor da SUDENE colocavam Campina como a quarta cidade economicamente mais importante do Nordeste e a quarta maior consumidora de energia elétrica da região, ficando atrás apenas das capitais Recife, Salvador e Fortaleza (SILVA, 1996).

Em 1964, ano do centenário, por sua vez, teve positiva repercussão entre a comunidade campinense o artigo “Campina Grande e sua função como Capital Regional”, publicado na Revista Brasileira de Geografia por Maria Francisca Thereza Cardoso, integrante do Conselho Nacional de Geografia. Nesse artigo, como o título já enfatiza, são apresentados dados empíricos e índices qualitativos que tornam visíveis a influência exercida por Campina Grande naquele contexto frente às cidades circunvizinhas, quer paraibanas, quer de outros estados. Era um atestado,

abalizado com os aportes de um trabalho acadêmico divulgado a nível nacional, do posicionamento da cidade como uma verdadeira capital do interior do Nordeste, que apresentava, por vezes, índices de desenvolvimento maiores do que muitas capitais nordestinas, mesmo não contando com os privilégios geralmente conseguidos por estas, inerentes às suas condições enquanto capitais de estado (SILVA, 1996).

No ano de 1965, foi divulgada pela imprensa nacional a lista com os dez municípios de maior arrecadação no país (exclusive Capitais de Estado). Novamente, Campina Grande ganhara destaque, ao figurar no sétimo lugar do ranking, sendo o único município da lista a não pertencer às regiões sudeste e sul. No mesmo ano, novamente dados da SUDENE colocavam Campina em destaque no âmbito regional, por figurar entre as cinco cidades que mais tiveram projetos aprovados por aquele órgão, sendo a única não capital a figurar na lista, ficando atrás das cidades de Recife, Salvador e Fortaleza e à frente de Maceió (SILVA, 1996).

Com base na relação entre as expectativas para o futuro da cidade e as dificuldades enfrentadas para que elas se concretizassem, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica-FUNDACT, presidida pelo economista Edvaldo de Souza do Ó, recebeu o aval do prefeito Williams de Souza Arruda para buscar formas de consolidar o ensino superior em Campina Grande. Para que esse objetivo fosse alcançado com êxito, foi convidado o professor José Lopes de Andrade (1914-1980), amigo pessoal de Edvaldo do Ó que, no passado, fora um dos principais colaboradores para a constituição da própria FUNDACT. Lopes de Andrade acabou, então, integrado à equipe de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande (DO Ó, 1986).

A solução encontrada por Edvaldo do Ó e Lopes de Andrade acabaria modificando o ensino universitário em Campina Grande e no Estado da Paraíba, a saber: a criação de uma universidade que absorvesse as Faculdades existentes então no município e que, com o passar dos anos, gerasse a criação de novos cursos nas

mais diversas áreas do conhecimento. Mais do que isso, a criação de uma universidade comprometida com o desenvolvimento não somente econômico, mas social, da região na qual estava inserida (DO Ó, 1986; MELO, 1991; SILVA, 1996).

É importante observar que não se tratava de criar a Universidade de Campina Grande, talvez uma designação mais óbvia para uma instituição originada através do poder municipal, mas sim uma universidade que, já no seu nome, destacava o seu compromisso com o desenvolvimento de um recorte geográfico mais amplo, regional, e na esteira da própria cidade na qual ela se originou, considerada a “Capital do Interior do Nordeste”. Como destacou Melo:

Apesar do grande surto de desenvolvimento que experimentava Campina Grande, em 1966 a cidade não contava senão com algumas poucas unidades de ensino superior, configurando-se um grande descompasso entre o crescimento da indústria e do comércio e o necessário desenvolvimento do setor educacional (MELO, 1991, p. 12).

Como recordou o economista Edvaldo de Souza do Ó, um dos responsáveis pela criação da URNE:

A conjuntura dos anos 1964 a 1965 revelou-se particularmente cruel para o ensino superior em Campina Grande, sobretudo para as escolas não federalizadas,⁴⁹ que se viram, na época, acossadas por grave crise, pondo em risco o

49 A Escola Politécnica (POLI), criada em 195 e pioneira no ensino superior na cidade, e a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) já estavam ligadas naquele momento a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tornando-se o núcleo inicial do que atualmente constitui o Campus I da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

processo de consolidação do ensino universitário na cidade.

Ao tomar posse, o prefeito Williams Arruda me convidou para integrar sua equipe, assumindo a Secretaria de Planejamento, onde, juntamente com Lopes de Andrade, iniciei estudos visando o fortalecimento do ensino superior campinense.

Do resultado desses estudos, surgiu a idéia para a criação da Universidade Regional do Nordeste, que contou com o apoio irrestrito e imediato do prefeito Williams Arruda (DO Ó, 1986, p. 13).

Lopes de Andrade e Edvaldo do Ó entregaram ao prefeito Williams Arruda, no final do ano de 1965, documentos relacionados ao Ensino Superior em Campina Grande e, principalmente, a mensagem com o projeto de lei que criava a Universidade Regional do Nordeste, a ser encaminhado à Câmara Municipal (DO Ó, 1986).

Williams Arruda, no entanto, passou ainda alguns meses de posse do documento, realizando seu envio à Câmara apenas no começo de 1966. Em 15 de fevereiro, porém, saíria de seu gabinete uma mensagem para apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Campina Grande, propondo a criação da Universidade Regional do Nordeste. Em anexo à referida mensagem, constava o projeto de Lei N.º 26/66 que, após aprovado, se transformaria na certidão de nascimento da URNE (DO Ó, 1986; MELO, 1991; SILVA, 1996).

Conta-se que logo depois de encaminhada a mensagem à Câmara, Williams Arruda recebera visita do Governador João Agripino Filho, com o propósito de convencê-lo a não criar uma Universidade Municipal. O prefeito teria então dito a Agripino que a decisão já estava tomada, o projeto já fora para a Câmara e, isto sim, pediria pressa em sua aprovação (DO Ó, 1986). Em

um dos trechos da referida mensagem, foi destacado pelo prefeito que:

O Poder Executivo Municipal decidiu-se a dar este importante passo, no campo do desenvolvimento cultural, por estar convencido de que sem o imediato amparo e expansão das atividades básicas nesse setor, representadas sobretudo pela formação de pessoal especializado para as tarefas de alto nível, diretamente comprometido no esforço local e regional, o extraordinário surto de progresso de Campina Grande, verificado nas últimas décadas, sofrerá inevitável estrangulamento, a exemplo do que aconteceu com outras florescentes cidades paraibanas, do fim do século passado ao começo do atual século, que se descuraram da preparação dos recursos humanos para absorção em seu processo de desenvolvimento e se viram, de repente, paralisadas e postas à margem da corrente de progresso da região (ARRUDA, 1986, p. 17).

Algumas semanas depois, a Comissão de Educação e Cultura do Município emitiu parecer favorável ao referido projeto, conclamando os vereadores, em particular, para dar voto favorável àquela matéria (DO Ó, 1986). No parecer, em consonância com a mensagem enviada pelo prefeito, são apresentadas as justificativas para a intervenção municipal, através da constituição de uma universidade, no desenvolvimento de Campina Grande e, por conseguinte, das cidades ligadas a ela no interior da Paraíba e do Nordeste. Se por um lado eram apresentados no parecer dados que mostravam a liderança regional de Campina, por outro, era também expresso o receio existente de que a cidade acabasse sofrendo de um estrangulamento, por não ter estrutura para consolidar de modo autônomo o seu próprio progresso econômico.

O documento apontava, ainda, a necessidade de uma ação planejada e executada pelo Poder Público, visto que aguardar a resolução do problema pelas livres forças de mercado faria com que a criação de uma universidade originária de Campina Grande ficasse à mercê de um círculo vicioso: não seria criada a Universidade porque não existiam recursos para mantê-la e não existiriam recursos porque não haveria uma Universidade para requerê-los e deles tomar posse (DO Ó, 1986).

Com base no parecer favorável e no reconhecimento da importância da criação da Universidade, o Poder Legislativo aprovou o Projeto. Este logo retornou às mãos do prefeito Williams de Souza Arruda que sancionou a Lei N.º 23/66, de em 15 de março de 1966, que criava a URNE.

A URNE foi criada inicialmente como uma Autarquia Municipal, que poderia transformar-se, como aconteceria mais tarde, em Fundação de Ensino Superior. De acordo com a Lei, integrariam a URNE algumas instituições de ensino superior já existentes e em atividade em Campina Grande, como a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Serviço Social; outras criadas legalmente mas cuja efetivação ainda não havia ocorrido, como a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (criada em 1961 como Faculdade de Arquitetura e Belas Artes e que, mesmo absorvida pela URNE, nunca chegaria a entrar em funcionamento); e algumas que estavam sendo instituídas naquele momento, como a Faculdade de Ciências de Administração (MELO, 1991).

Um caso especial ocorreu com a Faculdade de Direito que, apesar de absorvida pela URNE na referida Lei, depois de criada em 1964 pelos evangélicos vinculados à Igreja Congregacional, tivera que ser recriada em 1967 pelo Município, dado que a sua primeira versão não obteve a aprovação para funcionamento por parte do Governo Federal.

Foi grafado num dos trechos da Lei de criação da URNE que:

Art. 1º – Fica criada a Universidade Regional do Nordeste (URN), sediada nesta cidade de Campina grande, do Estado da Paraíba, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar e a finalidade de promover e coordenar a realização do ensino de grau superior, nos seus diversos ramos, e da pesquisa científica e tecnológica, visando em particular à preparação, melhoria e multiplicação dos recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento da região do Nordeste, e, no geral, ao aprimoramento intelectual do homem, mediante a utilização de recursos próprios ou em colaboração com pessoas físicas e de direito público e privado, do País ou do estrangeiro, regendo-se pela legislação específica do ensino superior brasileiro, pelo seu Estatuto e pelos Regimentos de suas respectivas unidades de ensino e pesquisa (CAMPINA GRANDE, 1986 [1966], p. 23).

Com a Lei de Criação, o patrimônio original da URNE passou a ser composto pelos bens móveis e imóveis das Faculdades, Escolas e entidades então englobados. Em seus dois primeiros anos, ela passaria a ser mantida pela Prefeitura e pela FUNDACT. Deve-se destacar, no entanto, que não apenas o patrimônio material dessas Faculdades fora transferido para a URNE, mas também as experiências, sonhos e expectativas daqueles indivíduos que as constituíam, que davam vidas e cores às suas salas de aula, corredores, secretarias e portarias. Enfim, tratava-se de toda uma estrutura material, imaterial e afetiva que estava sendo não apenas transposta, mas reinventada.

Da URNE à UEPB: democracia e participação na construção de uma nova história

Nas décadas de 1970 e 1980, a URNE passou por inúmeras crises financeiras que se arrastaram até o ano de 1987, no qual a instituição acabou sendo estadualizada e transformando-se em Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Passou ainda por uma intervenção militar, iniciada em 1969, que acabaria ocasionando a destituição do reitorado de Edvaldo do Ó, primeiro reitor de fato da instituição.

Assim como ocorrera durante seus primeiros anos de fundação, nas décadas de 1970 e 1980 a Universidade não esteve dissociada do contexto pelo qual passava o Brasil, ainda marcado pela vigência da Ditadura Militar, lutas pela redemocratização do país e constantes crises e oscilações econômicas. Esse contexto fazia-se presente também a nível estadual e municipal, dado o lugar marginalizado ocupado pela Paraíba nos âmbitos econômico e político, bem como aos inúmeros problemas sociais existentes em seus municípios, inclusive Campina Grande.

Por uma questão de limites, não detalharemos nesse texto muitos dos eventos e processos vivenciados pela URNE durante seu período de existência. No entanto, assim como ocorrera em sua própria fundação, vinculada aos ventos da busca de integração regional e do desenvolvimento do Nordeste, nos anos seguintes a instituição iria prosseguir ligada aos problemas, possibilidades e tensões históricas.

Durante os primeiros anos da década de 1980 o país vivenciava o Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), que acabaria se tornando o último militar a assumir o comando do Palácio do Planalto, até ser sucedido na presidência por José Sarney (1985-1990). Enquanto isso, a sociedade civil agenciava a (re)articulação dos partidos de esquerda e movimentos sociais, assim como o surgimento/fortalecimentos de entidades

como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica e de movimentos como os que buscavam a realização de eleições diretas para presidente da República, conhecido como movimento pelas “Diretas Já”.

As efervescências sociais dos anos oitenta no Brasil e na Paraíba fizeram-se presentes também no interior da URNE e, através dela, no cerne da comunidade campinense. Como a sede da Universidade situava-se no centro de Campina Grande (Rua Marechal Floriano Peixoto), em área de grande circulação de pessoas, as manifestações realizadas na Universidade logo passavam a chamar a atenção de quem por ali passasse, antes mesmo de ganhar os meios de comunicação. Além disso, em momentos mais críticos, dado o vínculo oficial entre a URNE e a Prefeitura Municipal de Campina Grande, essas manifestações adentravam ainda a Câmara de Vereadores, situada a época na mesma avenida (SILVA, 1996; PORFÍRIO, 2007; LUIZ, 2010).

Além do Prof. Sebastião Vieira, reitor durante o processo de estadualização, outras figuras também se destacavam no cerne das lutas pela Estadualização, a exemplo do Prof. José Benjamim Pereira Filho, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Regional do Nordeste (ADURNE), entidade que desempenhou um papel crucial para o surgimento da UEPB. Durante as lutas pela federalização e estadualização a ADURNE encabeçava as reivindicações junto à Reitoria, Prefeitura Municipal de Campina Grande, parlamentares da bancada paraibana no Congresso Nacional e Governo Estadual em prol de melhores condições salariais e de trabalho para os professores.

A ADURNE executou um plano de ação onde não era utilizado apenas os artifícios da arregimentação docente, estabelecimento de alianças com os outros segmentos e realização de greves. Um dos seus marcos de atuação era a busca pela conscientização política, que se tinha início entre aqueles que formavam a comunidade universitária não se esgotava entre eles,

estendendo-se até parte da comunidade campinense, movimentos sociais e buscando conscientizar até mesmo – quando da realização de atividades conjuntas – pessoas ditas comuns, buscando ampliar seu nível de politização.

Essa característica da ADURNE demonstrava que a mesma era constituída não só por docentes em busca de melhores condições de trabalho, mas por cidadãs e cidadãos que buscavam primeiramente realizar uma verdadeira revolução no âmbito da URNE, visando ao mesmo tempo colaborar com uma mudança estrutural no interior da sociedade brasileira, que passava por diversas crises políticas, econômicas e sociais naquele contexto. Eram tempos de luta pela redemocratização do país, em que a participação nas lutas sociais e na construção dos destinos do país eram vistas por muitos como uma forma de construir uma nova história.

Em conjunto com a ADURNE, a Associação dos Funcionários da Universidade Regional do Nordeste (AFURNE), presidida a época por Josibel de Oliveira Lins, também foi fundamental para o desenrolar das lutas pela Estadualização. Ambas as entidades, juntamente com o DCE contribuíram para demonstrar para o Governo do Estado e sociedade paraibana o tamanho dos problemas vigentes no interior da URNE, àquela altura vistos como de impossível resolução sem uma intervenção do poder público.

Se professores, funcionários e estudantes reivindicavam soluções para problemas específicos que atingiam cada uma das categorias, por outro lado, compreendiam que a fonte desses problemas era uma só: a impossibilidade de a URNE manter um funcionamento adequado contando apenas com os seus próprios recursos. Ao mesmo tempo, assim como ocorrera com aqueles que vivenciaram o processo de criação da URNE e seus primeiros anos de funcionamento, boa parte dos sujeitos que lutavam pela estadualização percebiam, mesmo que de modo ainda impreciso,

que estava contribuindo com a escrita de uma página decisiva para a história da universidade, bem como do ensino superior em Campina Grande e na Paraíba (MELO, 1991; SILVA, 1996).

Esse sentimento estava presente entre os membros do corpo discente, liderados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), que no período das lutas pela estadualização era presidido por Waldir Porfírio, e pelos Centros Acadêmicos (CAs). A atuação do movimento estudantil da URNE foi imprescindível para a Estadualização (PORFÍRIO, 2007). No entanto, a busca pela mesma não foi em princípio “acatada” pelas lideranças estudantis, que temiam que as conquistas democráticas da URNE fossem suprimidas quando a mesma se estadualizasse. Os estudantes igualmente temiam que o Estado da Paraíba não pudesse arcar com as despesas da Universidade, o que inviabilizaria a ansiada implantação do ensino gratuito. Com o passar do tempo, entretanto, os estudantes da URNE passariam não só a apoiar a estadualização como a ocupar, junto com os outros segmentos e a reitoria, uma posição de destaque nas lutas em prol da Estadualização.

A primeira tentativa de estadualizar a URNE ocorreu em 1982 durante o Reitorado do Prof. Vital do Rego. Os reitores que o sucederam (Prof. Luiz Ribeiro, Prof. Sergio Dantas Carneiro e Prof. Guilherme Cruz) também buscaram essa medida, mesmo que com ênfase menor do que as tentativas de federalização. O Governo do Estado, no entanto, mostrou pouco interesse em realizar a estadualização em cada uma das tentativas (SILVA, 1996).

O ano de 1987 foi um dos mais agitados da história da URNE/UEPB, sendo marcado início ao fim pela luta em favor da estadualização, de melhores condições de trabalho e da gratuidade do ensino. Enquanto a promessa da estadualização não era cumprida, no entanto, os três segmentos continuavam pressionando o Governo do Estado a realizá-la, seja por meio de protestos, greves, atos públicos e paralizações, seja através de

ações mais sutis, como a realização por parte da ADURNE de dois “Ciclos de Debates Sobre a Estadualização da FURNE”, respectivamente em agosto e setembro de 1987, entre outras iniciativas.

Em 23 março de 1987, uma semana após a posse de Burity no Governo do Estado, o mesmo foi convidado pela Reitoria, com o apoio dos três segmentos, para ministrar a Aula Magna do ano letivo 1987 da URNE, realizada no auditório do Colégio das Damas. Mais do que uma honraria e forma de prestígio, tratava-se de uma estratégia de ordem política, inclusive por a universidade estar naquela data sem condições de realizar uma Aula Magna aos moldes tradicionais, visto que seus docentes e técnicos estavam oficialmente em greve (MELO, 1991; SILVA, 1996).

Mesmo assim, professores, funcionários e estudantes compareceram à Aula Magna, que fora transformada em um ato de cobrança do cumprimento de uma de suas promessas de campanha do governador: a estadualização da URNE.

Panfletos, faixas, hinos e gritos de protesto... A comunidade universitária da URNE passou a lutar não somente pela estadualização, mas também para que essa estadualização ocorresse ainda no ano de 1987. Em 27 de maio, já depois do final da greve de professores e funcionários, o DCE organizou uma grande paralisação estudantil, que envolveu desde um debate sobre a estadualização com o Reitor Sebastião Vieira e o vice-presidente da UNE Carlos Andrade (o debate foi intitulado “A crise da Universidade e suas alternativas”), até uma manifestação que levou centenas de pessoas à Praça da Bandeira, ponto central de Campina Grande. Naquele dia, as aulas ministradas em todos os cursos da URNE foram paralisadas (PORFÍRIO, 2007).

Em 5 de setembro de 1987 o Governador Tarcísio de Miranda Burity veio a Campina Grande, a convite da Reitoria da URNE, para participar na condição de Paraninfo Geral, da solenidade de

Colação de Grau dos concluintes do período 1987/1. Durante a solenidade, Burity assinou a Mensagem Governamental que criava a Universidade Estadual da Paraíba. Essa mensagem seria entregue à Assembleia Legislativa do Estado para ser transformada em Lei.

A mensagem assinada por Burity fora rapidamente aprovado pela Câmara Estadual, que o transformou na Lei N.º 4.977. Criada a Lei, restava apenas a sanção do Governador, que ocorreria em data muito cara aos cidadãos campinenses, o dia 11 de outubro de 1987, momento em que Campina Grande comemorava mais um aniversário.

Naquela data foi organizado um evento no Parque do Povo em Campina Grande, no qual o Governador, cercado por políticos, integrantes da URNE, lideranças locais e parte da comunidade campinense sancionou a Lei N.º 4.977, que dava vida à Universidade Estadual da Paraíba, criada sob a forma de uma autarquia vinculada à Secretaria de Educação do Estado.

Aquele ato deu um novo sentido às ações dos campinenses que planejaram e colocaram em funcionamento a Universidade Regional do Nordeste, fazendo com que UEPB nascesse como uma das poucas universidades estaduais do país que não se originou a partir da capital do Estado, mas de uma cidade interiorana. Também representou dos poucos casos a nível nacional em que uma IES foi repassada para o controle do poder público mediante ações que vieram “de baixo para cima”, ou seja, que passaram menos por articulações de viés partidária e mais dos resultados das lutas efetivas travadas por homens e mulheres.

Como dito, com a Lei N.º 4.977 a UEPB viria a funcionar sob a forma de Autarquia, assim como ocorrera com a URNE no princípio de sua História. O processo de estadualização da URNE levou o Estado da Paraíba a, de forma atípica, ter a sede de sua universidade estadual situada não na capital, João Pessoa, mas no interior do estado. A estrutura *multicampi* iria partir dali e,

com o passar dos anos, espalhar-se para outros pontos do estado. Evidentemente, os impactos da universidade no âmbito estadual e regional se ampliaram no pós estadualização e após a lei de autonomia, no início do século XXI. Com isso, a UEPB passou a receber alunos de diversos locais, seja na zona de influência de sua sede e outros campi, seja estudantes oriundos de outros estados.

Ainda em 1987, a Faculdade de Guarabira (FAFIG), localizada no município homônimo, também passou a pertencer à Universidade Estadual da Paraíba, tendo sido incorporada por meio da Lei Estadual N.º 4.978, de 27 de novembro de 1987 (data de aniversário do município). A FAFIG fora criada por meio da Lei Municipal N.º 132, de 06 de setembro de 1967, e tinha como mantenedora, desde o ano de 1969, a Fundação Educacional de Guarabira. Encontrava-se em funcionamento desde o ano de 1971, data em que recebeu sua autorização para funcionamento e o ingresso dos alunos que prestaram os exames vestibulares de 1970. Antes de se tornar o Centro de Humanidades da UEPB, a Faculdade se transformaria ainda em Campus Universitário de Guarabira, no ano de 1979.

Além de abrir as portas para a expansão *multicampi*,⁵⁰ a estadualização possibilitou uma reestruturação no arcabouço acadêmico da UEPB com relação ao modelo herdado da URNE, sobretudo no tocante à implantação de uma nova organização administrativa, sendo o surgimento de diversas Pró-Reitorias uma das marcas dessa nova organização (SILVA, 1996).

Nos tempos da URNE essa estabilidade era literalmente impensável e era marcada pela sucessiva troca de reitores. Dos treze Reitores que assumiram a administração da Universidade, apenas um, o Prof. José Cavalcante de Figueiredo, conseguiu

50 Atualmente, além de Campina Grande, a UEPB possui campi nas cidades de Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Patos, Monteiro e Araruna.

cumprir na íntegra o mandado de quatro anos, que durou de 1977 a 1981. Quanto aos demais, dois foram nomeados “pró tempore”, um foi afastado pela intervenção militar (Edvaldo de Souza do Ó) e os demais renunciaram por diversos motivos, como a incompatibilidade com outras obrigações já assumidas ou por assumir, assim como a dificuldade em gerenciar uma instituição frágil economicamente (SILVA, 1996).

Os funcionários e professores também passaram a sentir essa maior estabilidade em seu cotidiano após 1987, embora ainda fossem intensas as reivindicações quanto a melhores condições salariais e melhoria da infraestrutura da universidade. Mesmo que nos primeiros anos de estadualização tenham ocorridos alguns atrasos no pagamento de salários às duas categorias (como o atraso de quatro meses ocorrido em 1990), a situação mostrava-se bem diferente daquela vivenciada nos tempos da URNE, quando não se tinha nem mesmo a garantia de que a instituição teria condições de repor no futuro os valores para os seus contratados.

Em seus anos iniciais, a UEPB passou por diversas greves, em virtude do atraso nos pagamentos. Todavia, a partir de então os servidores técnicos e docentes tinham a possibilidade de reivindicar diante do Governo do Estado. Portanto, outro ponto que auxiliou na estabilização da Universidade, mesmo durante os momentos de crise, foi o surgimento da figura do Governo do Estado como responsável pela interlocução junto a docentes e técnico-administrativos quanto às suas situações salariais e outras pautas reivindicatórias.

Se antes os problemas da comunidade universitária transformavam-se em impasses entre os representantes dos três segmentos e a Reitoria, que não tinha condições de resolver por si só as dificuldades mais sérias que atingiam a URNE, a partir da estadualização a resolução dos problemas mais incisivos da Universidade passaram a ser buscadas junto ao poder executivo Estadual (com o apoio do Legislativo), o que tornou possível

conquistas como a Lei de Autonomia, em 2004, e reajustes salariais obtidos no decorrer da década de 1990.

Finalmente, contribuiu fortemente para essa estabilidade o fato de a partir da estadualização existir um orçamento – mesmo que ainda inferior ao valor visto como necessário pela administração da Universidade – garantido por Lei a ser destinado a cada ano para a UEPB, sob a responsabilidade do Governo.

O pensamento de Celso Furtado à luz da construção da UEPB

A noção de desenvolvimento em Celso Furtado supera a esfera puramente econômica e assume um viés integrativo (ou criativo) nos níveis regional, educacional, cultural e social. Mediante o desafio de superar o “irreduzível” das identidades regionais e consolidar, assim, a unidade nacional e seu sentimento integrado, conforme ele demonstra no clássico texto *A Operação Nordeste* (2013), temos o desafio de aprofundar o conhecimento sobre tais identidades regionais e entendê-las de que maneira, e à a seu próprio modo, elas refletem as demandas sociais, culturais e educacionais de um Brasil em processo de construção.

No processo de concepção da Universidade Regional do Nordeste, posteriormente tornada Universidade Estadual da Paraíba, podemos perceber que a acentuação de características que remetem a esse irreduzível da identidade regional visa a uma maior integração não apenas da universidade com as demandas da sociedade, mas ainda da universidade, situada no interior (município de Campina Grande – PB) com as demais cidades do Estado da Paraíba. Num momento especialmente propício ao desenvolvimento regional, a URNE/UEPB viria para renovar as forças políticas, sociais e criativas da região.

Competia, sobretudo, à URNE/UEPB superar a dimensão do estigma de atraso (político, econômico, social) dentro do Estado

da Paraíba, e especialmente no nordeste brasileiro, ao renovar as possibilidades de exercício da criatividade sobre as formas políticas e sociais a que se refere Celso Furtado. Assim, constantemente referida como “fator de atraso”, por parte de parte considerável do pensamento social que antepunha o Brasil entre o país de futuro com fatores de “atraso” a serem superados (BOTELHO, 2002), a região nordeste ocupou um imaginário do século XIX e início do século XX bastante marcada pela simbologia da seca, da fome, da realidade dos solos pobres e da ausência de recursos.

A trajetória de Celso Furtado, por sua vez, é marcada por sua saída da cidade de Pombal, cidade na qual nasceu no dia 26 de julho de 1920, para a então capital da Paraíba. Em sua memória, registrada no texto *Aventuras de um economista brasileiro* (2013f), Celso Furtado remete a Pombal de sua infância ao imaginário triste do nordeste brasileiro: a pobreza, as enchentes e o cangaço. Tanto quanto Pombal refletia em seu imaginário este cenário, quanto a capital da Paraíba seria, anos depois, marcada pela morte do líder político João Pessoa, e então Celso Furtado, ao acompanhar, com apenas dez anos de idade, as empregadas domésticas nas muitas procissões relacionadas à morte de João Pessoa, percebia que o líder político era muito popular entre os mais pobres. A mesma reflexão Celso Furtado, em seu texto, faz da representatividade do Padre Cícero no sertão do Ceará. Nestes exemplos, Celso Furtado deparar-se-ia com uma ausência da presença do Estado na vida das pessoas, que seria totalmente ocupada pela representatividade aurática de líderes políticos que, em vida, faziam com que a pobreza dependesse de seu carisma pessoal e voluntarismo político.

Não causa estranhamento, por exemplo, o fato de a Celso Furtado o imaginário da região Centro-sul vir acompanhado de outras referências, mais relacionadas à indústria e às oportunidades trazidas por ela. Imaginar as dificuldades de formação da nação brasileira seria, portanto, imaginar a dificuldade de

integração nacional sem levar em conta as desigualdades regionais e historicamente situadas como intransponíveis. Para o economista paraibano, uma verdadeira unidade nacional se constitui pela necessidade precípua de pensar o desenvolvimento e o estabelecimento de vínculos, ainda que imaginários, para criar no Brasil uma noção de nacional por integração e não por suplantação de estruturas históricas esquecidas (FURTADO, 2013a). Refletir sobre dualidades históricas significa, portanto, refletir sobre um plano de parte dos intelectuais envolvidos, muitas vezes de forma orgânica, com o Estado brasileiro para a superação dos chamados “fatores de atraso”; estes, não por outro motivo, submissos à realidade estrutural dual em que se configurou o nordeste com uma economia monocultora e relações patrimoniais sólidas a travar a criatividade nas formas sociais e políticas, em oposição ao Centro-sul, em que a industrialização mudava a paisagem do desenvolvimento da região.

Assim, pode-se dizer que desde 1930, com uma visão sobre o Brasil diferente da visão hegemônica do século XIX, a consciência do subdesenvolvimento foi se desdobrando em pensar o atraso material e a fragilidade das instituições nacionais que travavam a crença do Brasil como um país do futuro (CANDIDO, 2011, p. 170). Para Candido (2011), essa “compensação” do atraso viria com uma supervalorização do regional, evidenciando a realidade de solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria da população e da desigualdade social e econômica em nossa criatividade literária. A compreensão da identidade nacional, à época, ganhou tons de reação à condição de periferia do capitalismo, dentro de um contexto global e transnacional, como o que foi expresso por meio do Manifesto Regionalista e com o Modernismo, no campo das artes, cultura e ciência.⁵¹

51 Para Celso Furtado, esses movimentos culturais de compreensão da realidade histórica do Brasil adentram a noção de criatividade, em termos de acúmulo

Deste modo, ao tratar de como o desenvolvimento econômico no mundo gerou desigualdades, Celso Furtado assume que o Brasil se forma a partir de um “processo de integração política de regiões desarticuladas, mas dotadas de um lastro cultural comum” (FURTADO, 2013a, p. 338). Este lastro cultural comum, compreendido como a dificuldade de superação das crescentes disparidades regionais, constitui ao mesmo tempo uma proximidade, em termos de identidade brasileira, mas um distanciamento, em termos de projeto nacional de integração de regiões cujo desenvolvimento econômico atinge níveis díspares e incapazes de restituir à população seus meios de vida⁵².

Não à toa, no livro intitulado *A Operação Nordeste*, Furtado faz menção à tendência de abandono dos estudos de base no âmbito do Nordeste, assumindo que os estudos do meio significam o desenvolvimento de técnicas agrícolas específicas adaptadas para a realidade local, com capacidade para engendrar no nordeste uma economia de alta produtividade (FURTADO, 2013a). Em vez de criar soluções próprias, limitam-se a transplantar soluções; evitando nos aprofundar, neste momento, no plano de ação via industrialização para superação das desigualdades regionais e integração do nordeste à nova ordem do desenvolvimento econômico, é com um ponto cego que Furtado vê a utopia de um nordeste integrado ao destacar que a região, no contexto de um

e fluxo, exemplificada no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, como também na entrevista concedida pelo autor ao programa Roda Viva em 09 de fevereiro de 1987, quando era Ministro da Cultura.

- 52 A partir da trajetória da URNE/UEPB, podemos entender que sua afirmação e constante pressão política e social por emancipação descrevem a trajetória de uma universidade que se afirma no plano regional para, então, integrar-se no plano estadual. Não por outro motivo a luta pela estadualização se faz dentro de um debate sobre o desenvolvimento integrado, ao propiciar seu enraizamento em diversos campi, a exemplo do que era a FAFIG, no município de Guarabira – PB, e o que acabou tornando-se o Campus III da UEPB.

país como o Brasil, seria um mero “grupamento regional”, ao passo que sua indústria jamais poderia competir com a do sul do país.

À parte o fato de Celso Furtado pontuar toda a sua obra desta fase desenvolvimentista a cultivar e divulgar o nordeste como uma região promissora, como se quisesse inculir nos chamados “homens de ação” a ideia de um nordeste viável para uma efetiva integração nacional, social e econômica do ponto de vista da conquista da cidadania plena, há uma perplexidade contínua, por parte do Celso Furtado, em perceber que o Estado não observa o “direito que tem o povo de sobreviver” (FURTADO, 2013b, p. 365).

Ao mesmo tempo, o setor para o qual Furtado dirige sua bibliografia, muitas vezes em tom de apelo, seria o responsável por desenvolver a noção de criatividade junto à de desenvolvimento. Ou seja, compreender a dimensão do desenvolvimento humano, não apenas econômico. Assim, no texto *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa*, Furtado esboça que o desenvolvimento não é compreendido por ele apenas enquanto processo de acumulação e de aumento da produtividade macroeconômica, mas sobretudo “via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade” (FURTADO, 2013b, p. 368). Resta demonstrado, na trajetória da URNE/UEPB, o quanto a estadualização de uma universidade no interior do nordeste é prova disso.

Criatividade esta, portanto, associada a um desejo genuíno de observar, no território do Nordeste, formas sociais que podem ser observadas na região Centro-Sul industrializada, em que o acesso a bens de consumo, melhores salários, melhores empregos, escolas de qualidade, universidades e bens duráveis legaria a posse de instrumentos capazes de compreender a modernidade de forma criativa e minimamente inclusiva. E então o setor agrário passaria por uma ideia de renovação necessária, sobretudo no

modo como o Brasil enxerga a monocultura, levando Furtado a afirmar que tais estruturas, assim como o próprio desenvolvimento, são frutos de uma opção política orientada, sobretudo no processo de decisão sobre tornar ou não agricultores artífices do desenvolvimento, desconcentrar ou não a distribuição de renda inter-regional, investir ou não em geração de novos empregos.

Ou seja, em todos os níveis Furtado deixa claro que o que caracteriza o desenvolvimento é seu projeto social subjacente, tomando a industrialização adaptada às peculiaridades continentais e regionais do Brasil como um impulsionador. Para o crescimento econômico se metamorfosear em desenvolvimento, há que haver melhoria das condições de vida da população. E isto não se dá espontaneamente: é a realização de um projeto e de uma vontade política (FURTADO, 2013b); então diríamos, de um projeto nacional. No caso da URNE/UEPB, também um projeto regional; mas um projeto regional tornado nacional por integração no desenvolvimento nacional pensado de maneira multirregional e integrada à melhoria das condições de vida das pessoas.

No texto *Nova concepção do Federalismo*, Furtado argumenta que na diversidade de regiões mora uma riqueza cultural, mas para que esta riqueza venha à lume é necessário um desenvolvimento material mais equânime entre as regiões. Para ele, a formação da nacionalidade brasileira se dá em um movimento pendular de distribuição do poder político, “que não seria fácil explicar sem a consciência que cedo amadureceu entre nós de que somos um povo com um compromisso com o futuro” (FURTADO, 2013c, p. 378-379). Ao afirmar, por exemplo, tanto que há esse compromisso com o futuro, uma vez, como observamos, que no pensamento brasileiro se visualizou por décadas diversos “fatores de atraso”, Furtado arremata que uma consciência da unidade nacional coexistiria com o senso de identidade que se desenvolveu de forma muito particular em cada região. E assim,

assevera: “A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional, sendo de menor peso a dimensão religiosa ou étnica” (FURTADO, 2013c, p. 379)⁵³.

A visão macrossociológica de que parte Furtado o leva a perceber a construção nacional brasileira a partir de um grande consenso a ser estabelecido entre regiões sobre o desenvolvimento, tomando o centralismo do Estado como um fator constituído. E nos parece, portanto, que este é o termo certo: o consenso. Através dele o Brasil chegaria a uma noção de identidade nacional pela via da integração regional, com as regiões compreendendo-se em suas diferenças e necessidades para o desenvolvimento. Tanto que, para Furtado, uma dita pulsação do centralismo-federalismo, para compreensão das distâncias regionais que fazem o Brasil, deve ser localizada na história levando em conta dois fatores de nossa cultura: a consciência de unidade nacional e o “irredutível” da identidade regional (FURTADO, 2013c). Uma síntese, um consenso, portanto, para o Brasil ser o “país do futuro”, corrigindo os aspectos negativos das desigualdades regionais e revendo a interdependência inter-regional, a concentração geográfica de renda, o centralismo político-econômico e os impedimentos para uma nação “interrompida” ser uma nação de fato.

Referindo-se então ao texto presente no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, concluímos que é na concentração de renda e riqueza que baseia a crítica de Celso Furtado à comunhão da unidade nacional com as identidades regionais, estas traduzidas não só em valores em comum, mas também dificuldades em comum dentro de seu próprio território, tendo, para

53 Neste ponto, ganha vida a percepção de uma Universidade Regional do Nordeste contribuindo para a inserção regional no Estado da Paraíba e, via produção social do desenvolvimento intelectual, social e econômico da região, também para a inserção da Paraíba em uma percepção do Brasil industrializado e moderno.

tanto, o apelo à industrialização como um fator de integração e desenvolvimento inter-regional. Afora ela, e talvez o lugar onde Furtado apresente mais a sua face de economista heterodoxo, a abordagem sobre criatividade e dependência na civilização industrial é o que relaciona processos de mudança social, visões sobre a história da sociedade, o desenvolvimento e seu potencial criativo. A criatividade reflete a aptidão de membros da sociedade para “formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza” (FURTADO, 2013d, p. 461). E aqui adentramos a importância das universidades em promover esta consciência⁵⁴.

Em sua teoria econômica, o autor relaciona a criatividade aos chamados “excedentes”, consequência mesma de intercâmbios com outros grupos humanos ou simplesmente acesso a recursos naturais mais numerosos. Ou seja, Furtado aborda sob suas próprias palavras uma noção culturalista da economia dos povos, como se constata em seu texto sobre a cultura brasileira (FURTADO, 2013e); recorre, ainda que indiretamente, a Franz Boas e Gilberto Freyre para, a seu próprio modo, dizer que os intercâmbios não são apenas de produtos e de mercadorias, mas de pessoas, influências e culturas capazes de gerar excedentes, estes compreendidos, a nosso ver, como perspectivas de

54 Com *campi* distribuídos por diversas microrregiões do território paraibano, a Universidade Estadual da Paraíba se coloca como pioneira na diversificação da produção de saberes integrados entre o interior e a capital no Estado da Paraíba, como a história demonstra. Nesta trajetória, concorre positivamente o fato de ser pioneira na estadualização de uma universidade no interior do Estado, não na capital. Concorre, ainda, o fato de toda a movimentação política, social e econômica ter se dado no âmbito do interior do nordeste e do Estado da Paraíba, o que atesta a necessidade de uma dinamização na esfera pública de forças sociais e políticas incontestes que fizeram com que a URNE/UEPB se tornasse a cristalização de um desejo mútuo de desenvolvimento regional, social e criativamente integrado.

crescimento e da reprodução quer seja de experiências, quer seja de soluções possíveis para nossos problemas estruturais. Aqui, portanto, adentra uma visão filosófica e culturalista da teoria econômica, uma vez que a criatividade se relaciona com a inventividade. A saber,

Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento (FURTADO, 2013d, p. 462).

Neste aspecto, Furtado encarna uma visão otimista da criatividade como propulsora irrevogável do desenvolvimento e deste para a felicidade e potencialidades “insondáveis” do homem, referindo-se a civilizações “não superadas” (pelo potencial de criatividade), ao teatro grego (tomando o aprofundamento da identidade cultural como penetração nas raízes míticas do subconsciente coletivo), a experiências intensas de percepção do mundo e de si.

Em alguns aspectos, o autor se aproxima mesmo da sociologia da cultura, ao descrever o “campo do possível no que concerne à criatividade” como dado para entender as “leis da criatividade cultural” (FURTADO, 2013d, p. 462). Resta compreender, entretanto, que a noção furtadiana de criatividade é relacionada ao papel de tradução dos intelectuais dos significados simbólicos da nação para o povo, como se refere Max Weber (1974) em seu texto clássico. Tal criatividade, não por menos, é o que aprofunda, na visão furtadiana a perspectiva de uma unidade nacional das identidades regionais, de um ponto de vista a partir do qual se tornaria inviável a construção de uma unidade nacional sem o pressuposto do aprofundamento da criatividade regionalizada. É desta, com o irrevogável apelo que possui a

importância do investimento na educação como promotora do desenvolvimento humano, da criatividade, da inventividade e da consciência.

Para ele, a criatividade política é capaz de gerar formas políticas próprias, propiciando espaços políticos em que se manifestem os antagonismos de forma própria e consciente. Uma vez que a atividade política seria essencial para a criatividade no plano institucional (FURTADO, 2013d), a inovação das formas sociais depende disso, além da redução das tensões geradas pela acumulação; daí a inevitabilidade das transformações sociais ser algo esperado, sobretudo quando relacionadas a imensas disparidades regionais, disparidades de acesso à ciência e tecnologia, disparidades de acesso à educação e cultura. Lugar, sobretudo, em que se encaixa a trajetória da URNE/UEPB: mais do que uma universidade, um centro consumado por forças políticas e sociais demandando novas formas de afirmação identitária, social e política, propiciando uma noção de desenvolvimento intelectual e humano, antes de social e econômico.

Por esta perspectiva, quanto mais as disparidades regionais aumentam, acentuam-se seus diferentes desenvolvimentos institucionais e políticos, separando as regiões de uma perspectiva de nação unificada. A industrialização propicia diferentes modelos de apropriação da criatividade, que é geradora de diferentes maneiras de pertencer ao mundo. Ao passo que a acumulação capitalista cria suas antinomias sociais mais agudas, cria-se também a oportunidade de desenvolvimento das qualidades intelectuais em uma região e não em outra. E quando o debate se estabelece entre classes, uma massa da população segue mantida sob tutela; ou seja, sua participação no processo político fica sob o controle de grupos dirigentes que integram as estruturas de poder. Esse processo, para Furtado, leva à subserviência da acumulação dependente e ao mimetismo político, reproduzindo fórmulas prontas de confrontação das mudanças sociais, levando

a criatividade nacional a um imobilismo refém de lideranças populistas. Este movimento, por sua vez, atesta a falência da criatividade.

Por fim, pensar em formas sociais e políticas criativas, para Celso Furtado, significa pensar na força indutora de desenvolvimento da regionalização das universidades. Como contributo para o pensamento, a educação e a formação, o ensino público, gratuito e acessível engendra formas sociais próprias, mais conscientes de sua cultura e identidade regional e, por isso mesmo, mais criativas e inventivas com sua realidade e com suas próprias vidas. A criatividade, sendo ela política, social e econômica, é regionalizada; depreende um esclarecimento sobre a produção cultural, econômica e social de uma região. Uma vez esclarecido este ponto, dá-se sentido para o fato de que o desenvolvimento regional é uma integração, não apenas nacional, mas das esferas da economia, política e social com a da educação e cultura.

Considerações finais

Em Campina Grande, no anos 1960, e na Paraíba de modo mais amplo durante o final dos anos 1980, algumas lideranças confluíram forças para fazer com que o ensino superior pudesse ser uma das alavancas para o desenvolvimento, mediante a formação de pessoas especializadas, objetivando uma interação em pé de igualdade com outras partes do país. Cômicos do papel da educação na resolução de problemas sociais e, conseqüentemente, para alcançar o desenvolvimento, muitos líderes compartilharam do pensamento coletivo e, assim, estimularam o ensino, apostando que a educação era basilar.

Assim, foi creditado que um dos pilares para o desenvolvimento era a interiorização da educação e, na linha do que foi aqui discutido, o projeto de construir uma instituição de ensino superior pública com sede em Campina Grande se fez necessário.

Desse modo, nesse processo de atender ao desenvolvimento da região, a educação foi imperiosamente atrelada a tal projeto de desenvolvimento e a Universidade Regional do Nordeste (URNE) nesta perspectiva foi estruturada, ganhando ampliação e modificação nos anos posteriores até chegar na atual Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Nesse processo, a criatividade foi imprescindível e se fez presente nos diálogos e nas estratégias para unir as diferentes vozes em prol de atingir o objetivo. No processo de estadualização da URNE e criação da UEPB, no momento em que os movimentos sociais eclodem nos campos político, econômico, social e cultural, o “compromisso” em desenvolver a região mantém-se presente. Assim, o que Celso Furtado defendia se amplia na Paraíba/Campina Grande, que, por extensão, colabora para o desmantelamento da imagem negativa do Nordeste atrelada ao atraso.

Ao final deste trabalho, refletimos sobre a possibilidade do pensamento de Celso Furtado se encontrar em paralelo com o *leitmotiv* construtor da Universidade Estadual da Paraíba em sua trajetória. A consumação de uma universidade, para além de uma conquista para a sociedade paraibana, traz consigo também um ideário subjacente do progresso e do desenvolvimento pensados não somente como econômico e social, mas também como intelectual e humano. Nisso, atentamos para a dinâmica da criatividade em engendrar novas formas de afirmação política, entendendo que a universidade pública brasileira e regionalizada propicia condições possíveis e objetivas claras para que estas novas formas de afirmação se constituam em identidades regionais redescobertas e revalorizadas diuturnamente.

Referências

ARRUDA, W. S. Mensagem do Prefeito Williams de Souza Arruda a Câmara de Vereadores [Mensagem N.º 12/66-AL]. In: DO Ó, E.

de S. **História da Universidade Regional do Nordeste**. v.1. Campina Grande: Editora Campinense, 1986. p. 15-17.

BOTELHO, A. **Aprendizado do Brasil**: a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CAMPINA GRANDE (PB). Lei n. ° 23, de 15 de março de 1966. Cria a Universidade Regional do Nordeste e dá outras providências. *In*: DO Ó, S. E. **História da Universidade Regional do Nordeste**. v. 1. Campina Grande: Editora Campinense, 1986. p. 23-26.

CANDIDO, A. Literatura de dois gumes. *In*: CANDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-196.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013a.

FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013b.

FURTADO, C. Nova concepção do federalismo. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013c.

FURTADO, C. Acumulação e criatividade. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013d.

FURTADO, C. Reflexões sobre a cultura brasileira. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013e.

FURTADO, C. Aventuras de um economista brasileiro. *In*: AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013f.

LUIZ, J. M. **Luz para sua gente e para sua terra**: notas sobre a história da UEPB. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

MELO, L. G. **Da universidade regional à estadual da Paraíba**: 1966-1991. Campina Grande, Gráfica Offset Marcone, 1991.

PORFÍRIO, W. **Anos de luta**: da intervenção no DCE da URNE à estadualização da Universidade – 1981 a 1987. Campina Grande: EDUFPG, 2007.

SILVA, I. P. **UEPB uma universidade emergente**: retalhos de uma História de 30 anos. Campina Grande: Gráfica da SEC-PB, 1996.

DO Ó, E. de S. **História da Universidade Regional do Nordeste**. V.1. Campina Grande: Editora Campinense, 1986.

Parceria mundial e expansão da democracia nos Relatórios do Desenvolvimento Humano de 1999 e de 2005: um estudo a partir dos estudos de Celso Furtado e Florestan Fernandes

Eduardo Guandalini Genaro⁵⁵

Introdução

A pesquisa⁵⁶ que levou a produção deste artigo possuiu como objeto de pesquisa: práticas e ações para uma parceria mundial para o desenvolvimento e da expansão da democracia, definidas pela Declaração do Milênio e pelos elaboradores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs)⁵⁷ de 1999 e

55 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG. Bolsista CNPq. E-mail para contato: edugenaro@gmail.com

56 Este artigo foi feito com base na pesquisa de Iniciação Científica (IC) sob orientação da professora Maria José de Rezende.

57 Os RDHs são produzidos desde 1990 sob encomenda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão autônomo da Organização das Nações Unidas (ONU) e são elaborados por equipes de técnicos. Estas se modificaram na elaboração dos diversos RDHs, sendo possível perceber diferenças de perspectivas entre os diferentes relatórios e até mesmo entre os elaboradores de um mesmo documento.

de 2005. Os problemas sociológicos levantados por esta pesquisa são: que embates e propostas são apresentados pelos elaboradores dos RDHs de 1999 e de 2005 e pela Declaração do Milênio para a cooperação⁵⁸ para o desenvolvimento humano? Como os debates e as propostas sobre o papel dos Estados Nacionais na cooperação mundial para o desenvolvimento são colocados nos RDHs de 1999 e de 2005 e na Declaração do Milênio? Como os países latino-americanos são incorporados nas propostas de uma cooperação mundial para o desenvolvimento nos RDHs de 1999 e de 2005 e na Declaração do Milênio? Como os elaboradores dos RDHs de 1999 e de 2005 e da Declaração do Milênio levantam o debate sobre o impacto das desigualdades econômicas e políticas entre os países nos processos de cooperação internacional? Que debates os elaboradores dos RDHs de 1999 e de 2005 e a Declaração do Milênio definem, sobre os processos de expansão de relações democráticas entre os países e em seu interior? Como os debates definidos nos RDHs de 1999 e de 2005 e na Declaração do Milênio permitem relacionar os equilíbrios de poder entre os países com as desigualdades políticas e econômicas dentro dos países?

Os elaboradores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano apresentam uma enorme quantidade de dados e informações a respeito dos países de todo o mundo. Eles tentam analisar como o desenvolvimento humano⁵⁹, entendido como ampliação das oportunidades e condições de existência dos povos, se processa e que rumos está tomando.

58 A pesquisa leva em consideração a cooperação entre Estados, agentes nacionais e internacionais, além das organizações multilaterais.

59 Os elaboradores dos RDHs receberam forte influência da noção de desenvolvimento social e das pesquisas de Amartya Sen, para a conceituação de desenvolvimento humano presente nos relatórios (REZENDE, 2013).

A Declaração do Milênio (2000)⁶⁰ estabelece um conjunto de objetivos e metas para o desenvolvimento humano, que deveriam ser efetivados até o ano de 2015. Estes foram sintetizados em um conjunto de oito objetivos e dezoito metas. Os RDHs dos anos subsequentes abordam os objetivos do milênio (ODMs) visando averiguar se houve avanço no cumprimento destes.

O oitavo ODM “promover uma parceria mundial para o desenvolvimento” trata das relações internacionais em prol do desenvolvimento humano, portanto, ele trata das diversas associações internacionais que interferem na economia e na política globais, focalizando as possibilidades que estas relações internacionais têm de ampliar as oportunidades sociais, afim de que haja melhores condições para as capacidades humanas. Apresenta-se este objetivo dentro dos ODMs da seguinte maneira:

Objectivo 8: Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso com a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto a nível nacional como internacional)

Meta 13: Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e de quotas, um programa melhorado de alívio e cancelamento da dívida bilateral pública e uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza)

60 A iniciação científica de que derivou este texto foi escrita no final de 2014 e começo de 2015. Antes que a ONU estabelecesse uma nova agenda de objetivos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Meta 14: Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e das deliberações da 22^a Assembleia Geral)

Meta 15: Tratar de maneira compreensiva os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo

Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, promover e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens

Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento

Meta 18: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e comunicação (PNUD, 2003, p. 2).

As metas propostas no oitavo ODM dizem respeito ao modo como as relações internacionais, no campo econômico e político, deveriam mudar para favorecer os chamados países em desenvolvimento⁶¹. O núcleo dessas propostas de mudanças é uma melhor

61 Os relatórios utilizam a expressão países em desenvolvimento, para caracterizar os países que não possuem posição dominante nas relações econômicas e políticas mundiais. Nesta pesquisa será utilizada a expressão países subdesenvolvidos, pois o recorte teórico utilizado na pesquisa reconhece o subdesenvolvimento não como uma fase, mas como uma forma do capitalismo (FURTADO, 1963).

participação no mercado mundial e uma melhor governação⁶² política nos âmbitos nacionais e internacionais.

A pesquisa utiliza como marco teórico: as produções de Maria José de Rezende (2007, 2013, 2014, 2014a)⁶³ a respeito dos RDHs e as produções a respeito do subdesenvolvimento de Celso Furtado (1963, 1964) e Florestan Fernandes (1973). Para a análise dos documentos se tomou como base a discussão sobre pesquisa documental de André Cellard (2008), Tim May (2004) e Liakopoulos (2002).

Este artigo é dividido em duas seções. A primeira visa responder aos problemas sociológicos, destaca os principais elementos do objeto de pesquisa presentes nos RDHs analisados e é mais descritiva. Entretanto, a separação analítica dos elementos é feita com base no marco teórico apresentado e orientada pela hipótese de pesquisa, isto é, as propostas dos elaboradores dos RDHs

62 Em pesquisas das ciências sociais, tanto o termo governança quanto o termo governação são utilizados para tratar de relações políticas mais horizontais do que as presentes nas relações hierárquicas pressupostas no Estado. Estes termos tratam das relações entre o Estado e a sociedade civil, tanto dentro quanto entre os países. Existe uma vasta literatura sobre o assunto, fazem boas explicações sobre o tema: Ramírez (2011), Milani e Solinis (2002), Kazancigil (2002), Gonçalves (2005), Dubrow (2013) e Jessop (1998). A noção de governação é utilizada por alguns autores de maneira a pressupor um recuo do Estado (SANTOS, 2005). Os RDHs não fazem uma diferenciação criteriosa dos dois termos, sendo que os RDHs em português utilizam o termo governação, em inglês a expressão “governance” (que pode ser traduzido para governação ou governança) e em espanhol é utilizado o termo “estructura de gobierno” por diversas vezes, com a mesma semântica que governação possui em português ou governance em inglês. A pesquisa analisará quais são as análises e propostas feitas em torno da governação mencionada pelos RDHs.

63 A autora possui diversos artigos e coordena um projeto de pesquisa a respeito dos RDHs. Os artigos desta serão utilizados como base para as observações a respeito dos RDHs, permitindo fazer relação entre estes e os elementos destacados nos RDHs por esta pesquisa.

em torno da cooperação internacional e da democratização não dão atenção aos elementos estruturais do subdesenvolvimento e das relações de interdependência essenciais para o desenvolvimento e a democratização. A segunda seção visa aprofundar a análise dos elementos relativos ao subdesenvolvimento contidos nos RDHs de 1999 e 2005, utilizando as teorias de Celso Furtado e Florestan Fernandes.

Cooperação internacional, democratização e desenvolvimento humano nos RDHs de 1999 e 2005

Os RDHs de 1999 e de 2005 possuem fortes semelhanças nas propostas de desenvolvimento apresentadas aos países subdesenvolvidos. Essas propostas convergem no que diz respeito às parcerias entre países ricos e subdesenvolvidos, às mudanças no comércio internacional, nas organizações internacionais, às práticas dos governos, aos modelos de governação democrática e aos atores que podem promover essas mudanças.

As propostas de parceria entre países ricos e pobres têm forte presença no RDH de 2005 que possui uma parte dedicada à questão da ajuda internacional⁶⁴. Um conceito que sintetiza com razoável precisão a concepção de ajuda deste relatório é o de apropriação nacional.

(...) uma ajuda eficaz exige “apropriação nacional”. Os países em desenvolvimento têm a principal responsabilidade na criação das condições em que a ajuda pode produzir resultados ótimos. Embora tenha havido progressos no aumento da quantidade e na

64 O RDH de 2005 foi dividido por seus elaboradores em três eixos: ajuda internacional, comércio internacional e segurança internacional. O segundo ponto é o que possui maior relevância para este artigo.

melhoria da qualidade da ajuda, nenhuma destas condições ainda foi satisfeita (PNUD, 2005, p. 7).

A apropriação nacional significa que a ajuda a ser transferida pelos países desenvolvidos deve ser gerida pelos países receptores. Este conceito é utilizado pelo relatório para questionar acordos nos quais os receptores, por terem de atender a diversas condições dos doadores, têm a eficiência de suas políticas reduzidas. No trecho acima, os elaboradores dos relatórios expõem com clareza a percepção de que as responsabilidades pela execução deste tipo de parceria são dos países receptores.

As propostas de ajuda internacional apresentadas no RDH de 2005 possuem como características: maior exigência de responsabilidade dos doadores para com os receptores, em busca de condições mais transparentes para ajuda, assim como melhor gestão dos recursos por parte dos receptores. A separação de responsabilidades acaba por não adentrar profundamente na questão das desigualdades estruturais existentes entre estes países.

No trecho a seguir, ao falar da vulnerabilidade dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos e não desenvolvidos, é possível observar como as parcerias propostas pelo RDH 2005 procuram amenizar os efeitos de um modelo econômico e não transformá-lo:

O que é necessário é uma combinação do reforço dos direitos do trabalho com as instituições e políticas que possa facilitar o ajustamento e a adaptação à mudança. A teoria econômica elementar ensina que o comércio pode aumentar o rendimento agregado, mesmo que parte da população possa perder por causa dos ajustamentos. Para maximizar os ganhos de bem-estar resultantes do comércio e reforçar o interesse político da participação no comércio, é importante que os vencedores compensem os perdedores. Esta

compensação pode assumir várias formas, incluindo transferências entre países e políticas públicas nacionais para a criar as condições de protecção e provisão de oportunidades aos perdedores (PNUD, 2005, p. 124).

O argumento exposto parte do pressuposto de que há um modelo econômico vigente e utiliza da teoria econômica para justificar compensações quanto ao tipo vigente de globalização. A discussão que se evita fazer é a de que elementos do modelo de globalização existente teriam de ser mudados e que interesses teriam de ser contrariados para a efetivação de uma diminuição de desigualdades e de um processo de democratização. Isto fica mais nítido quando a discussão remete ao comércio internacional.

O RDH de 2005 destaca que o comércio deve ser um meio e não um fim para o desenvolvimento. Em vista disto faz propostas que buscam evitar a estagnação econômica e proteger os países subdesenvolvidos dos riscos inerentes ao comércio internacional. Existem semelhanças entre as propostas do RDH de 2005 e as de 1999 no que diz respeito aos produtos primários, subsídios, fluxos de capital, barreiras comerciais, transferências tecnológicas, propriedade intelectual e empresas nacionais.

A queda dos preços dos produtos primários são um dos maiores empecilhos a realização dos ODMs e do desenvolvimento humano (RDH 2005), é causada por fatores estruturais e se constitui uma das causas do subdesenvolvimento. Mas, o relatório demonstra que essa queda deve ser compensada para que o desenvolvimento humano não se perca, como se pode observar nestes dizeres:

Nalguns casos, é necessária uma gestão da oferta para restabelecer o equilíbrio do mercado, embora os problemas com os acordos de estilo antigo sobre produtos primários já tenham sido todos ensaiados. Instrumentos de gestão do risco baseados no mercado deram

alguma protecção contra a volatilidade dos preços, mas não contra o declínio dos preços— e estender esses instrumentos aos produtores mais pobres é difícil, embora não impossível. A compensação é outra opção, usando a ajuda e o alívio da dívida para amortecer choques sobre a balança de pagamentos. O FMI⁶⁵ tem uma Facilidade de Financiamento Compensatória, mas ela provê financiamento em condições que são incomportáveis para a maioria dos países de rendimento baixo em África (PNUD, 2005, p. 142).

As compensações adotadas demonstram o compromisso dos autores dos relatórios com o desenvolvimento humano, mas não com um modelo de desenvolvimento, para os países subdesenvolvidos, em que inexista a dependência dos produtos primários, o que gera a pergunta: Será possível um desenvolvimento humano de fato sem a superação da dependência dos países subdesenvolvidos?

Os dois relatórios também defendem a queda dos subsídios agrícolas, já que estes favorecem os grandes proprietários e prejudicam as economias dos países subdesenvolvidos. Suas propostas não abarcam mais efetivamente o potencial dos produtos agrícolas para o desenvolvimento destes países. Para se entender esse é necessária a discussão a respeito da tecnologia e dos entraves a um desenvolvimento autônomo nas estruturas subdesenvolvidas (FURTADO, 1964).

O RDH de 2005 defende a baixa das barreiras comerciais colocadas pelos países desenvolvidos às exportações dos subdesenvolvidos. O relatório utiliza dados para comprovar o argumento de que as taxas são invertidas, ou seja, cobra-se mais dos que ganham menos.

65 Fundo Monetário Internacional

A participação do capital estrangeiro para o desenvolvimento é uma discussão presente nos dois relatórios. O RDH de 1999 defende a preferência por capital de longo prazo devido aos riscos oferecidos pelo capital de curto prazo. Há neste relatório uma nítida defesa da utilização destas inversões em prol do desenvolvimento humano, sendo sua preocupação frequente proteger estes países dos riscos presentes nesse modelo de desenvolvimento, que será mais detalhadamente debatido no final desta seção.

O RDH de 1999 afirma que as transferências de tecnologia sofrem grandes empecilhos em virtude dos acordos de propriedade intelectual que tornam mais caras as transferências, ao mesmo tempo que desvalorizam conhecimentos tradicionais que são apropriados pelas grandes empresas, como no caso dos conhecimentos indígenas (PNUD, 1999). O relatório defende mudanças nos acordos de propriedade intelectual, focando principalmente áreas ligadas aos produtos agrícolas, às questões genéticas e às tecnologias referentes à saúde. O foco do relatório está na participação do uso da tecnologia para o desenvolvimento humano, deixando com isso muitos fatores essenciais de lado, como é possível observar com relação às questões de propriedade intelectual e das empresas nacionais:

Muchas empresas han perdido miles de millones de dólares en ventas de esta manera. Al mismo tiempo los derechos de propiedad intelectual excesivamente rígidos eliminarían la competencia y la innovación en esta industria que sirve de base de las comunicaciones mundiales. Es necesario lograr un equilibrio (PNUD, 1999, p. 70).

Los países necesitan reducir a un mínimo los efectos negativos de la inversión extranjera directa (como la creación de desigualdades), dar a las empresas nacionales los incentivos necesarios y proteger sus intereses (PNUD, 1999, p. 88).

Na primeira citação fica evidente que o relatório não critica a fundo as disparidades nas questões de tecnologia entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, muito menos os efeitos destas; o relatório defende um equilíbrio entre competição e proteção às inovações. A segunda citação deve ser entendida dentro do contexto de outros elementos já destacados, sendo o elemento central a proposta de proteções econômicas contra um modelo econômico, em prol do desenvolvimento humano. Quando afirma que defende a redução dos efeitos negativos da inversão estrangeira ao mínimo, os propositores pressupõem que esta deve ser o principal caminho para o desenvolvimento. Quando afirma que as empresas nacionais devem ter incentivos necessários para se preservarem, fica nítido que o relatório lhes atribuí um papel secundário. Esta proposta foge completamente de um desenvolvimento do mercado interno e da produtividade social, enquanto um modelo de desenvolvimento.

As propostas de mudança dos elaboradores dos relatórios para as organizações internacionais buscam tornar estes espaços mais democráticos com maior espaço para os países subdesenvolvidos e não desenvolvidos. Entre as propostas podem ser observadas no RDH de 1999:

Algunos de los elementos clave de una mejor arquitectura internacional:

- Un sistema de las Naciones Unidas más fuerte y más coherente, con mayor grado de compromiso de todos los países.
- Un banco central mundial.
- Un fondo fiduciario mundial de inversión con funciones de redistribución y mecanismo de transferencia.
- Un organismo ambiental mundial.
- Una Organización Mundial del Comercio revisada, más equitativa y con un mandato ampliado.

- Una corte penal internacional con un mandato más amplio respecto de los derechos humanos.
- Una organización de las Naciones Unidas más amplia, incluida una Asamblea General de dos niveles para permitir la representación de la sociedad civil (PNUD, 1999, p. 111).

A proposta de um banco central mundial baseia-se em uma proposta de Keynes, segundo qual dito banco teria recursos equivalentes a cerca de cinquenta por cento das importações mundiais (RDH 1999). As propostas dos elaboradores do RDH são mais modestas, mas destacam que um banco central conseguiria equilibrar os fluxos monetários e postar-se como último recurso em casos de crise, que serviria de proteção e colaboraria para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e não desenvolvidos. A proposta de um fundo fiduciário mundial é baseada na ideia de que pequenos impostos ou taxas sobre determinados tipos de comércio poderiam agir como uma transferência dos países desenvolvidos para os demais. A falta de caráter estrutural desta última proposta torna-a pouco eficaz para enfrentar os problemas dos jogos de poder entre as nações.

Tanto no RDH de 2005 quanto no de 1999 existem propostas de regras jurídicas que preservem os direitos humanos; elas se alinham com a noção de desenvolvimento humano defendida como modelo pelos elaboradores dos relatórios.

A proposta de mudanças na Organização Mundial do Comércio (OMC), feita pelos elaboradores do RDH de 1999, busca preservar a competição e combater os monopólios das grandes empresas. Entretanto, a proposta acaba por se refugiar da disputa de poder entre as nações e grupos, e é direcionada a possíveis acordos multilaterais que garantam melhores condições de negociação aos países subdesenvolvidos e não desenvolvidos: “Talvez no sea posible lograr una norma amplia sobre la

competencia mundial, pero podrían hacerse progresos en varios frentes.” (PNUD, 1999, p. 114).

Nos relatórios de 1999 e 2005 também têm semelhança quanto a capacidade de representação dos países nas organizações internacionais, como a OMC:

(...) el FMI, el Banco Mundial, el G-7, el G-10, el G-22, la OCDE, la OMC - están dominadas por los países grandes y ricos, dejando a los países pobres y a los pobres con escasa influencia y poca voz, ya sea por falta de participación o por falta de capacidad para una representación y participación efectivas. Hay escasa transparencia en las decisiones, y no hay un foro estructurado para que las instituciones de la sociedad civil expresen su opinión (PNUD, 1999, p. 8).

Enquanto alguns países em desenvolvimento – como o Brasil, China e Índia – colocam em campo grandes equipas de negociação e são participantes efectivos nas negociações, a maior parte dos países em desenvolvimento é marginalizada. Este défice de representação é importante. Nas negociações quotidianas, conta muito o simples peso dos números e o acesso fácil às competências. A capacidade de utilizar o sistema também se reflete nos procedimentos de diferendos: não há um único país de África que tenha ganho um processo na OMC. Corrigir estes desequilíbrios institucionais é uma exigência para criar uma democracia significativa na OMC (PNUD, 2005, p. 147).

Por mais relevante que seja o papel das delegações nas negociações e apesar de existirem diferenças entre elas, é absurdo apontar esse aspecto como um dos elementos centrais das

desigualdades de poder mundiais. O fato dos relatórios se aterem a propostas deste tipo apenas assinala a dificuldade de fazerem propostas que enfrentem os interesses das nações desenvolvidas e das elites⁶⁶ que exercem o domínio sobre elas. Isso fica ainda mais nítido quanto a propostas relativas ao Conselho de Segurança da ONU. O RDH de 2005, ao discutir sobre a importância de aumentar as sanções a mercados de recursos naturais que geram conflitos em países não desenvolvidos, afirma que, para aumentar a eficácia das sanções seria necessário que o secretário geral possuísse maior poder de fazer sugestões ao Conselho de Segurança. Ao afirmar isso mostra que é nítida a falta de vontade política dos elaboradores do relatório em enfrentar os interesses dos países que detêm maior poder no interior das Nações Unidas.

Outra proposta referente à Assembleia Geral da ONU colocada no RDH de 1999 condiz com a criação de um sistema bicameral com participação da sociedade civil. A proposta visa a democratizar as decisões desse organismo; entretanto, esbarram na problemática da representatividade democrática dos grupos da sociedade que os elaboradores dos relatórios analisam como detentores das principais possibilidades de mudança. Esta questão será mais discutida no final da seção.

As propostas dirigidas aos governos dos países subdesenvolvidos condizem com as propostas em prol do desenvolvimento humano e dos ODMs presentes no relatório. O RDH de 1999 cita diversas vezes, tanto o pensamento keynesiano quanto o modelo de bem-estar social, para defender práticas voltadas ao investimento social, utilizando-se destes modelos para sustentar proximidades com o modelo presente nos relatórios, o do desenvolvimento humano⁶⁷.

66 No concernente a essas elites pode-se destacar: o capital financeiro e as multinacionais.

67 Este modelo tem como base não apenas o desenvolvimento humano, mas uma liberalização gradual de mercado, como será discutido mais adiante, bem

A perspectiva adotada pelos elaboradores dos relatórios de 1999 e 2005 busca integrar o desenvolvimento humano ao contexto da globalização marcado pelos mercados livres e pela participação dominante das multinacionais. Em vista da força destas e do papel crescente de outros agentes, o papel do Estado acaba sendo desvalorizado pelos elaboradores que afirmam “Las amenazas mundiales están aumentando, superando la capacidad nacional para hacerles frente, y superando el ritmo de la respuesta internacional” (PNUD, 1999, p. 36).

A redução do papel do Estado é adotada pelos elaboradores não como uma opção, mas como um dado. A liberalização do comércio é tida, em certos pontos do relatório, como uma necessidade de longo prazo para os países subdesenvolvidos⁶⁸, tornando-se esta uma proposta constante nos relatórios:

La receta normativa estándar para el mundo en desarrollo ha consistido en liberalizar el comercio y dar incentivo a la producción para la exportación. Muchos países en desarrollo han reducido sus aranceles aduaneros, eliminado la distorsión del tipo de cambio y reducido su déficit fiscal (PNUD, 1999, p. 84).

A perspectiva de que a liberalização do comércio é o único caminho para os países subdesenvolvidos escancara o não comprometimento dos elaboradores do relatório com a superação do subdesenvolvimento. Isso evidencia que os elaboradores, não obstante, mencionarem problemas estruturais como as desigualdades de poder e de riqueza existentes no mundo, não atentam para os profundos conflitos existentes nessas relações. Os elaboradores do

distante, portanto, do modelo keynesiano, e sendo, então, insustentável afirmar que os elaboradores dos relatórios defendem um modelo de bem-estar social.

68 Neste ponto enfatiza-se que a retirada do Estado interfere na política econômica, outros fatores serão destacados posteriormente.

RDH de 2005 afirmam que um dos maiores entraves ao desenvolvimento humano é a má distribuição das riquezas dentro das nações, e que estratégias nacionais poderiam ser a solução. Também afirmam que a não adoção dos ODMs refletem a complexidade das hierarquias e as opções de políticas públicas dos países. Essa perspectiva se distancia do entendimento de que a má distribuição de riqueza e as hierarquias complexas estariam imbricadas em uma relação estrutural de fatores endógenos e exógenos (FERNANDES, 1973).

Um elemento mencionado diversas vezes nesta seção foi o modelo de desenvolvimento proposto pelos elaboradores dos RDHs de 1999 e 2005. Esse modelo é perceptível pela comparação de diversas propostas e afirmações, contidas nos relatórios, que permitem afirmar um direcionamento comum dos documentos encomendados pelo PNUD. Este artigo tenta, no final desta seção, demonstrar os elementos que justificam esse modelo, destacando a percepção contida nos relatórios de uma mudança ideológica mundial, que modela a globalização, e de um imperativo moral que dá base ao desenvolvimento humano. Tenta também explicitar a perspectiva do desenvolvimento humano conjuntamente ao modelo de desenvolvimento de liberalização gradual.

Os elaboradores do relatório de 1999 afirmam que, nas décadas de 1970 e 1980, houve uma mudança na política global que aumentou a dependência ao mercado e diminuiu o papel do Estado (PNUD, 1999). Esta afirmação serve de base para justificar a redução do Estado e a inserção no mercado como modelo de desenvolvimento. Observe-se a citação a seguir:

Después del fracaso en 1971 del régimen de tipo fijo de cambio de Bretton Woods, los países de la OCDE eliminaron la mayoría de las restricciones de las corrientes de capital y actualmente los capitales de todo tipo

se mueven entre ellos prácticamente sin restricción. La desregulación de los mercados financieros ha sido más lenta en los países en desarrollo pero avanza sin embargo con el estímulo del FMI y la OCDE (PNUD, 1999, p. 29).

Ao afirmarem que as restrições de correntes de capital foram reduzidas por países da OCDE e que a prática desta redução está se desenvolvendo, mesmo que lentamente, nos países subdesenvolvidos, fica subentendido que os elaboradores dos relatórios defendem este modelo de desenvolvimento, já que estes parecem considerar este acontecimento como encerrado, ou seja, não apontam outras possibilidades para estas nações. Esta ideia aparece com mesmo vigor no RDH de 2005, segundo qual existe um consenso quanto às questões do desenvolvimento; o que falta é ser colocado em prática (PNUD, 2005). A respeito disto é necessário se perguntar: consenso entre quem? Entre propositores do relatório? Talvez nem entre estes. Soa absurdo afirmar que existe consenso em uma área que envolve um imenso número de conflitos de interesse. Tanto nas esferas nacionais quanto nas esferas internacionais não existe consenso sobre como deve ocorrer o desenvolvimento. Ao afirmar a existência deste, os elaboradores do relatório procuram justificar sua perspectiva, mas levam-na a se distanciar de qualquer aspecto crítico que consiga analisar com rigor a questão em jogo. Ignorar as diferenças de interesse é fugir da discussão.

Para entender o modelo de desenvolvimento defendido nestes dois relatórios é crucial entender de como este se relaciona com a noção de desenvolvimento humano. Os RDHs atentam recorrentemente a utilização da abordagem das capacidades, que não busca mais somente aspectos econômicos como a renda, mas observa as liberdades e os fins visados pelas pessoas, apontando os índices educacionais e de saúde, por exemplo, como

indispensáveis para esta abordagem, a qual se caracteriza por buscar a “pluralidade de eixos que governam a vida das pessoas” (REZENDE, 2014a). Esta abordagem reflete a grande influência de Amartya Sen sobre os elaboradores dos relatórios.

A busca pelo desenvolvimento humano e pelos ODMs, depois da virada do milênio, é defendida pelos elaboradores dos relatórios de maneira conjunta a um fortalecimento de normas que protejam este tipo de desenvolvimento, que poderiam ser chamadas de “proteção social” (PNUD, 1999). Esta concepção também torna-se evidente quando o relatório defende que se “Crea capital humano y social⁶⁹: la generación siguiente, trabajadores con aptitudes humanas y sociales de las que se pueda depender, que sean buenos ciudadanos” (PNUD, 1999, p. 80). Esta perspectiva entende que a inserção de camadas da população que são excluídas dos processos políticos depende também da melhora das condições destas, já que para os elaboradores do relatório “Uma vez que as configurações e os indivíduos vão sendo dotados de poder vão expandindo as possibilidades de mudança” (REZENDE, 2014a):

Dar poder aos pobres é, simultaneamente, um instrumento para reduzir a pobreza e, porque a participação na sociedade é uma dimensão do desenvolvimento humano, um aspecto da redução da pobreza (PNUD, 2005, p. 80).

O modelo de desenvolvimento defendido nos relatórios busca equilibrar a defesa do desenvolvimento humano com a

69 A concepção de desenvolvimento humano, como já dito, mantém relação com a concepção de desenvolvimento social (REZENDE, 2013). Além disto, mantém relação com os dois conceitos: capital humano e social. Não serão aprofundadas as semelhanças e divergências destes conceitos no âmbito deste artigo.

perspectiva de inserção na globalização. Este modelo é bem sintetizado em:

¿Cuál es la esfera de la política más importante para gestionar la mundialización? Armonizar la competencia mundial y los criterios de libre mercado con apoyo constante y en aumento para el desarrollo humano y los derechos humanos en todos los países, tanto desarrollados como en desarrollo (PNUD, 1999, p. 97).

Esta proposta entende que os critérios do mercado mundial devem ter a adesão de todos os países os quais devem, ao se inserirem nas relações globais, buscar também o desenvolvimento humano. Esse modelo não pode ser interpretado como uma simples defesa do livre mercado. Os elaboradores do RDH de 2005 defendem uma liberalização gradual, afirmando que vários países vêm tendo êxito liberalizando sua economia à medida que crescem economicamente. Os propositores do relatório dão como exemplo o caso dos tigres asiáticos. Ao defender a liberalização gradual os elaboradores do relatório deixam claro que esta é uma opção política; por isso eles defendem a regulação do Estado sobre esta liberalização.

O desenvolvimento econômico aparece, portanto, acompanhado de políticas que potencializam o desenvolvimento humano. No mesmo relatório existe a defesa de um crescimento econômico com distribuição de renda. Os elaboradores afirmam que esta distribuição tem dois efeitos: um estático, que permite uma fatia maior do bolo aos pobres e um dinâmico, que permite ter maior acesso a créditos a outras camadas da população e com isso ter maior possibilidade de investimento, portanto, de crescimento (RDH, 2005). Esta afirmação adere a perspectiva de que se deve buscar crescimento econômico, e que um meio para este seria aumentar a produtividade. Mas que meios o relatório sugere para que este aumento seja atingido?

Os elaboradores do RDH de 1999 dizem: “Las pruebas empíricas sugieren que la reducción de los niveles laborales no hace que un país sea más competitivo, especialmente si el país no tiene nada para mejorar la productividad” (PNUD, 1999, p. 86). Fica nítido, na afirmação acima, que os elaboradores do relatório de 1999 tentam justificar a manutenção dos níveis laborais devido ao fato da redução destes, não aumentarem a produtividade. Mas, afinal, o que é mais importante, a produtividade ou a proteção social? A leitura dos relatórios parece indicar que o desenvolvimento humano deve ser realizado; entretanto, a inserção no mercado global não é colocada como opção, mas como necessidade, o que, em certos momentos faz parecer que esta seria mais inevitável do que o desenvolvimento humano, o qual é colocado como uma opção. Maria José de Rezende (2014) afirma que a defesa da supremacia do mercado pelos elaboradores do relatório sobrepuja a defesa de um Estado de bem-estar, no momento em que indicam que a difusão dos poderes do mercado, baseado nos princípios do livre-comércio, pode levar benefícios às camadas desfavorecidas. Sobrepondo-se o papel do mercado ao do Estado.

A afirmação no RDH de 2005 a respeito dos fatores dinâmicos do desenvolvimento desperta também a seguinte dúvida: como os elementos empobrecidos conseguiram agir como investidores? Afinal a acumulação é uma atividade realizada pela classe capitalista (FURTADO, 1964). Afastados dos elementos estruturais que explicam as limitações às camadas empobrecidas dentro da estrutura capitalista, especialmente da estrutura capitalista subdesenvolvida, os elaboradores do relatório se afastam de proposições que conseguiriam, de fato, aumentar a distribuição da renda e a produtividade social. A próxima seção busca aprofundar esta discussão.

As possibilidades e os entraves das propostas contidas nos RDHS de 1999 e 2005 a respeito dos países subdesenvolvidos a partir da teoria de Celso Furtado e Florestan Fernandes

Esta seção procura discutir: quais são os elementos estruturais do desenvolvimento? Quais entraves a este são encontrados nas estruturas subdesenvolvidas? Qual é a especificidade destas últimas se atentando para a formação histórica destas? Esta discussão busca ressaltar quais são os pontos essenciais a respeito do subdesenvolvimento na produção teórica de Celso Furtado e Florestan Fernandes, com o objetivo de demonstrar mais profundamente as implicações das propostas de parceria para o desenvolvimento e desenvolvimento humano destacadas na primeira seção.

Celso Furtado, ao analisar historicamente o desenvolvimento capitalista, afirma que os ciclos de acumulação e inversão nas sociedades de desenvolvimento avançado tenderam a fazer a acumulação ser maior que o incremento de mão-de-obra, e a consequência foi a pressão crescente dos trabalhadores por maior participação na renda social, razão por qual, nessas sociedades, “o pólo dinâmico tende a deslocar-se para o lado da classe trabalhadora” (FURTADO, 1964)

A atuação da classe trabalhadora tende a forçar a classe capitalista a buscar inovações tecnológicas com o objetivo de aumentar indiretamente a oferta de mão-de-obra e manter um ritmo alto de acumulação. A classe capitalista detém o comando do processo de produção, mas sua dominação tende a se autolimitar visto que a participação da classe trabalhadora na renda social é necessária para continuar o ciclo de acumulação, ou seja, um elevado volume de desemprego repercutiria sobre os lucros. A luta de classes ocupa, então, um papel central conjuntamente a busca de inovações tecnológicas gerada pela primeira, formando uma dialética do desenvolvimento (FURTADO, 1964).

Ao analisar o que poderíamos chamar de a sociogênese do Estado capitalista, Furtado afirma que o processo de desenvolvimento tende a formar uma dupla tendência ao Estado: a de aumentar seus papéis relativos a serviços sociais, em vista da pressão da classe trabalhadora por melhores condições de vida; e a de diminuir seus papéis relacionados ao controle sobre os processos de produção e distribuição da renda social. Entretanto, o autor destaca que o processo de desenvolvimento depende da capacidade da classe trabalhadora fazer reivindicações e atuar enquanto polo dinâmico do processo, de maneira que o desenvolvimento depende da “democratização das bases do poder político”. Como o sistema capitalista não conduz necessariamente a esta democratização, é necessária a centralização de processos decisórios relativos ao processo econômico, fazendo se acrescentar a ampliação do papel de prestador de serviços do Estado a ampliação da sua participação no processo econômico (FURTADO, 1964).

A análise de Furtado permite afirmar que tanto o processo de democratização quanto o de desenvolvimento dependem de uma participação ampliada do Estado. Esta perspectiva pode ser utilizada para afirmar que as práticas neoliberais, ao manterem a concentração de poder e da renda social, são entraves para os dois processos. As propostas dos RDHs de 1999 e de 2005, ao entenderem o processo de retirada do papel do Estado, feita por vários países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como um modelo a ser seguido, especialmente pelos segundos, acabam por defender processos contrários ao de democratização e desenvolvimento. Os elaboradores dos relatórios insistem nesta narrativa de maneira a aparecer que estes afirmam que não existe outra possibilidade que não a redução do Estado e a liberalização dos mercados⁷⁰.

70 Lembrando que este artigo já mencionou que a abordagem dos relatórios não pode ser considerada equivalente à do Estado mínimo.

Furtado deixa nítida a necessidade da atuação do Estado como ator decisivo para a democratização e o desenvolvimento social.

A perspectiva de Furtado, assentada numa dialética do desenvolvimento, busca ressaltar os fatores essenciais dessa dialética, para isso, ele observou como as nações desenvolvidas conduziram tal processo. Entretanto, o objetivo da análise do economista não é o de simplesmente relatar o processo de desenvolvimento nestas sociedades, mas a compreensão dos elementos necessários a este procedimento e as diferenças estruturais entre estes países e os países que foram incluídos na economia europeia e não obtiveram um desenvolvimento de mesmo tipo. As nações subdesenvolvidas constituem, portanto, o foco da análise do autor que busca elencar as causas estruturais do subdesenvolvimento⁷¹.

Furtado destaca que as estruturas subdesenvolvidas, derivadas da exploração colonial, são marcadas pela incapacidade de perceber as suas posições em um sistema de forças⁷². A dinâmica da inovação tecnológica não tem seu polo na economia interna, mas no setor importador, o que faz com que haja o subemprego das forças produtivas e gerando um forte impulso a estagnação. Nessas estruturas, a classe trabalhadora não atua como polo dinâmico do desenvolvimento e as tendências para que ocupe esta posição aparecem com lentidão (FURTADO, 1964).

71 O artigo procurou elencar os aspectos centrais do subdesenvolvimento com o objetivo de realizar uma análise comparativa entre a teoria de Furtado (1963, 1964) e Fernandes (1973) e a abordagem dos elaboradores dos RDHs. As obras mencionadas constituem boas sínteses desses elementos, sendo necessário destacar que o hiato de tempo entre elas e os relatórios não foi discutido, ainda que se considere relevante destacar que as conjunturas das décadas de 1960, 1970 e as das décadas de 1990 e 2000 são distintas.

72 Isto significa que os agentes das estruturas subdesenvolvidas não conseguem aderir a um projeto que foque a inclusão nos círculos de poder, sem que seja de uma maneira dependente.

Para compreender as estruturas subdesenvolvidas, é necessário observar sua formação histórica. O foco da análise desta formação será direcionado às nações latino-americanas. Florestan Fernandes distingue quatro tipos de dominação externa exercidas sobre as nações latino-americanas. As observações a respeito desse processo histórico permitem destacar a participação dos diferentes agentes no decorrer do tempo, o que permite analisar comparativamente o papel destes segundo teoria apresentada pelo autor e a apresentada pelos elaboradores dos RDHs.

O primeiro tipo de dominação é a colonial, na qual os colonizadores detêm o controle das estruturas de poder e das massas nativas e escravas em proveito próprio e de suas coroas. Com o desmantelamento dessa forma de dominação, orientado pelos interesses das classes dirigentes nacionais, a dominação externa passa a ser indireta e por meio do comércio, um tipo de neocolonialismo no qual as classes dirigentes atuam com um “papel econômico secundário e dependente” (FERNANDES, 1973, p. 16). Os interesses das classes exportadoras são, portanto, aderidos neste sistema de dominação.

O terceiro tipo de dominação atinge “todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura”, visto que realiza a incorporação direta de “fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina” (FERNANDES, 1973, p. 16). Dessa forma, a dominação imperialista acrescenta não apenas o comércio, mas a própria produção no sistema de dominação. Sendo que são incluídos no esquema exportador-importador o comércio interno, proteção aos interesses rurais, a introdução da indústria de bens de consumo e a intensificação das operações bancárias. Fernandes destaca que a integração nacional é na realidade negligenciada, sendo os excedentes econômicos, na realidade, transferidos das economias satélites para as hegemônicas. O autor afirma que a integração

nacional foi impossibilitada em virtude da exclusão do povo dos processos políticos em benefício das classes dirigentes:

Os interesses particularistas das camadas privilegiadas em todas as situações, podiam ser tratados como ‘os interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 1973, p.12).

O quarto tipo de dominação externa é o imperialismo total que permite a “dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social”. Trata-se da dominação existente no capitalismo monopolista que com a expansão das grandes empresas corporativas trazem um novo tipo de organização para os países dependentes. Florestan entende que esta forma de dominação impede um crescimento econômico, cultural e social de bases autônomas e que esta forma de dominação prova a impossibilidade de superar a dependência externa através dos esforços das burguesias nacionais da economia satélite, por serem as suas orientações particularistas e egoístas, com seus interesses voltados a explorar a estrutura de subdesenvolvimento. O autor afirma que a ilusão destas camadas liderarem um desenvolvimento autônomo foi destruída conjuntamente aos papéis destas camadas no poder. (FERNANDES, 1973). O autor ainda afirma:

Agora, uma nova imagem do capitalismo (um neocapitalismo?), da ‘burguesia nacional’ e da interdependência internacional” das economias capitalistas está sendo reconstruído para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e utopia⁷³ burguesas dependentes (FERNANDES, 1973, p.19)

73 Florestan utiliza a concepção mannheimiana de ideologia e de utopia: a ideologia refere-se à produção de uma forma de conhecimento a respeito do

Esta nova ideologia e utopia burguesas dependentes se referem a concepção de que a inserção das economias satélites deve efetivar-se de maneira dependente. As propostas dos RDHs de 1999 e de 2005 de liberalização gradual da economia se encaixam nessa perspectiva por defenderem um modelo que não leva em consideração um processo de desenvolvimento autônomo dos países subdesenvolvidos.

A formação de estruturas dependentes foi efeito de uma expansão da economia europeia a qual impactou as formas arcaicas formando estruturas híbridas, nas quais uma parte atuava como uma economia capitalista e a outra se comportava da maneira preexistente. “Este tipo de economia dualista constitui especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1963, p.180). A análise desse processo histórico permite afirmar que o subdesenvolvimento não é uma etapa do capitalismo, mas sim uma forma dele (FURTADO, 1963). Isso permite analisar estruturalmente a formação das estruturas dos países que foram inseridos na expansão da economia europeia conjuntamente a formação da dependência destes para com os países de desenvolvimento avançado. A análise estrutural difere da abordagem dos RDHs de 1999 e 2005, visto que esta última não dá a devida atenção aos processos históricos de longo prazo indispensáveis para a análise das reais possibilidades de mudança nas estruturas dos países subdesenvolvidos.

Furtado, ao analisar comparativamente o processo histórico de desenvolvimento dos países europeus e dos países latino-americanos, percebe que as primeiras economias tiveram seu polo

controle de processos irracionais, sendo que estes se referem aos processos políticos, sendo a ideologia uma síntese de como estes se processam; A utopia se refere a produção dos mesmos mecanismos de controle sobre estes elementos irracionais, voltados para uma compreensão das possibilidades oferecidas para a transformação destes no presente em vista a uma formulação futura (MANNHEIM,1972).

dinâmico do lado oferta dos produtos. Dessa maneira, a procura era gerada após novas combinações de fatores, e o desenvolvimento ocorreu gradualmente. As economias latino-americanas tiveram seu desenvolvimento induzido, o que fez com que o polo dinâmico fosse o da procura. Ou seja, era a procura de manufaturas que direcionava a produção, esta procura era inicialmente satisfeita com as importações, e orientou posteriormente o processo de inovações tecnológicas e importações de bens de capital (FURTADO, 1963).

A orientação da importação de bens de capital com vistas à substituição de importações só foi possível nas estruturas subdesenvolvidas mais complexas, que se diferenciavam das estruturas subdesenvolvidas mais simples cujo elemento dinâmico é apenas a massa de salários gerada no setor exportador; as estruturas mais complexas contam com três setores: o de subsistência, o de atividades ligadas ao setor exterior e o de atividades as ligadas ao mercado interno. É neste último que reside a diferença das estruturas mais complexas e se possibilita a formação de elementos dinâmicos internos. Sendo a estrutura subdesenvolvida dependente de seu setor exportador e tendo seu incentivo dinâmico na procura por importações de manufaturas, é justamente quando o setor exportador encontra dificuldades e ocorre uma queda na capacidade para importar, que se criam incentivos para o desenvolvimento interno. Este, entretanto, é frustrado pela queda da capacidade de importar bens de capital que dificulta a produção de manufaturas internas (FURTADO, 1963).

O processo de desenvolvimento de um núcleo industrial diversificado nos países subdesenvolvidos ocorre pela produção de bens manufaturados incentivados pela indução externa da procura. O processo, portanto, se orienta pela substituição de importações (FURTADO, 1963). A abordagem utilizada por Furtado mostra que a busca de um elemento dinâmico interno nas economias subdesenvolvidas tem como processamento comum a

utilização da substituição de importações. Os elaboradores do RDH de 1999 mencionam a substituição de importações como um procedimento que não deve mais ser utilizado, sendo que o modelo de desenvolvimento a ser tomado deveria ser outro, o da liberalização dos mercados e inserção na globalização. Os elaboradores deste relatório afirmam: “Un número cada vez mayor de países en desarrollo adóptó un régimen de libre comercio, distanciándose de la política de sustitución de importaciones” (PNUD, 1999, p. 29). Fica nítida uma narrativa em prol de um modelo de desenvolvimento; um processo existente para a formulação de dinâmicas internas dos países subdesenvolvidos é ignorado. As implicações dessas propostas levam à manutenção da dependência e do subdesenvolvimento e de todos os seus custos sociais.

Ao não analisarem os elementos estruturais foge aos RDHs a capacidade de observar todas as implicações destes na geração de desigualdades. Os elementos centrais para o desenvolvimento humano, apontados como a capacidade efetiva de intervenção do Estado e da sociedade civil engajada não se encontram na maioria dos países do hemisfério sul (REZENDE, 2014a). Dessa forma, os elaboradores dos relatórios apresentam propostas que ao não considerarem os fatores estruturais podem não incentivar políticas que possam efetivamente conduzir ao desenvolvimento humano.

Os RDHs, ao buscarem maneiras do comércio internacional beneficiar os países subdesenvolvidos, ignoram os elementos estruturais existentes nestas relações. Os incentivos à liberalização gradual (PNUD, 2005), e ao comércio equitativo⁷⁴ (PNUD, 1999), propõem a inversão de recursos estrangeiros sem considerar devidamente os impactos na estrutura de produção. Referindo-se a

74 A concepção de comércio equitativo visa a melhoria das condições de países e grupos desfavorecidos nas relações de comércio (PNUD, 1999), não possuindo a percepção de elementos estruturais que sustentam as desigualdades destas relações.

um investimento em uma estrutura deste tipo, Furtado destaca: “A intensidade do impacto desse núcleo na velha estrutura dependerá, fundamentalmente, da importância relativa da renda a que ele de origem e que fique à disposição dentro da coletividade” (FURTADO, 1963, p.181). Este último apontamento, acerca da renda permanecer na coletividade, é um ponto nodal para a discussão do subdesenvolvimento. Os relatórios de 1999 e 2005 não fazem propostas que possam incentivar este tipo de mudança na produção dos países subdesenvolvidos.

Furtado exemplifica como o impacto de uma empresa capitalista pode não ser efetivo na mudança da estrutura econômica. Ele demonstra como as primeiras empresas que se inseriram na América Latina utilizavam a média regional anterior pré-existente para determinar os salários, fazendo com que a mão-de-obra fosse elástica. O resultado é a geração de uma massa de salários que tendencialmente não é muito relevante. Entretanto, a massa de lucros não se vincula à economia local, o que faz com que a renda social não permaneça na coletividade, ou seja, não há desenvolvimento (FURTADO, 1963).

Para elaborar propostas que sejam condizentes a realidade dos países subdesenvolvidos é necessário atentar as estruturas deles e para os verdadeiros desafios a essas economias. Estes países demonstram uma estrutura com concentração de renda e poder em elites dirigentes que possuem importância estratégica para a dominação externa, com a coexistência de uma forma arcaica e uma forma capitalista de produção e com a exclusão de uma ampla camada da população do processo político. É então possível afirmar: “O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna” (FERNANDES, 1973).

Os desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos têm de levar em conta a formação histórica que condiciona uma dominação externa, que propiciou

a formação do “burguês complacente” (FERNANDES, 1973). Isto retira das classes dominantes o potencial de retirar, por seus interesses, os países da situação de dependência, pois a burguesia destes países acaba ficando em uma posição de barganha. O ponto nodal a ser discutido é que tanto os fatores internos quanto os externos desfavorecem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo (FERNANDES, 1973). Sem isso as propostas contidas nos RDHs não conseguem ofertar possibilidades de formação de políticas e planejamentos sociais que consigam afetar as estruturas do subdesenvolvimento:

Nos países subdesenvolvidos a flexibilização e a desregulamentação, tão alardeadas hoje, tendem a aprofundar as condições de exploração e de miserabilidade. Somente um desenvolvimento auto-sustentado poderia efetivar um desenvolvimento social capaz de desconcentrar a renda e operar a reversão das desigualdades. Todavia, o desenvolvimento só possui esse caráter social se forem abertos canais de participação para os diversos setores sociais. Os grupos sociais empobrecidos têm de se dotar de capacidade para levar suas demandas para a arena política. Somente assim poderiam surgir as condições para o descarte das soluções paliativas, pontuais e pouco dotadas de substancialidade (REZENDE, 2007, p. 192).

O entrave ao desenvolvimento autônomo impede a saída da relação de dependência e tem como consequência a perpetuação das desigualdades, obstando o desenvolvimento humano. As propostas dos elaboradores dos relatórios, ao oferecerem às nações subdesenvolvidas um modelo de desenvolvimento conjunto com o desenvolvimento humano carecem de uma análise que possa realmente conduzir a este último, já que, mesmo defendendo os

ODMs e o desenvolvimento humano, o modelo de desenvolvimento proposto manteria uma série de desigualdades geradas por fatores estruturais.

Os três objetivos que devem ser perseguidos, no Brasil, segundo Furtado, são: 1) resolver o problema da fome e da subalimentação; 2)- investir recursos no aperfeiçoamento do fator humano, proporcionando uma formação educacional e técnica ampla para todos os segmentos sociais; 3)- “conciliar o processo de globalização com a criação de emprego, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos” (Furtado, 1999: 13).

Os objetivos um e dois estão mencionados integralmente nos ODMs. A meta três, porém, está significativamente solta na proposta da ONU, a qual no oitavo objetivo visa estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Em uma das metas está mencionada a necessária geração de empregos para os jovens, mas pouco se esclarece como tal objetivo poderia ser alcançado no contexto da globalização que subtrai mais e mais a possibilidade de criação de novos postos de trabalho (REZENDE, 2007, p.183).

Na citação acima, Maria José de Rezende, ao comparar os ODMs e as propostas de Furtado, diz que os ODMs não atendem ao terceiro ponto indicado pelo economista, segundo o qual a criação de emprego deve privilegiar o mercado interno, retendo a renda social na economia local, conforme já mencionado, constituindo este como um ponto nodal para o entendimento do subdesenvolvimento. Este ao não resultar de processos endógenos, estabelece uma má utilização dos fatores disponíveis, com relação a mão-de-obra e tecnologia empregada. Esta última visa a

importar bens de capital que produzam manufaturas compatíveis com o mercado internacional, esta relação ao não permitir um desenvolvimento autônomo, distância as inversões da economia local, tendo como efeito que o setor desenvolvido da estrutura subdesenvolvida não consegue absorver um contingente de mão-de-obra suficiente para o desenvolvimento, fazendo com que um contingente relevante desta permaneça ligado ao setor atrasado (FURTADO, 1963).

O ponto principal a ser destacado é que a estrutura subdesenvolvida, mesmo com um mercado interno diversificado, ao excluir uma grande camada da população dos setores dinâmicos do desenvolvimento, constitui um verdadeiro entrave. As propostas dos elaboradores dos relatórios de 1999 e de 2005, não focam esse desafio, sendo que, como já foi mencionado, o relatório de 1999 deixa nítido o papel secundário atribuído as empresas nacionais (RDH, 1999), em benefício das empresas corporativas dominantes. A abordagem de Furtado demonstra que, apesar do incentivo às empresas nacionais, o desenvolvimento só seria garantido com a retenção da renda social. Se os elaboradores do relatório não se atentam sequer ao primeiro elemento, evidencia sua falta de atenção ao último, o que permite concluir que as propostas contidas nos RDHs possuem grandes desafios a serem superados a fim de que possam servir de base a um planejamento social que conduza a um desenvolvimento autônomo que beneficie camadas da população que se encontram excluídas dos centros de poder e que, portanto, gere de fato um desenvolvimento humano que consiga superar grandes desigualdades estruturais.

Considerações finais

Neste artigo procurou-se expor as propostas dos elaboradores dos RDHs de 1999 e de 2005 de parceria mundial para o desenvolvimento e de democratização, sob a perspectiva crítica das

teorias de Celso Furtado e Florestan Fernandes, e com o intuito de analisar possibilidades e entraves destacados pelos elaboradores destes relatórios para o desenvolvimento humano, permitindo compreender, através do marco teórico, as consequências políticas da percepção e dos rumos apontados nos RDHs.

A pesquisa que conduziu a produção deste artigo, no que diz respeito a parceria mundial para o desenvolvimento, pretendeu analisar as propostas de cooperação internacional, as percepções dos elaboradores dos documentos encomendados pelo PNUD acerca das desigualdades internacionais e nacionais nelas presentes e, especificamente, a sua percepção e as propostas direcionadas à América Latina. Para isto, foram analisadas as propostas referentes a parcerias entre países ricos e pobres, ao comércio internacional, às organizações internacionais e às práticas dos governos.

A análise conduziu à percepção de que, os RDHs observados, conduzem suas propostas tendo em vista um modelo de desenvolvimento, que associa liberalização gradual do mercado, entendida pelos elaboradores dos relatórios como necessária à inserção nas relações econômicas globais, e a preocupação com a proteção aos riscos desta inserção conjuntamente ao incentivo do desenvolvimento humano. Confrontando-se as propostas contidas nos RDHs com as teorias de Celso Furtado e Florestan Fernandes, constatou-se que estas propostas se distanciavam da percepção das possibilidades e dos entraves ao desenvolvimento das dinâmicas internas das estruturas subdesenvolvidas que poderiam conduzir a um desenvolvimento autônomo. Dessa maneira, a pesquisa permite concluir que as propostas contidas nos RDHs não têm a capacidade de servir de base para políticas que visam a superação do subdesenvolvimento e de todas as desigualdades subjacentes a este.

Referências

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 305-316.

Declaração do Milênio (2000). Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em 06 ago. 2013.

DUBROW, J. K. Governança Global Democrática, Desigualdade Política e a Hipótese da Resistência Nacionalista. **Sociologias**, Porto Alegre, v.15, n. 32, p. 94-110, 2013.

FERNANDES, F. Padrões de Dominação Externa na América Latina. *In*: FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1973.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GONÇALVES, A. F. **O Conceito de Governança**. *In*: Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, XIV., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2005.

JESSOP, B. The Rise of Governance and the Risks of Failure: The Case of Economic Development. **International Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 29-45, 1998.

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização. *In:* MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. (Org). **Democracia e governança mundial:** que regulações para o século XXI? Porto Alegre: EDUFRGS; UNESCO, 2002.

LIAKOPOULUS, M. Análise argumentativa. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1972.

MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In:* MAY, T. **Pesquisa social.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MILANI, C.; SOLINÍS, G. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. *In:* MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. (Org). **Democracia e governança mundial:** que regulações para o século XXI? Porto Alegre: EDUFRGS; UNESCO, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 1999:** Globalização com uma face humana. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acesso em 23 jun. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 (RDH 2003):** Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Nova York: PNUD, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rd>. Acesso em 18 de jul. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 (RDH 2005)**. Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. Nova York: PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> . Acesso em 18 de jul. 2013.

RAMÍREZ, M. F. Gobernanza y legitimidad democrática. **Reflexion política**, Bucaramanga, v. 13, n. 25, p. 125-135, 2011.

REZENDE, M. J. de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. **Convergência Revista de Ciências Sociais**, Toluca, UAEM, v.14, n.43, p. 169-209, 2007.

REZENDE, M. J. de. As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 91-122, 2013.

REZENDE, M. J. de. Quais agendas de ações de combate à pobreza sugerem os RDHs (PNUD/ONU) para a América Latina? **Revista de Paz y Conflicto**, Granada, v. 7, p. 123-153, 2014.

REZENDE, M. J. de. A descentralização do poder de decisão nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (PNUD/ONU) produzidos no início da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 14, p. 167-169, 2014.

SANTOS, B. de S. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 72, p. 7-44, 2005.

Parte III

Desenvolvimento e Meio Ambiente: dialogos com a Obra de Celso Furtado

Desenvolvimento e agronegócio sob as lentes de Celso Furtado

Marcelo Saturnino da Silva⁷⁵
Polyana Felipe Ferreira da Costa⁷⁶
Lúcia Natalie Paulino de Melo⁷⁷

*Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a queimada.
Por onde passei,
plantei
a morte matada.
Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...
Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.*
Pedro Casaldáliga.

75 Doutor em Ciências Sociais – UFCG. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (Campus III). E-mail: marcelo_saturnino@servidor.uepb.edu.br

76 Doutoranda em Saúde Pública (FIOCRUZ, UFPE). Professora do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Pernambuco – UPE (Serra Talhada – PE). E-mail: polyana.costa@upe.br

77 Assistente Social, Especialista em Saúde Pública (UFPB). E-mail: lucianatalie13@hotmail.com

Introdução

Caixa de ferramenta – É assim que Michel Foucault desejava que seus conceitos e categorias fossem tratados: como ferramentas para uma multiplicidade de uso. Assim é que, escrevendo sobre Nietzsche, ele afirma que reconhecer o pensamento de um autor é “precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar” (FOUCAULT, 1981, p. 143). Utilizar os conceitos/categorias para abrir portas, para forçar as janelas do próprio pensar, permitindo enxergar mais longe.

É precisamente isso que procuramos fazer, no espaço deste artigo: utilizar as categorias e reflexões trabalhadas pelo economista paraibano “Celso Furtado”, visando alargar o olhar sobre o espaço dos projetos de desenvolvimento no âmbito do setor agrário do Brasil, especificamente do agronegócio em sua vertente canavieira, apontando a insustentabilidade ambiental e questionando os mitos construídos em torno desse setor da economia brasileira.

Para tanto, resgatamos as reflexões de Furtado sobre as implicações ecológicas do desenvolvimento, sobretudo quando tal desenvolvimento é reduzido a uma dimensão econômica, perdendo, assim, seu caráter holístico e, portanto, multidimensional, dado o menosprezo pelos seus aspectos ambientais e socioculturais.

Metodologicamente utilizamos um tipo de revisão de literatura, isto é, a “revisão narrativa”, na qual, de acordo com Cordeiro et al. (2007), a busca e análise do material não segue critérios sistemáticos, sendo o *corpus* selecionado de forma arbitrária, com base no viés de seleção adotado pelos pesquisadores. No caso em questão, utilizamos além dos textos do próprio Furtado, especificamente o seu livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), textos de autores que têm contribuído para contextualizar o pensamento Celso Furtado, no que diz respeito a relação “desenvolvimento e meio ambiente”, a exemplo do professor pernambucano Clóvis Cavalcanti (2003). Mais: visando refletir sobre

a atualidade de Furtado no contexto contemporâneo, marcado pelo que Danièle Linhart (2007) chama de “desmedida do capital”, buscamos dialogar também com autores que têm pensado as implicações do atual processo de reestruturação produtiva para o meio ambiente, tal como o fazem Ricardo Antunes (2011) e Ivan Mészáros (2011). Por fim, utilizamos também dados de nossas próprias pesquisas sobre o agronegócio canavieiro para discutirmos a atualidade e pertinência das reflexões Furtadianas.

O texto está estruturado em três partes. Iniciaremos – na primeira parte – contextualizando as ideias de Celso Furtado sobre a relação “meio ambiente *versus* desenvolvimento”. Para tanto, resgataremos como tal relação foi pensada na década de 1970 e qual a contribuição do pensador paraibano.

Em seguida – na segunda parte – discutiremos a atualidade das ideias de Celso Furtado no atual contexto marcado pelo processo de reestruturação produtiva e pela voracidade do capital. Por fim, na terceira e última parte, utilizando dados de nossas pesquisas, traremos dados relativos ao setor canavieiro, em território brasileiro, visando propiciar uma discussão à luz do pensamento Furtadiano.

A intenção, como já frisado, é nos servirmos dos ombros desse gigante do pensamento social e econômico brasileiro de modo a que possamos enxergar mais longe, permitindo questionar e, dessa forma, desmistificar alguns processos em curso no âmbito internacional e nacional.

Desenvolvimento e meio ambiente: contextualizando o pensamento de Celso Furtado sobre a temática

A temática do desenvolvimento tem sido uma constante no pensamento social e econômico latino-americano, sobretudo a partir da década de 1930 tendo se intensificado nos anos de 1950 em diante, quando as reflexões se voltaram para as

particularidades/singularidades das nações periféricas, como é o caso do Brasil (LEME, 2015).

Nesse contexto do pós-guerra merece destaque as reflexões do estadunidense Walt Whitman Rostow, especificamente sua obra “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista” que veio a público no ano de 1960. Como o subtítulo da obra permite inferir, trata-se de um contraponto a perspectiva histórica marxista visando fazer frente ao espectro de Marx que rondava as sociedades latino-americanas. Não podemos desconsiderar o clima político do período, caracterizado pela acirrada disputa entre dois projetos sociais antagônicos: capitalismo *versus* comunismo.

Por sua vez, o título “As etapas...” acena para uma visão antropocêntrica, fundada na ideia de uma história única, constituída por estágios diferenciados e que deveria ser percorrida, da mesma forma, pelas diferentes formações sociais. No âmbito dessa ótica “etapista”, as diferenças e desigualdades sociais e econômicas eram justificadas pelo lugar de cada sociedade ou, em outras palavras, pela etapa na qual cada sociedade se encontra, em determinado momento histórico.

Ao mesmo tempo, esse modelo de história única e de etapas implica na concepção de um ponto de chegada (ápice do desenvolvimento) já atingindo, atualmente, por algumas sociedades. Sendo que aquelas que estão “atrasadas” poderão chegar a esse mesmo ponto, desde que façam seus “deveres de casa”. Como se percebe, o modelo abre a possibilidade de um pensamento dual permitindo-se que se fale em “sociedades desenvolvidas” e “sub-desenvolvidas” ou ainda em “sociedades modernas” e “sociedades atrasadas”.

Para Rostow (1974), cinco são as etapas do desenvolvimento: (1) sociedade tradicional; (2) as condições para o arranco ou decolagem; (3) o arranco; (4) a marcha para a maturidade e, (5) a era do consumo de massa. A primeira etapa seria

caracterizada pela insuficiência de recursos, baseada na ideia de subsistência, logo na incapacidade de produção de excedentes e, conseqüentemente, de acumulação. Trata-se de sociedades predominantemente agrícolas, com uma estrutura social hierarquizada, forte controle familiar e orientadas pela tradição (ROSTOW, 1974).

Para o autor, tais sociedades passariam por processos de mudanças graças a fatores internos ou externos. Historicamente Rostow localiza na Europa ocidental, especificamente no modelo Inglês (Grã-Bretanha), a predominância dos fatores endógenos: “recursos naturais, possibilidades comerciais, estrutura social e política” (ROSTOW, 1974, p. 18), chamando a atenção para a predominância na história, dos fatores externos ou exógenos entendido como sinônimo de colonização: “O caso mais geral na história moderna, entretanto, viu a fase das precondições surgir não endogenamente, mas provindo de uma intromissão externa por sociedades mais adiantadas” (ROSTOW, 1974, p. 18).

Sejam favorecidas por fatores internos ou externos, as sociedades que chegam a segunda etapa são marcadas por mudanças tanto no nível tecnológico (introdução de tecnologias) quanto no nível sociopolítico e cultural, com a especialização do trabalho e a presença de um Estado centralizado que atua visando debelar as resistências e, concomitantemente, promovendo a modernização.

A terceira etapa, denominada de “arranco” é caracterizada pela expansão das indústrias e da nova classe empresarial e conseqüente aumento de investimento do setor privado. Na quarta etapa, assiste-se a uma expansão sem limites da tecnologia e “a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir” (ROSTOW, 1974, p. 22). Por fim, a quinta e última etapa – consumo de massa – marcada pela produção de artigos de consumo duráveis e pela difusão dos serviços. Também se observa, nessa etapa, uma maior busca por distribuição de renda,

como “manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica” (ROSTOW, 1974, p. 24).

Como se pode depreender, dessa sucinta apresentação, na concepção de desenvolvimento predominante no início da segunda metade do século XX há um forte acento em sua dimensão econômica e tecnológica que o torna sinônimo de “crescimento econômico” e de “modernização”. Segundo, haveria estágio ou etapas de desenvolvimento sendo que os países que se encontram atrasados, em relação aos países desenvolvidos (cujo exemplo maior são os Estados Unidos da América – EUA), poderão chegar ao mesmo nível desses últimos, caso sigam “a receita” ou os passos necessários.

Em 1968, oito anos após vir à luz “As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista”, foi realizado na cidade de Roma, um evento convocado pelo empresário Aurélio Peccei e que contou com a participação de 30 pesquisadores de diferentes nacionalidades.

O grupo, posteriormente denominado de “Clube de Roma”, preocupado com o futuro da espécie humana num mundo cada vez mais industrializado e marcado pelo uso intensivo da tecnologia, encomendou - em 1970 - um estudo aos pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology – MIT Surge assim, o relatório *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento), com grandes repercussões internacionais e que viria marcar o debate sobre o desenvolvimento.

Com efeito, no relatório divulgado pelo Clube de Roma os pesquisadores do MIT resgatavam e atualizavam a preocupação apresentada pelo economista clássico, Malthus (1996) com relação ao estrangulamento da produção alimentar, cujo crescimento é linear, diante do crescimento exponencial da população, uma vez que o crescimento da população tende a ser sempre maior do que o crescimento da oferta de alimentos, comprometendo, a longo prazo, a sobrevivência da humanidade.

O relatório do Clube de Roma trouxe para o debate a questão dos limites do desenvolvimento, sobretudo quando pensado como sinônimo de crescimento econômico via expansão industrial realizada mediante a exploração de recursos naturais finitos, chamando a atenção, ainda, “para problemas, principalmente poluição e degradação do meio ambiente, que afetam a qualidade de vida de todo o planeta” (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

Em entrevista para o documentário “Pensando com Celso Furtado”⁷⁸, Alfredo Bosi aponta que nos anos de 1970 o pensamento de Furtado entra numa segunda fase influenciada pela publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, Segundo Bosi, Furtado toma conhecimento do relatório e, num primeiro momento, manifesta-se reticente com relação às suas conclusões. Para Furtado, a produção e, conseqüente consumo de bens supérfluos não levaria ao esgotamento dos recursos naturais por estar restrito às classes mais altas, dos países mais ricos, ou seja, a disparidade dos níveis de consumo entre as classes sociais funcionaria como um freio à exploração dos recursos naturais.

No entanto, ainda seguindo a reflexão de Bosi, nos anos de 1970 e começo dos anos 1980, fica cada vez mais nítido que a exploração dos recursos naturais não conhece limite e atinge, inclusive, as nações mais empobrecidas, dado a presença das indústrias multinacionais em distintos territórios, movidas pela busca de locais mais atrativos tanto em termos de exploração de recursos naturais (minérios, terra, água, dentre outros) como de mão de obra barata, passíveis portanto de exploração. Nesse contexto, Furtado chama a atenção para a importância do Relatório de Roma, enfatizando a novidade desse estudo ao fechar o sistema “em escala planetária [...] no que concerne aos recursos não renováveis” permitindo que fosse formulada a questão das conseqüências da universalização do desenvolvimento econômico para

78 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cFgRoogeYnk>

o conjunto dos países “periféricos”: “Se tal acontecesse a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem [...] que o sistema econômico entraria necessariamente em colapso” (FURTADO, 1974, p. 16-7).

Para Furtado (1974) o crescimento econômico mediante o crescente processo de industrialização não se realiza sem a degradação irreversível do ambiente físico com consequências que tendem a ser ignoradas. Ele advoga a impossibilidade de as nações “subdesenvolvidas” alcançarem o nível econômico e social das nações desenvolvidas.

Pretende-se que standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso” (FURTADO, 1974, p. 14).

A partir da década de 1990 fica evidente, na obra de Furtado, que mesmo nos países desenvolvidos a perpetuação do nível de consumo é insustentável e trará consequências nefastas para a biosfera, ameaçando a continuidade da vida humana. Assim é que, em 1992 ele alerta para a existência de “uma fatura ecológica a ser paga pelos países que [...] se beneficiaram da formidável destruição de recursos não-renováveis” (FURTADO, 1992, p. 77) e, em 2002, ele volta ao tema ao denunciar que os “países que estão na vanguarda do progresso tecnológico também parecem haver tomado uma direção errada” (FURTADO, 2002, p. 78).

A tese de fundo no pensamento de Furtado é que o crescimento econômico impacta o meio ambiente com consequências nefastas a nível ecológico e humano: depredação dos recursos naturais; poluição das águas e do ar, destruição de modos de vida de povos e sociedades tradicionais, dentre outras.

A atualidade das reflexões de Celso Furtado

Passados mais de quarenta anos da publicação de “O Mito do desenvolvimento”, a tese de que o desenvolvimento econômico tem consequências nefastas e irreversíveis para o mundo físico e humano, não perdeu sua validade, principalmente quando se considera os processos sociais em curso.

Danièle Linhart (2007) chama a atenção para a forma desmedida pela qual o capital se apresenta no contemporâneo. Ricardo Antunes (2011) traz o significativo “obsolescência programada” para pensarmos os atuais processos produtivos, orientados pela redução do tempo de uso das mercadorias visando incentivar o consumo compulsivo. Assim,

Quanto mais “qualidade total” as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), mais reduzido é o seu tempo de vida útil e menor é o tempo de duração elas devem efetivamente conter. O desperdício, a superfluidade, a destrutividade e a obsolescência programada tornam-se características determinantes da produção, seja ela material, ou imaterial. E o curioso é que, mergulhado nessa lógica destrutiva, nunca os capitais falam tanto em sustentabilidade. (ANTUNES, 2011, p. 414).

A obsolescência programada é característica de um tempo marcado pela descartabilidade, com a consequente produção de resíduos com repercussões ambientais, sociais e humanas. Na obra “Para além do Capital”, Mészáros (2011) realça que o avanço do capitalismo em direção a níveis cada vez mais alto de crescimento, demanda uma abreviação no tempo de utilização dos produtos visando a sua rápida descartabilidade na perspectiva de sua substituição.

Importa salientar que a produção contínua de novos produtos – para alimentar o sistema - requer gastos de energia e de matéria prima e, dessa forma, implica na exploração e depredação dos recursos não-renováveis que entram na produção, sob a forma de insumo (ver figura 1). Muitas vezes a disponibilidade desses recursos é garantida mediante o desmantelamento de modos de vida tradicionais, com a expulsão de coletivos humanos, além do extermínio da fauna e da flora local.

Mais: no âmbito do processo produtivo é gerado, para além dos produtos, outros elementos, a exemplo de gases e resíduos com níveis de toxicidade diversos que retornam para o meio ambiente, muitas vezes degradando a terra, o ar, a água e causando/intensificando processos de adoecimento para a população humana. Quando se considera que os produtos (bens de consumo), dado o processo de obsolescência planejada, tendem a ser rapidamente descartados, observa-se que o processo de degradação ambiental continua, com o crescimento contínuo do lixo que também impacta negativamente a saúde ambiental e humana.

FIGURA 1 – Fluxo de produção contínua de produtos



FONTE: Os autores

Cavalcanti (2003) fazendo uma leitura da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, na obra de Furtado, chama a atenção para os limites do crescimento econômico, haja vista

que a atividade produtiva se configura como um sistema aberto, recebendo – na entrada – energia e matéria do meio ambiente e, devolvendo - na saída – essa mesma energia em forma de matéria e energia degradada.

Assim, o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz (CAVALCANTI, 2003, p. 11).

A propósito, Furtado (1974) considerava o Produto Interno Bruto – PIB a vaca sagrada dos economistas e chamava a atenção para o fato de que ao utilizar o PIB como sinalizador do índice de desenvolvimento e riqueza de um país, os economistas não levam em consideração os custos ambientais e humanos acarretados pelos processos produtivos e que se expressam na destruição de recursos não renováveis como as fontes de água ou o ar.

Como não perceber ecos entre as reflexões de Celso Furtado a respeito da relação entre desenvolvimento e meio ambiente e as reflexões do filósofo alemão Hans Jonas (2006), formuladas no campo da ética. No que pese as diferenças, trata-se para ambos de pensar as consequências, para o meio ambiente e para a humanidade, do uso cada vez mais intensificado da técnica que abre para a humanidade a possibilidade de antecipar e esgotar o futuro, no presente, numa voracidade que não admite ponto de basta, colocando em risco o direito das próximas gerações aos recursos naturais necessários à manutenção da vida (ar, água, fauna, flora, solo etc.) e, no limite, ameaçando a sobrevivência da humanidade.

Atualmente falamos em “desenvolvimento sustentável” como se fosse uma descoberta das últimas décadas. Para Cavalcanti

(2003) as reflexões de Furtado, na década de 1970, já assinalavam para a necessidade de uma visão alargada de desenvolvimento que não estivesse reduzida a crescimento econômico e, sobretudo, que se pautasse ecologicamente pela sustentabilidade.

Pelas mãos de Furtado: o agronegócio como projeto de desenvolvimento e as implicações ambientais

Em texto anterior (COSTA; SILVA; SANTOS, 2014) já realçamos a importância das reflexões de Celso Furtado para pensarmos os projetos de desenvolvimento à brasileira, sobretudo no que se refere ao discurso em torno do agronegócio que tende a se apresentar em seu aspecto “agro”, escamoteando a dimensão de “negócio” e, portanto, da busca desenfreada por lucros em detrimento da vida e, não raramente, desconsiderando os impactos ambientais e humanos.

A propósito do agronegócio canavieiro no espaço brasileiro, Freitas, Roseira e Sampaio (2020) advogam que a produção de etanol, no Brasil, se torna – a partir dos anos 2.000 – simultaneamente “um instrumento de fortalecimento dessa matriz energética e um recurso discursivo visando a projeção política” em um cenário mundial cada vez mais sensível as questões ambientais e, especificamente, à necessária substituição das fontes de energias fósseis, por alternativas renováveis.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, publica anualmente dados sobre o acompanhamento da safra brasileira de Cana-de-açúcar. Na parte introdução do relatório relativo a safra de 2019/2020 (CONAB, 2019) os autores apresentam a Cana-de-açúcar como “uma alternativa para o setor de biocombustível devido ao grande potencial na produção de etanol”. Trata-se de marcar o etanol como fonte de energia limpa, em detrimento dos combustíveis fósseis, deixando claro que “o

segmento industrial brasileiro, quando produz o etanol, oferta para o mercado um combustível ecologicamente correto, que não afeta a camada de ozônio e é obtido a partir de fonte renovável”.

Ainda segundo o relatório acima citado, embora a área total destinada a Cana-de-açúcar tenha declinado 2,4% na safra 2019/2020 quando comparada a safra do ano anterior (2018/2019), o documento traz um gráfico que mostra a evolução da área total colhida compreendendo a safra 2005/06 até a safra 2019/2020, através do qual é possível visualizar uma expansão expressiva do setor, em todo território nacional, a partir da segunda década do século XXI.

Tomando como parâmetro apenas o Estado de São Paulo, Camara e Caldarelli (2016) relatam que

Entre 2000 e 2013 a área plantada no estado expandiu 119,75% – cerca de 2,97 milhões de hectares – e a produção 129,61% – expansão de 245,03 milhões de t. Esse avanço também pode ser observado na participação da lavoura canavieira em relação à área total plantada no estado. Em 2000, aproximadamente 43,27% da área plantada no estado era cana, sendo que, no ano de 2013, este percentual passou a ser de 66,61% (CAMARA; CALDARELLI, 2016, p. 103).

Olhar para o setor canavieiro a partir das lentes de Furtado implica em questionar os custos para a coletividade desse modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais (terra e água), na concentração fundiária, na monocultura que enfeia a paisagem, destrói modos de vida, condena ao extermínio animais e plantas (desequilibrando o meio ambiente) e explora o trabalho humano, gerando adoecimento e morte.

A implantação do agronegócio – não importa o setor – implica na alocação e conseqüente concentração de uma grande

quantidade de terras, processo que se realiza mediante o desmantelamento de modos de vida locais, cuja expressão maior é a expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outros, causando e/ou intensificando conflitos agrários. Binkowski (2018), comentando o relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT (Conflitos no Campo – Brasil 2016), afirma que “as disputas pela terra e pelos recursos hídricos são as principais causas da violência no campo e que a intensificação do conflito está situada onde há expansão do agronegócio, da mineração e de grandes obras de infraestrutura” (BINKOWSKI, 2018, p. 25). Nesta mesma direção, Madeiro (2020) em reportagem publicada no site da UOL (29.09.2020), relata que um, a cada três conflitos na Amazônia Internacional - que abrange o Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia -, é causado pelo agronegócio brasileiro.

A concentração da terra – pelo agronegócio – também impacta na produção e no preço dos alimentos, sendo um dos fatores que contribui para a crise alimentar, como constatado por Lourenzani e Caldas (2014, p. 1984) ao estudarem a expansão do agronegócio canavieiro no Oeste Paulista no período de 2003-2012. Os autores destacam o crescimento, no período estudado, das “culturas da cana-de-açúcar (250%); seringueira (159%); e eucaliptos (156%)” concomitante ao decréscimo do “abacaxi (100%), arroz (93%) e o feijão (89%)”.

A monocultura, relacionada ao agronegócio, enfeia as paisagens, destruindo a biodiversidade. Só a título de exemplo, vale citar a pesquisa de 08 de agosto de 2020 (COLHEITA..., 2014) que constatou a existência de um menor número de espécies de aves nas áreas em que predominam as grandes plantações de cana-de-açúcar quando comparado a locais nos quais as pequenas propriedades agrícolas são predominantes.

Importante considerar a grande quantidade de herbicidas, inseticidas, fungicidas e outros agrotóxicos utilizados na monocultura canavieira. Pesquisadores consideram esse setor como o maior

consumidor de defensivos agrícolas no país, respondendo por cerca de 56% do volume comercializado (CHRISTOFFOLETI et al., 2005), o que gera preocupação de pesquisadores e entidades ligadas ao meio ambiente em relação a possível contaminação da água, solo e alimento.

Barbosa et al. (2011) realizaram o zoneamento da vulnerabilidade natural à contaminação do Sistema Aquífero Guarani – SAG, em sua área de afloramento do Estado de São Paulo, apresentando uma classificação do potencial de contaminação relativo a cada cultura existente na área. Os autores observaram que 91% das áreas de cultura semiperene (com o predomínio de cana-de-açúcar) apresentaram potencial elevado de contaminação da água do SAG, o que estaria relacionado ao uso intensivo de agrotóxicos aliado ao “bom manejo agrícola associado” que tende a favorecer “a drenagem e infiltração dos fertilizantes e biocidas utilizados” (BARBOSA, 2011, p. 09).

Importante considerarmos que os defensivos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar não ficam restritos à zona de cultivo, podendo se estender para além dos locais onde são utilizados, atingindo “diretamente a fauna e flora nas adjacências dos cultivos, especialmente aqueles que entram em contato direto com as plantas, como os polinizadores” (MORINI et al., 2017, p. 41).

Até o início da segunda década do século XXI, a colheita de cana, no Estado de São Paulo era predominantemente manual, sendo facilitada pela queima da palha, como forma de aumentar a produtividade do trabalho. No entanto, a queima da palha era foco de muita atenção, por parte de ambientalistas, agentes religiosos, sanitaristas, sindicatos, dentre outros, devido sobretudo aos sérios problemas ambientais e humanos que ela acarretava: depreciação do solo, poluição do ar, destruição da fauna local, além dos problemas relacionados à saúde da população do entorno.

Atualmente, dados divulgados no site “Cana Rural” informa que aproximadamente 95,3% da colheita de cana-de-açúcar tem

sido realizada mecanicamente; sendo que mesmo nas áreas em que a mecanização total não é possível, devido, por exemplo, a declividade do terreno, as empresas têm evitado a utilização de queimadas. Segundo o mesmo site, estima-se que na safra 2018/2019, 99,6% da colheita de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo foi realizada sem o uso de fogo.

Com base em dados de nossas próprias pesquisas (COSTA; SILVA; SANTOS, 2014), temos sugerido que o agronegócio canavieiro no Estado de São Paulo tem gerado consequências para áreas distantes do país, como é o caso dos pequenos municípios do sertão nordestino, de onde anualmente migra um contingente expressivo de força de trabalho, tendo como horizonte os canaviais paulistas.

Pesquisas realizadas na microrregião da Serra de Teixeira (PB) - precisamente nos municípios de Água Branca, Juru, Princesa Isabel e Tavares, bem como na microrregião do Sertão do Pajeú (PE): municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de Serra Talhada -, permite-nos afirmar que a maior parte desses migrantes é constituída por homens jovens, oriundos de famílias camponesas, com pouca escolaridade (sendo predominante o fundamental incompleto).

Até os primeiros anos da segunda década do século XXI, esses jovens eram recrutados, por tempo determinado, para a colheita manual de cana-de-açúcar, em condições e relações de trabalho marcadas pela precariedade, penosidade e insalubridade. Recebendo por produção e obrigados a atingirem e mesmo ultrapassarem as metas determinadas pelas empresas, esses trabalhadores-migrantes eram marcados pelo signo do adoecimento: câimbras, acidentes de trabalho (cortes com o manuseio do facão, picada de cobras), comprometimento ósseo, parada cardíaca, queimaduras etc. Muitos trabalhadores perderam a vida, devido ao ritmo e as condições de trabalho vigente nos canaviais, conforme pode ser apreendido do trecho da reportagem abaixo transcrito:

O trabalhador Juraci Barbosa, que morreu com 39 anos em 29 de junho de 2006, trabalhou 70 dias sem folga entre 15 de abril e 26 de junho. Além disso, ele cortou um volume de cana bem superior à média diária de dez toneladas nos dias que antecederam sua morte.

Essas são as conclusões do Ministério Público do Trabalho após analisar as condições de trabalho de Barbosa, cuja morte é uma das 19 suspeitas de terem ocorrido por exaustão provocada pelo trabalho desde 2004 nos canaviais paulistas (CORTADOR..., 18 de maio de 2007).

Atualmente, com o predomínio da colheita mecanizada houve um decréscimo na contratação de trabalhadores para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Batista e Mendonça (2019) apontam que o número de ocupados na atividade passou de 727.588 em 2004 para 302.016 em 2018, o que representou uma queda de 58,49% no número de trabalhadores ocupados na lavoura de canavieira, no período estudado. Os autores também constataram um aumento na escolaridade dos trabalhadores contratados no período de 2014-2018 quando se compara ao período de 2004. Em suas palavras:

Entre 2014 e 2018 percebe-se uma alteração significativa no perfil de escolaridade desses trabalhadores. Nesse período, empregados com ensino fundamental completo ou com ensino médio compunham o maior percentual do total de profissionais (BATISTA; MENDONÇA, 2019, p. 70).

A mecanização da colheita de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, não obstante ter posto fim às práticas da queima da palha da cana, impactou o cotidiano dos trabalhadores-migrantes marcando-os com novas formas de vulnerabilidades.

Um número ainda expressivo de trabalhadores-migrantes é contratado sazonalmente para atividades ligadas ao plantio, cuidados das mudas e para o corte manual, nos terrenos irregulares que dificultam o corte mecanizado. Alguns trabalhadores foram absorvidos por outros setores, como é o caso da construção civil.

Também observamos atualmente uma generalização dos múltiplos deslocamentos (no mesmo ano agrícola) que acentua a dimensão rolante/errante dessa força de trabalho: trabalhadores que no início do ano, migram para São Paulo, trabalhando no plantio da cana durante os três primeiros meses, retornando depois, para seus municípios de origem, de onde voltam a migrar para outros estados (a exemplo de Alagoas) nos quais a colheita de cana, ainda não é mecanizada, não obstante as condições e relações de trabalho relatadas sejam mais precárias quando comparadas às existentes no estado de São Paulo.

Pelo exposto, fica claro que o processo de modernização, no bojo do capitalismo está orientado pela busca de maximização dos lucros, desconsiderando as pessoas, que são relegadas a condição de dejetos. Como pensar o desenvolvimento no âmbito desses processos? Armatya Sen (2000) pensa o desenvolvimento relacionado a ampliação do leque de escolha individuais. Assim, nos indagamos: que desenvolvimento é esse que contrai a opção de escolha dos trabalhadores?

Considerações finais

O presente trabalho buscou resgatar as reflexões do economista paraibano Celso Furtado a respeito da relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Conforme já explicitado, Furtado não cansou de denunciar o caráter irreal e insustentável do desenvolvimento quando reduzido a sua dimensão econômica e confundido com o processo de industrialização na perspectiva da produção em massa de bens supérfluos.

Para ele, há que se levar em consideração, nos projetos de desenvolvimento, os custos ambientais e sociais, ou seja, seus impactos e consequências para o meio ambiente e, acrescentamos, para a população humana, contribuição que hoje ecoa na ideia de desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um pensamento atual sobretudo quando consideramos a empobrecimento crescente da biosfera, a depredação progressiva dos recursos naturais e a degradação de milhares de vidas humanas condenadas à condição de párias, por processos econômicos fundados na busca pela maximização dos lucros e valorização do capital, sem nenhuma consideração pela vida, seja a vida dos seres humanos, seja a vida das outras espécies.

No Brasil, quando escrevemos esse texto somos confrontados com notícias sobre o crescente desmatamento da floresta Amazônica, sobre o desmantelamento da legislação ambiental e trabalhista, sob o comando do capital, em suas diferentes modalidades, uma capital que se revela voraz e que vai deixando um rastro de morte.

Mais: como pesquisadores do trabalho-migrante no âmbito do agronegócio brasileiro, especificamente, do setor canavieiro, dialogar com o pensamento de Celso Furtado nos abre a possibilidade de colocar a questão a respeito dos custos ambientais e humanos desse projeto de desenvolvimento apresentado historicamente à sociedade brasileira pelo emblema do progresso, o que nos permite indagar: progresso, para quem?

Por fim, não podemos finalizar esse texto sem uma alusão ao contexto de pandemia que nos atinge. O coronavírus, esse elemento da natureza tão pequenino e informe que tem afligido a comunidade humana, desde o final dos anos de 2019 contribuiu para desnudar o que nos espera caso a humanidade continue a trilhar o caminho do crescimento econômico, para alguns, sob o manto do “desenvolvimento para todos”. Cremos que esse contexto escancara a atualidade das reflexões Furtadianas e nos

convoca a buscarmos novas relações com a natureza, a valorizarmos nossas culturas e saberes locais e nos engajarmos na construção de um mundo mais harmonioso, justo, inclusivo e solidário.

Referências

ALEXANDRINO, E. R. **A paisagem antrópica sob a avaliação:** a avifauna em remanescentes florestais, matrizes agrícolas e as implicações para a conservação. Tese. (Escola Superior de Agricultura) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

BARBOSA, M. C. et al. Avaliação do perigo de contaminação do sistema aquífero Guarani em sua área de afloramento do estado de São Paulo decorrente das atividades agrícolas. **Revista águas Subterrâneas**, São Paulo, v. 25, n.1, p.1-14, 2011.

BATISTA, C. R.; MENDONÇA, Í. do N. Avaliação da mecanização sobre o mercado de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal, v. 08, n. 02, p. 50-86, 2019.

BINKOWSKI, P. Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros. In: BINKOWSKI, P. (Org). **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

CAMARA, M. R. G. da; CALDARELLI, C. E. Expansão canavieira e uso da terra no estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 93-116, 2016.

CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003.

CHRISTOFFOLETI, P.J.; LOPÉS-OVEJERO, R. F. L.; NICOLAI, M. **Manejo de plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar**: novas moléculas herbicidas. Palestra no II Simpósio de Tecnologia de Produção de Cana-de-Açúcar, Piracicaba: ESALQ; POTAFOS, 2005.

COLHEITA mecanizada da cana atinge 95,3 das áreas produtivas. *In: Canal Rural* (Online), 08 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/cana/sp-colheita-mecanizada-cana/>. Acesso em 17 dez. 2020.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. v. 1. Brasília: Conab, 2019.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M.; RENTERIA, J. M.; GUIAMRÃES, C. A. Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro dos Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012. Acesso em 17 dez. 2020.

CORTADOR de cana morreu após 70 dias de trabalho. *In: Folha de São Paulo* (Online). São Paulo, 18 de maio de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1805200734.htm>. Acesso em 16 dez. 2020.

COSTA, P. F. F.; SILVA, M. S. da; SANTOS, S. L. dos. O desenvolvimento (in)sustentável do agronegócio canavieiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 3971-3980, 2014.

FREITAS, E. P. de; ROSEIRA, A. M.; SAMPAIO, M. de A. P. Geopolítica do etanol: soberania energética e projeção internacional do Brasil (1930-2015). **Revista Confins**, n. 45, 2020. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/28332>. Acesso em 16 dez. 2020.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. *In: Microfísica do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981b. pp.1-14.

FURTADO, Celso Monteiro. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. M. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. M. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

JONAS, H. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LEME, A. A. Desenvolvimento e sociologia: uma relação necessária. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 495-527, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pv35PPNjc-3qp8BpPjVbzQ4L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 dez. 2020.

LINHART, D. **A desmedida do Capital**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOURENZANI, W. L.; CALDAS, M. M. Mudanças no uso da terra decorrentes da expansão da cultura da cana-de-açúcar na região oeste do estado de São Paulo. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.44, n.11, p.1980-987, nov, 2014.

MADEIRO, C. Agronegócio do Brasil causa 1 em cada 3 conflitos da Amazônia Internacional. *In: UOL*, 29 de set. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/29/agronegocio-conflito-terra-amazonia-internacional.htm>. Acesso em 17 dez. 2020.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORINI, M. S. de C. et al. Cultura de cana-de-açúcar no Brasil: manejo, impactos econômicos, sociais e ambientais. *In: FONTANETTI, C. S.; BUENO, O. C. **Cana-de-açúcar e seus impactos**: uma visão acadêmica*. Bauru, SP: Canal 6, 2017.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, 2002.

ROSTOW, W. W. **As etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Tradução de Octávio Alves Velho. 5. ed. São Paulo: Zahar, 1964.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Gestão de resíduos sólidos e a perspectiva do desenvolvimento

Miguel Leonardo Francisco da Silva⁷⁹

Fabiana Kely Barbosa⁸⁰

Alexandre Cordeiro Soares⁸¹

Introdução

O presente trabalho com a temática Gestão de Resíduos Sólidos e a perspectiva do desenvolvimento, busca fazer uma análise da gestão de resíduos sólidos no município de Salgado de São Félix-PB e em paralelo contextualizar o pensamento de Celso Furtado e Enrique Leff no que compreende as perspectivas de desenvolvimento econômico atrelado ao saber ambiental.

79 Servidor Público Municipal. Biólogo – Especialista em Saneamento Básico e Graduando em Administração Pública. (UEPB). miguel.silva@aluno.uepb.edu.br.

80 Servidor Público Municipal. Pedagoga – Especialista em Gestão, Supervisão e Coordenação e Graduada em Geografia. (UEPB). fabiana.barbosa@aluno.uepb.edu.br.

81 Servidor Público Estadual. Bacharel em Direito- Especialista Prática Judiciária e em Gestão Pública e Mestre em Ciência Política (UFCEG). alexandre13cordeiro@gmail.com.

Tal compreensão sobre o tema é fruto de diversas pesquisas no contexto ambiental, principalmente na gestão de resíduos sólidos, tendo por base a perspectiva do contexto econômico e ambiental na ótica de Enrique Leff. No que compreende o desenvolvimento econômico, buscamos referências a luz de Celso Furtado, economista Paraibano, a qual este ano é comemorado o seu centenário.

O município de Salgado de São Félix, faz parte de uma realidade, assim como alguns municípios brasileiros, a qual estão se adequando à nova legislação de Resíduos Sólidos a Lei 12.305/2010. Como afirma Maia et al. (2015), a legislação ambiental teve certo avanço, contudo, não o suficiente para amenizar os problemas causados pela falta de gestão dos resíduos sólidos.

Para o referencial metodológico foi necessário, segundo Silva (2004), gerar um conhecimento prático, que pode ser utilizado em interesse local. Em relação ao tipo de abordagem, a presente pesquisa visa ter uma abordagem qualiquantitativa.

A presente pesquisa pode ser classificada do tipo exploratória, haja vista perpassar pelo levantamento de informações sobre determinado fenômeno ou problema, de forma a aumentar a familiaridade com ele e formular problemas e hipóteses mais precisos. Ademais, o método utilizado foi o bibliográfico, que consiste no levantamento de informações e conhecimentos acerca de um tema a partir de diferentes materiais bibliográficos já publicados, colocando em diálogo diferentes autores e dados. Em consonância com Gil (2002, p. 44) o entendimento da pesquisa bibliográfica também surge como uma alternativa mediante a análise de livros e artigos científicos, na tentativa de mitigar a resposta através de um problema elucidado.

Faz-se necessário entender o mero conceito de ambiente, a qual abre ideias para definição da sustentabilidade. Ambos conceitos se debruçam na amplitude das questões multi e

interdisciplinares mostrando a que ponto o saber ambiental e as questões norteadoras vão ganhando destaque em diversos espaços do saber científico, político, social e democrático.

Em remate, o trabalho conta com a seguinte estrutura: Primeiramente, analisar-se-á a questão ambiental sob o enfoque do desenvolvimento, calcada nas considerações formuladas pelo eminente Celso Furtado. Em seguida, serão trazidas considerações com base nos estudos de Enrique Leff, tendo como principal ponto o desrespeito às questões ambientais quando se trata de questões voltadas para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O terceiro tópico tratará das particularidades do município de Salgado de São Félix e suas políticas públicas desenvolvidas para a proteção ambiental. Por fim, serão apresentadas considerações finais sobre a adequação entre as visões dos autores e o que vem sendo realizado no município descrito acima.

Perspectivas de desenvolvimento de Celso Furtado

Considerando questões atuais a respeito da grave crise ambiental que aflige a humanidade, torna-se de extrema importância a busca por explicações e compreensão para o que está acontecendo. Há diversos trabalhos científicos que se debruçam sobre o tema, tratando sobre as questões climáticas, econômicas, sociais, políticas, ambientais etc. Diante de assunto tão complexo e com variadas reflexões, buscar-se-á analisar a visão de Celso Furtado, economista paraibano que, de modo antecipado, expôs condicionantes ambientais do chamado e tão perseguido progresso econômico da geração contemporânea.

A obra intitulada *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, aborda conceitos relevantes que merecem ser destacados quando se trata de desenvolvimento. Questões como mimetismo cultural, concentração de renda, dependência econômica, desigualdades entre

regiões de centro e de periferia, mercado interno e externo, entre outros, auxiliam na busca por entendimento de uma visão estrutural do subdesenvolvimento, bem como do desenvolvimento e de tudo que o cerca. De maneira única, Furtado dá ênfase aos impactos do processo econômico na natureza. Importa destacar que sua obra foi lançada no ano de 1974, momento em que era rara a discussão nas ciências sociais sobre os impactos da economia no meio ambiente.

Chama bastante atenção o fato de Furtado praticamente previu o que se chama hodiernamente de desenvolvimento sustentável, onde, para o autor, não seria qualquer taxa de crescimento econômico que se deveria perseguir, porém, havia necessidade de se refletir sobre questões ecológicas e na manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras. O mais impressionante na visão do eminente autor é que na época da elaboração de sua obra, o Brasil passava por um momento econômico de grande crescimento (o chamado *Milagre econômico*). Todavia, diante do cenário de prosperidade, as afirmações de Furtado não ganharam muita credibilidade na comunidade científica, mormente entre os economistas.

Ocorre que os pensamentos de Furtado há aproximadamente cinquenta anos se enquadram perfeitamente com os fatos do mundo atual. A título de exemplo, pode-se asseverar que sua concepção a respeito da concentração de renda, que seria algo comum do chamado capitalismo periférico e seu mimetismo cultural para que todas as ações costumeiras de consumo dos países desenvolvidos fossem reproduzidas pelos países subdesenvolvidos, dita os rumos do consumo nas sociedades atuais, ou seja, o que é tendência nos países desenvolvidos, termina por influenciar os desejos das pessoas que habitam países subdesenvolvidos, colocando à margem suas necessidades.

É justamente nesse sentido que Furtado se pauta na ideia de um *Mito de Desenvolvimento Econômico*, pois este mencionado

desenvolvimento se mostra relevante, mas muito abstrato (investimentos, exportações, oscilações do índice de bolsas de valores, capital especulativo, crescimento econômico etc.) em detrimento de problemas reais que passam a ser despercebidos pelas classes sociais mais privilegiadas, porém que assolam as pessoas mais pobres. Dessa forma, produzir-se-ia um desvio das atenções daquilo que realmente deveria ser encarado como necessidade fundamental.

Todo o cenário econômico se desenhava como um futuro processo de acumulação de riquezas com uma tendência de distanciamento entre as questões sociais e econômicas encontradas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O autor chamava de constelação de economias periféricas distanciadas das formas de vida privilegiada de uma pequena parte da população. Assim, as economias do centro experimentaríamos sempre uma ascensão de suas grandes empresas e, em contrapartida, um declínio das economias menos robustas. Além disso, as economias de centro teriam o poder de ditar, inclusive, os produtos de consumo das economias periféricas, sendo essa a estrutura do capitalismo (FURTADO, 1974).

De certo, impressiona a visão de Furtado, há quase cinquenta anos, indicando a necessidade de uma nova orientação de desenvolvimento, em que seria necessário reduzir os desperdícios provocados pelas diversificações dos padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Esta visão referente ao desperdício já apresentava indicadores de que o estilo de vida propagado como modelo poderia provocar danos e teria um custo extremamente elevado, depredando o mundo físico. Ademais, Furtado coloca que toda tentativa de generalizar o estilo de vida dos países do centro poderia provocar o colapso de toda uma civilização.

Ainda no tocante ao consumo, Furtado expõe a ideia de que este se dá de forma excludente, pois é imposto para os menos favorecidos de que eles têm de consumir copiando os interesses

dos padrões estabelecidos por países afortunados. Isso, necessariamente, implicaria em aumento de produtividade voltada para a realização de desejos de consumo de uma minoria, causando ainda mais agravamento das desigualdades sociais. À medida que os interesses de consumo vão se assemelhando, os países periféricos teriam tendência a desconsiderar suas características regionais, ambientais, sociais, culturais etc., que seria outro fator que favoreceria o aumento das desigualdades (FURTADO, 1974).

Outrossim, essa cópia de modelos e estilo de consumo implicariam em aumento da taxa de exploração, seja pela concentração de renda agravada ou pelas taxas mais altas de crescimento do produto. Desse modo, em curto e médio prazo, seria possível identificar uma situação em que, a custos ecológicos crescentes, custos sociais elevados fariam parte do cotidiano das economias periféricas, fatos que são desconsiderados dos índices de crescimento econômico.

É justamente neste ponto que Furtado desenvolve a ideia de que o desenvolvimento econômico seria um mito, uma miragem, algo que não se consegue palpar. Consubstancia-se ainda que através desse “desenvolvimento econômico” há uma verdadeira destruição dos recursos naturais, agravando as disparidades sociais e econômicas e produzindo uma cultura homogênea extremamente deletéria para a identidade social dos países e das regiões economicamente desprestigiadas.

Em síntese, a obra de Celso Furtado afirma que o desenvolvimento econômico proposto como uma possibilidade para todos os países e de modo simultâneo seria uma mera falácia, um mito, haja vista que esse modelo seria irrealizável, pois há limites para o crescimento econômico uma vez que os recursos são finitos.

Assim, o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em

derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz. Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, como é o caso, sem dúvida, do gás carbônico, da emissão da queima de combustíveis fósseis ou do clorofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade (CAVALCANTI, 2003, p. 77).

Logo, o sistema econômico exerceria pressão sobre o meio ambiente sem se preocupar com a reposição de recursos, em um processo de uso linear (extrair, usar, descartar), questão que só passaria a ser melhores compreendidas nos anos seguintes. Há uma visível preocupação de Furtado em apresentar os impactos que o desenvolvimento econômico provoca sobre o meio ambiente, pois a forma proposta por países desenvolvidos se traduz em expansão de mercado com destruição ambiental em larga escala, além de promover a ilusão de que havendo crescimento na economia há desenvolvimento.

Criticamente, Celso Furtado (1974) trata do empobrecimento cultural que o modelo produz, além de questionar a atribuição de critérios arbitrários aos indicadores do PIB (Produto Interno Bruto); em sua obra, o autor indaga: “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?”

No que tange às relações de consumo, Furtado entende que a civilização consumista é pouco consciente a respeito das necessidades de reparação dos recursos da natureza, tendo hábitos de depredação e empobrecimento da biosfera. Na opinião de Furtado, é um erro clássico a falta de conscientização para o problema, além de que há uma omissão desses dados em relatórios de cálculo de rendimento da atividade econômica.

O que Furtado já aplicava em 1974, é uma das maiores preocupações dos estudiosos da economia ecológica na atualidade. A extração de recursos até seu esgotamento completo pode ser apresentada como um indicativo positivo para o desenvolvimento, todavia, do ponto de vista ecológico, traz custos para toda a sociedade (BRITO, 1994).

Diminuir o desperdício, certamente, não é predicado de uma sociedade que se diz “de consumo”, que valoriza a posse de artefatos como demonstração de sucesso e em que, por exemplo, a construção de condomínios residenciais fechados ou a colocação de grades em jardins e edifícios públicos – como forma de proteção contra a insegurança crescente – termina contribuindo para o aumento do PIB e a impressão de que, assim, se tem desenvolvimento. Nessa sociedade, a introdução de novos produtos finais, que possam encher mais as prateleiras de supermercados e que, em muitos casos, se destinam à mesma clientela afluenta que é quem pode adquiri-los, e a diminuição da vida útil dos mesmos produtos, forçando maior consumo adiante, representam maneiras de acelerar o crescimento que contribuem simultaneamente para maior desperdício de recursos da natureza (CAVALCANTI, 2003, p. 79 - 80)

Furtado ainda coloca que as orientações de desenvolvimento econômico precisam ser resultado de decisões tomadas com extrema cautela e em momentos decisivos, partindo de atores políticos e da sociedade que tenham possibilidade de considerar o desenvolvimento em curto, médio e longo prazo. Que correções de rumo, em determinadas situações, não são possíveis.

Para Furtado (2000), o avanço da acumulação de capital se traduz em maior interdependência entre o futuro e o passado.

Destarte, há urgência para que sejam estabelecidas novas prioridades para as ações de cunho político direcionadas em prol de uma nova concepção de desenvolvimento, haja vista que este deve ser não meramente uma ilusão, mas alcançável por todos os povos com a preocupação de preservação do equilíbrio ambiental.

O desenvolvimento de acordo com Enrique Leff

Ao mencionar que no contexto ambiental as dicotomias econômicas e as influências exercidas por esse, vai de encontro com o modelo de capital que está amparado no momento atual. Enrique Leff aparece como um dos estudiosos do desenvolvimento das questões ambientais, sendo contexto uma fonte de recursos inesgotáveis. Para o autor a “degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a natureza” Leff (2011 p. 17).

Em se tratando de racionalidade no contexto econômico, o autor se preocupa com a tomada de decisão em contraponto aos modelos de desenvolvimento em especial em países em desenvolvimento. Migrando para os trópicos com base na racionalidade econômica e tecnológica, podendo ou não gerar uma racionalidade econômica, social e cultural.

[...] do capital dependem das condições de reprodução dos diferentes ecossistemas e formações culturais, produzindo formas desiguais de desenvolvimento, localização, especialização, acumulação, exploração dos capitais individuais, no seu processo de globalização econômica e de expansão internacional do capital (LEFF, 2009, p. 104).

O processo pertinente a apropriação privada dos recursos naturais é pertinência segundo o autor de princípios embasados

na ponderação econômica e tecnológica. O mercado capitalista é quem dita as vias de regras. Ao afirmar que “a economia dita o significado do mundo na produção, a natureza é “coisificada”. É com este pensamento que autores como Leff se debruçam para desvendar a complexidade ecológica e seu processo econômico para através dos recursos ecológicos manter a exploração do capital” (p. 244).

No cenário capitalista a qual extravasa fronteiras e barreiras geográfica e política, o aspecto ambiental em sua maioria não é respeitada:

[...] e os desígnios do mercado, dissolvendo a materialidade e os suportes simbólicos do processo produtivo. [Essa] nova “ordem ecológica”, regida pela recodificação da natureza como “capital natural”, torna-se um [...] “modelo de simulação”, uma ficção da realidade. O neoliberalismo pretende liberar as potencialidades da natureza, instalando-as na roda da fortuna da circularidade econômica. A natureza é lançada à esfera de simulação da economia, transformada em capital (LEFF, 2009, p. 249).

Os autores que defendem o pensamento de que a problemática ambiental é uma questão política e de conhecimento científico que surge como contraponto por via de regra de movimentos sociais. De acordo com a fala do autor a seguir:

[...] na defesa dos recursos, das terras e dos valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento do ambiente e na recuperação dos seus espaços vitais. Na reorganização de suas práticas de produção e consumo, mediante um processo de inovações tecnológicas, orientadas para a autodeterminação das comunidades,

no desenvolvimento das forças produtivas sustentáveis, assim como no melhoramento de suas condições ambientais e da sua qualidade de vida (LEFF, 2009, p. 184).

Quando analisados os mecanismos de participação social, democrática e coletiva e que o processo de democratização se dispõe aos interesses da coletividade e que nas vias de regras a formulação de políticas públicas em consonância com o amparo do estado e o gerenciamento destas políticas surgem, uma nova forma de discussão de enfrentamento as questão ambientais em paralelo ao modelo capitalista proposto atualmente.

Leff (2007), ao ser influenciado pela economia e com fortes influências de desenvolvimento além do mais de desenvolvimento social, comungam com as ideias da possibilidade de uma organização social, que após diversos acordos e práticas ambientais coerentes acabam concordando com o mesmo modelo capitalista a qual estão enfrentando.

O grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional, orientado rumo a um “ progresso sem limites”, que vem reduzindo, sufocando e super explorando a natureza. E para isso não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética da práxis no mundo (LEFF, 2007, p. 9).

Sendo conhecedor de que o contexto ambiental principalmente no que si refere a degradação ambiental, surge com a expansão da atividade econômica e concomitantemente com

depreciação do contexto de sustentabilidade, tonando-se uma crise de valores de produção e até mesmo de civilização, faz com que o mundo venha despertar para o olhar ambiental em paralelos a estas novas mudanças que vem ocorrendo em todo o planeta.

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas, aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza (LEFF, 2011 p. 57).

Isso faz com que novos caminhos venham a ser adotados pois a gestão ambiental do desenvolvimento sustentável propõe medidas como de planejamento entre os setores, a questão da multidisciplinares e interdisciplinares, no sentido de convidar as pessoas a adotarem medidas de consumo mais consciente e que estas adotem em seu projeto de vida. Sendo conhecedor que o contexto sustentável surge de um viés social e ao mesmo tempo de um cunho político.

Entender que, para enfrentar desafios em relação ao desenvolvimento sustentável, se faz necessário uma série de questões como: orientações para uma base ecológica, equidade social e diversidade cultural e democracia participativa. Tais orientações prevalecem sobre a educação que traz consigo uma serie de mecanismos de formação de opiniões através de capacitações e formações dando suporte aos fundamentos a sustentabilidade.

O discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitivas que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde o neoliberalismo ambiental até a construção de uma nova racionalidade produtiva. A perspectiva economicista privilegia o livre mercado como mecanismo para internalizar as externalidades ambientais e para valorizar a natureza, recodificando a ordem da vida e da cultura em termos de um capital natural e humano (LEFF, 2007 p. 247).

Assim, o ambientalismo permeia sobre os movimentos sociais a qual geram conflitos entre diversos territórios e a sua cultura. Isso tornou-se evidente no momento em que a democracia participativa passa por uma distribuição de conhecimento, de acesso, e com isso as pessoas passam a intervir na gestão do desenvolvimento sustentável a fim de que a tomada de decisão possa ser inteiramente democrática.

Para Enrique Leff, o entendimento sobre o desenvolvimento sustentável em sua maioria expressa ideias de conflitos e que contemplas bastante interesse. Leff (1999) retrata que a economia privilegia o livre mercado e que internalizar as externalidades para valorizar a natureza em termos de um capital natural e humano.

Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Salgado de São Félix-PB

A produção de resíduos sólidos é uma característica inerente ao ser humano. Ao longo da história da humanidade, a mesma tem aumentado de maneira significativa, o que nos leva a refletir a respeito de políticas públicas voltadas a gestão de tais resíduos. Tal realidade tem sido a causa de diversos problemas nos âmbitos social, ambiental e econômico. Sendo necessária a devida atenção e responsabilidade por parte dos municípios.

No contexto mundial, os resíduos sólidos ganharam destaque a partir da Revolução Industrial, período em que aumenta

a produção, o consumo e conseqüentemente o descarte incorreto de resíduos. Pois, esse período é caracterizado pelo aumento significativo de resíduos e, conseqüentemente, o comprometimento das condições sanitárias (WORRELL; VESILIND, 2011), ganhando assim, relevância nas discussões de vários encontros mundiais, tais como: conferência de Estocolmo em 1972 e a ECO 1992 (VELLOSO, 2008).

O modo de produção capitalista, onde produção e consumo ocorrem de maneira desordenada impulsiona a produção de resíduos em todo o mundo, e como reflexo, observamos considerável impacto ambiental. Além dos vários problemas ambientais causados por essa forma de desenvolvimento, em especial, pode-se citar a grande contribuição para o aumento da geração de resíduos sólidos (RS), que tem como principal causa, a acelerada descartabilidade dos bens de consumo (FRANCISCO FILHO; SANTOS, 2008).

É notório que o destino correto dos resíduos sólidos configura um problema para a maioria dos municípios brasileiros, onde a gestão pública não dá a devida importância ou não consegue gerenciar tal política uma vez que a mesma requer investimento e nem todos os municípios conseguem os recursos necessários para sua implantação.

Segundo a ABRELPE (2019) a região nordeste apresenta em sua composição um panorama de menor índice na coleta de resíduos sólidos em relação às demais regiões do país, dos quais 81,1% dos resíduos coletados ao menos 6 em cada 10 toneladas ainda são depositadas em lixões o aterros. Além do mais em 2018 nesta região o custo médio do serviço mensal é de aproximadamente R\$ 8,52 por pessoa.

Infelizmente o acesso ao saneamento básico e ao descarte correto de resíduos sólidos é uma realidade um pouco distante para alguns municípios brasileiros que sobrevivem de Fundo de Participação dos Municípios e apresentam uma arrecadação

local pouco significativa, assim fica quase impossível executar tais políticas públicas.

Outro fator que dificulta a implantação da política de RS é o crescimento desordenado das cidades, pois a falta de planejamento e o acelerado crescimento populacional contribuem significativamente para o aumento da produção de resíduos onde a administração pública, sem controle da situação, se ver de mãos atadas, prolongando assim uma possível solução para o problema.

Para compreender melhor como funciona tal política, sobretudo em municípios de pequeno porte, haja vista que estes apresentam inúmeras dificuldades administrativas, onde teremos como enfoque de estudo Salgado de São Félix, um município paraibano que reflete a situação de vários municípios brasileiros. Assim, faremos uma breve apresentação do mesmo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o município está localizado na região geográfica intermediária e imediata agropastoril do Baixo Paraíba, às margens do rio Paraíba, apresenta área territorial de 204.852 km², sendo o 223º município do Estado tendo como limites geográficos: Itabaiana (12,9 km), Mogeiro (7 km), Itatuba (20 km), Natuba (25 km), Macaparana - PE (30 km) e Timbaúba - PE (40 km). Distância de João Pessoa, 84,4 km. O último censo (IBGE, 2010) apontou uma população 11.976 habitantes, estima-se que em 2019 a população esteja em torno dos 12.140 habitantes, com densidade demográfica de 59,33 hab./ km².

Salgado de São Félix faz parte da Comarca da 2ª Entrância, a qual atende também outras cidades circunvizinhas que passam pela mesma situação no tocante a gestão de resíduos sólidos, onde surgiu por parte desta promotoria a necessidade e efetividade da implantação da PNRS.

“Desde 2010 o Ministério Público do Estado da Paraíba em parceria com o Ministério das Cidades visando implantar instrumentos

da PNRS (implantação do gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos) em municípios paraibanos, sua escolha foi de acordo com o interesse dos prefeitos, a qual pleitearam através do projeto *Construção da Cidadania Socioambiental*, que tem como objetivo principal o saneamento ambiental e o consumo sustentável dos recursos naturais na Paraíba” (FILHO, 2012).

O presente município faz parte de uma realidade, assim como alguns municípios brasileiros, a qual estão adequando à nova legislação de Resíduos Sólidos a Lei 12.305/2010, que tem por objetivo a gestão integrada de resíduos sólidos no Brasil, não tendo nenhum tratamento desses resíduos que são depositados em um lixão, a qual ocasiona vários problemas econômicos, sociais e ambientais, refletindo o atraso político, social, ambiental e econômico pelo qual passam muitas cidades brasileiras que ainda mantêm essa prática arcaica. Como afirma Maia et al. (2015), a legislação ambiental teve certo avanço, contudo, não o suficiente para amenizar os problemas causados pela falta de gestão dos resíduos sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) está em vigor desde 2010, porém, atualmente a disposição final dos resíduos sólidos em municípios de pequeno porte tem como único destino, os lixões. O prazo não foi cumprido e as prefeituras tiveram um novo prazo de quatro anos para se adequar e implantar a PNRS e acabar definitivamente com os lixões. Os resíduos apresentam valor econômico considerável, porém esse tipo de disposição final acaba influenciando na qualidade dos resíduos que poderiam ser reciclados, fazendo com que os mesmos percam o valor econômico a eles agregado.

A realidade do lixão a céu aberto não se limita apenas a Salgado, pois está presente em muitos municípios brasileiros que

não conseguiram se adequar a PNRS. Os impactos são visíveis e inerentes, pois não podemos deixar de lado os problemas diretos como proliferação de insetos, doenças, poluição do solo e dos recursos hídricos. Segundo Roth e Garcias (2009), os problemas diretos ocorrem devido à deposição desses resíduos a céu aberto que pode ocasionar poluição do solo, água, ar e visual.

Outro fator agravante é a exclusão social, classificada como problema indireto, pois envolve as questões sociais onde inúmeros catadores se arriscam em lixões sem nenhuma proteção, sujeitos a qualquer tipo de doença e contaminação que tal ambiente pode proporcionar. Segundo Mota et al. (2004), catar “lixo” é uma das atividades degradantes do homem perante a sociedade, principalmente pelas condições subumanas de trabalho. Apesar de os catadores de “lixo” serem consideradas pessoas excluídas da sociedade, esses trabalhadores têm um papel importantíssimo no processo produtivo da indústria de reciclados, uma vez que os mesmos fornecem para esse processo a sua matéria-prima necessária (MOTA et al., 2004).

Segundo Leite (2015) o município de Salgado de São Félix não está adequado à nova legislação no que compreende aos Resíduos Sólidos Além do mais a Lei 12.305/10 ainda não alcançou a sua plenitude de universalização principalmente na Paraíba, uma vez que os gestores ainda encontram dificuldades técnicas, financeiras e ausência de sensibilização da sociedade, poder privado e público. É notório que o problema se estende por diversas cidades e que há necessidade de fixar parcerias entre os diversos setores para que tal política seja implementado, sozinho, certamente o setor público não irá obter sucesso.

Em abril de 2014 o Conselho Nacional do Ministério Público e a Secretária – Geral da Presidência da República, assinaram um acordo com o intuito de promover a efetivação na Política nacional de Resíduos Sólidos. Onde tais medidas foram e estão sendo adotadas no artigo 54 da Lei de nº 12.305 / 2010.

Uma alternativa que Salgado de São Félix buscou junto a demais municípios foi à elaboração de um consórcio intermunicipal de gestão pública (COGIVA), onde seria construído um aterro sanitário para atender as cidades consociadas. A alternativa visava adequar os municípios a PNRS, além de ratear custos operacionais e administrativos. Cada município iria contribuir com um valor significativo e todos poderiam usufruir dos benefícios alcançados com a implantação do aterro sanitário.

A Lei Federal 11.107/2005 regulamentada pelo decreto 6.017/2007 dispõe sobre a contratação de consórcios públicos (BRASIL, 2007). Em busca de solucionar os desafios comuns aos municípios, os consórcios já existem em várias modalidades tais como: saúde, turismo, gerenciamento de recursos hídricos, habitação de gestão de RS (MATOS; DIAS, 2011). Conforme exposto por Morais

Os consórcios intermunicipais podem ser entendidos como entidades formadas através da união articulada de vários entes federados, que disponibilizam, por meio de contratos, recursos humanos e materiais em busca de atingir objetivos comuns, pois, individualmente não teriam recursos suficientes para atingi-los (2012, p. 1.173).

Devido à carência de recursos e equipe técnica os municípios foi beneficiada com o apoio do Ministério Público Estadual para a elaboração do plano municipal de resíduos sólidos, onde este, por sua vez, dispõe de mão de obra técnica para treinar pessoas interessadas em trabalhar na área.

Em Salgado, a participação do consórcio se limitou apenas na elaboração de um plano intermunicipal para implementação do estudo técnico e logístico. No que compreende a implantação e gerenciamento ficou a cargo dos municípios, tendo em vista que alguns municípios desistiram de participar do mesmo.

Durante a execução do Projeto Estratégico, o Ministério Público constatou que 90% dos municípios paraibanos apresentavam carências que impossibilitam a execução adequada das ações e instrumentos da Lei nº 12.305: ausência de recursos humanos capacitados para elaboração do plano municipal de resíduos sólidos; falta de recursos financeiros para edificação das unidades de gerenciamento integrado de resíduos sólidos; ausência de recursos humanos capacitados para gestão de serviço público essencial (FILHO, 2012).

Sabendo da necessidade de envolver tal temática e buscando sensibilizar a população, ao longo desses anos o município vem tentando contribuir através da educação ambiental trabalhada nas escolas anualmente por meio de atividades lúdicas como jogos e gincanas, algo fundamental, pois, é preciso plantar a semente na infância. A escola deve desenvolver trabalhos que favoreçam as questões ambientais, promovendo ações de integração, divulgação e discussão das atividades desenvolvidas (TRINDADE, 2011).

Apesar de tais ações, é preciso que haja um conjunto de medidas, pois a educação é importante, mostrar às crianças a importância de destinar corretamente o lixo é fundamental, porém se não existe uma coleta seletiva e um destino correto desses resíduos o trabalho fica incompleto.

Tendo em vista que o prazo de quatro anos para a implantação da política de resíduos sólidos nas cidades brasileiras se esgotou em 2014 e, em muitas cidades os projetos nem saíram do papel, é preocupante a situação da política de RS no Brasil. Salgado de São Félix foi uma dessas cidades que não atingiram os resultados esperados, apesar de ter concluído o plano de RS, podemos considerar que a mesma não progrediu.

Ao ver a cobrança de órgãos públicos como o ministério público, por exemplo, o gestor municipal decidiu em 2019 coletar o lixo e levá-lo a um aterro sanitário na cidade de Campina

Grande. Assim, os resíduos não são mais jogados no lixão, área degradada do município. Vale destacar que a situação dos catadores ficou ainda pior, pois perderam sua única fonte de renda. Certamente essa alternativa foi a mais confortável para o momento, porém não a mais correta, tendo em vista que a criação de cooperativa de reciclagem certamente iria beneficiar os catadores e manter a geração de renda no município.

A importância de cooperativas de reciclagem em um projeto como esse é imprescindível, geralmente os catadores optam por trabalhar individualmente e acabam precisando de um intermediário para comercializar os produtos com a indústria, assim, lucram pouco, e o intermediário fica com boa parte dos lucros. Além disso, a oportunidade de comercializar diretamente com a indústria, eliminando a figura do intermediário (sucateiro) e barganhando preços mais justos pela mercadoria (GONÇALVES-DIAS; TEODOSIO, 2006).

A PNRS é um avanço para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos, porém necessita ser colocada em prática na sua íntegra. A política não se resume na construção do aterro sanitário e sim na efetivação dos seus instrumentos. Baseado nesse contexto é de suma importância o acompanhamento das atividades efetivas que visem à implantação da PNRS.

Conclusão

Para tal entendimento no que compreende as ideias de Celso Furtado em relação ao desenvolvimento econômico, onde tal propositura é considerado um mito, pois de acordo com a literatura elementos como: não pode ser aos moldes dos países desenvolvidos, dificuldades de recursos naturais, problemas de desigualdades sociais devido ao consumo excessivo de poucos. Assim poderíamos nos questionar se devido a esse desenvolvimento somos mais felizes? No entanto somos condutores das

decisões que tomamos e com isso o que devemos nos preocupar com o que consumimos, pois em sua maioria esta matéria prima é oriunda dos recursos ambientais.

Falar de Celso Furtado na obra do mito do desenvolvimento econômico, é retratar dois lados que é revelado como “perverso” de um lado o desenvolvimento e de outro o progresso. Para o autor o progresso é considerado um mito no sentido de que não existe progresso com a destruição dos recursos naturais ou o seu esgotamento e com isso não torna elemento essencial para a erradicação das desigualdades sociais.

Fica evidente na fala de Enrique Leff, não só uma falha emergente no contexto ambiental, mas as desigualdades sociais e a pobreza são sinais eloquentes da crise deste mundo globalizado. Em sua terceira edição no livro *saber ambiental* o autor define que a sustentabilidade passa a ser falha na transição da modernidade para a pós modernidade devido a uma crise de civilização marcada pela diferença seja de forma autonomia, democracia ou pela diversidade.

Em um período de expansão tecnológica e científica, atrelado a um desenvolvimento econômico, trouxe de um lado vários benefícios, mas por outro como consequência evidencia-se a degradação dos recursos naturais. Fica perceptível que o desenvolvimento só é possível com a equidade entre a política, consumo com a dimensão ecológica, e cultural.

No município de Salgado de São Félix, a busca por parcerias e equipe técnica se faz necessário no sentido da construção de políticas públicas como a elaboração do plano municipal e em seguida do plano intermunicipal de resíduos sólidos prevista em lei 12.305/10. Assim o apoio do Ministério Público da Paraíba e do consórcio COGIVA se faz necessário para tal pleito. Sendo conhecedor de que equipe técnica e a falta de recursos eram impedimentos para a elaboração do plano, o que percebemos hoje é a grande dificuldade de gestão destes resíduos pelas administrações

ao longo do tempo. Muita coisa tem sido realizada, mas cremos que muito ainda deve-se fazer.

Referências

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2012.pdf>. Acesso em 20 de set. de 2020.

BRASIL. Decreto federal n 6.017 de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a lei n 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF. n. 13, p.1-4, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 10 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 12 out. 2020.

BRITO, D. **Extração Mineral na Amazônia: A Experiência da Exploração de Manganês da Serra do Navio no Amapá**. 1994. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003.

FILHO, J. F. de S. **Re: Informações sobre o projeto “Construção de Cidadania Socioambiental nos Municípios do Estado da Paraíba”**. 2012.

FRANCISCO FILHO, G. R.; SANTOS, P. L. dos. **A questão da coleta seletiva de resíduos sólidos para o município de Teresina – PB.** In: em Simpósio de Pós graduação em Geografia do Estado de São Paulo, 2007, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2008.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 10ª ed. revista pelo autor, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S. Estrutura da cadeia reversa: “caminhos” e “descaminhos” da embalagem PET. **Revista Produção**, Santa Catarina, v. 16. n. 3, p. 429-441, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais:** uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=254598&view=detalhes>. Acesso em: 12 out. 2020.

LEITE, A. A. **Sensibilização Ambiental e os aspectos socioambientais da gestão de resíduos sólidos no município de Salgado de São Felix-PB.** 2015. 16f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In*: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. Tradução Jorge e Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Marthilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; PNUMA, 2011.

MAIA, H. J. L.; FREITAS, J. P.; ALENCAR, L. D.; CAVALCANTE, L. P. S.; BARBOSA, E. M. Legislação ambiental da Paraíba: contribuições à gestão integrada de resíduos sólidos. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 14-19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/15265/pdf>. Acesso em 01 out. 2020.

MATOS, F.; DIAS, R. A gestão de resíduos sólidos e a formação de consórcios intermunicipais. **Revista Agronegócios e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 501-509, 2011.

MORAES, J. L. Consórcios intermunicipais: Alternativa para o manejo integrado de resíduos sólidos em pequenos municípios do Estado do Ceará, Brasil. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 3, n. 4, p. 1171 – 1180, 2012.

MOTA, et al. Capitalismo Contemporâneo e Meio Ambiente: as indústrias de reciclagem, o trabalho dos catadores de lixo e ação do Estado, *In*: RUIZ, A. (Coord). **Búquedas del Trabajo Social**

Lationamericano – urgências, propostas y posibilidades. 1. ed. Buenos Aires: Espacio, 2005.

ROTH, C. das G.; GARCIAS, C. M. A influência dos padrões de consumo na geração de resíduos sólidos dentro do sistema urbano. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 5-13, 2009.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004.

TRINDADE. N. A. D. Consciência ambiental: coleta seletiva e reciclagem no ambiente escolar. **Enciclopédia biosfera**. Centro científico, Goiânia, v. 7, n.12, 2011.

VELLOSO, M. P. Os restos na história: percepções sobre resíduos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, p. 1953-1964, 2008.

WORRELL, W.; VESILIND, P. **Solid waste engineering**. 2. ed. Stamford: Cengage Learning, 2011.

Sobre os Autores

ALEXANDRE CORDEIRO SOARES - Possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (2019). Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (2015). Especialização em Prática Judiciária pela Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Escola Superior da Magistratura da Paraíba - ESMA PB (2015). Especialização em Direitos Fundamentais e Garantias Constitucionais, com ênfase em Direitos Humanos pela Universidade Estadual da Paraíba (2014). Residência Jurídica junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Estadual da Paraíba (2013-2014). Graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Professor Universitário.

CAIO CEZAR FERNANDES DA SILVA - Mestrando e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É pesquisador na área de Economia Regional e Desenvolvimento Econômico, atuando nos temas: Trabalho e Desenvolvimento Econômico no contexto Regional. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade. Editor adjunto da Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (RERUT). Tem interesse nas áreas de Economia Regional, Desenvolvimento Econômico, Economia do Trabalho, Economia Política e Economia Institucional

DANIELA BRITO RAMOS - Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia

pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e Licenciada em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Possui também Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Segunda Graduação em Geografia, pela UNINTER. Atua principalmente nas áreas de Convivência com a Seca e Desenvolvimento Regional.

EDUARDO GUANDALINI GENARO - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG. Bolsista CNPq.

FABIANA KELY BARBOSA - Graduanda em Geografia. (UEPB). Possui Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu (2016). Especialista em Gestão, Supervisão e Coordenação. Graduanda em Geografia. (UEPB). Atualmente é Coordenadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional.

IVONILDES DA SILVA FONSECA - Professora titular na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990). Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979). Professora titular na Universidade Estadual da

Paraíba Ministrou aulas no Centro Universitário de João Pessoa, Faculdade de Enfermagem Santa Emília de Rodat. Integra a equipe da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, colaboradora. Participou da formação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas -NEABI-UEPB-Guarabira. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra; educação e racismo; religiões afro-brasileiras.

JANAILSON MACÊDO LUIZ - Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Prof.^a Tit. Maria Helena P. T. Machado. Realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para os temas: História das populações negras no Brasil; Educação das Relações Étnico-Raciais; Comunidades Remanescentes de Quilombos; Guerrilha do Araguaia; Preservação e democratização das fontes históricas. Na Unifesspa, coordenou o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - NUMBUNTU/FACED/ICH (2015-2017). Participou, enquanto estudante de graduação da UEPB, da criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-Í), em Campina Grande-PB. É filiado a Associação Nacional de História (ANPUH/Seção - PA), Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Foi um dos 16 selecionados para a edição 2020 do Mark Claster Mamolen Dissertation Workshop, organizado pelo Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center for African & African American Research (ALARI), Harvard University

JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA NETO - Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (2013). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2013) e bacharel em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Professor vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III). Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia da cultura, Sociologia da educação e Teoria e pensamento social. Membro associado da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), pesquisador associado 1 do Instituto de Estudos da África da Universidade Federal de Pernambuco (IEAF-UFPE) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e indígenas - NEABI/UEPB/Guarabira.

LÚCIA NATALIE PAULINO DE MELO - Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2011) com o título de Sanitarista pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2020). Também especialista em Saúde da Família com Ênfase na Implantação das Linhas de Cuidado (UFPB) e em Políticas Públicas e Serviço Social pela FURNE/UNIPE. Assistente Social do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) pela Prefeitura Municipal de Tavares-PB desde 2013 e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS Regional) ligado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) - PB desde 2012.

MARCELO SATURNINO DA SILVA - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (2003), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal

de Campina Grande. É professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (Centro de Humanidades - Departamento de Educação); Coordenador do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas (CH/UEPB). Atualmente está cursando Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB (9º Período) e, também, realizando formação em Psicanálise na Escola Brasileira de Psicanálise - EBP (Seção Nordeste).

MIGUEL LEONARDO FRANCISCO DA SILVA - Graduando do curso de Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (2018). Atualmente é Diretor Geral de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix - PB. Tem experiência na área de Ciências Ambientais e Administração Pública.

NIVALTER AIRES DOS SANTOS - Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFRN (2017-2021). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFCG (2015-2017). Bacharel em Ciências Econômicas - UFCG (2008-2013) e Licenciado em Ciências Sociais - FAEP (2018-2019). Tem experiência nas áreas de Economia Política e Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Marxismo, Estado, Questão Regional, Questão Nordestina, Desenvolvimento Desigual e América Latina.

POLYANA FELIPE FERREIRA DA COSTA - Possui graduação em enfermagem pela Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada, PE. Especialização em Saúde Pública pela Faculdade Pitagóras. Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós graduação Integrado em Saúde Coletiva, UFPE, ano 2015. Doutoranda em Saúde Pública no Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - PE (2017 - 2021). Professora assistente nos módulos de Atenção Primária à Saúde, Serviços

e Identidade Médica e Formação Profissional da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), campus Serra Talhada, PE. Pesquisadora na área de saúde do trabalhador, saúde mental, mortalidade materna e Atenção Primária à Saúde.

WILLIAM EUFRASIO NUNES PEREIRA - Técnico contábil com graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Especialização em Gestão dos Recursos Humanos pela UFRN (2003), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1998), mestrando em direito (UFRN) e doutorado em Ciências Sociais pela UFRN (2008). Atualmente é professor Associado do Departamento de economia e do programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia do trabalho, economia regional, desenvolvimento socioeconômico, direito constitucional, econômico, tributário e do trabalho. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS) e membro do Grupo Estudos em Desenvolvimento (GEDEN). Editor da Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho - RERUT.

Sobre o livro

Revisão Linguística

Gilliard de Oliveira Justino

Foto da capa

XXXX

Design da Capa | Projeto Gráfico | Editoração

Jefferson Ricardo Lima Araújo Nunes

Tipologias Utilizadas

Aller 14/16 pt

Adobe Caslon Pro 12/16 pt